ÉPOCA

EDUCAÇÃO EM RUÍNAS

Escolhas ideológicas e erros de gestão estão destruindo as universidades públicas brasileiras

REPORTAGEM ESPECIAL

O fiasco da Unila, a universidade que deveria integrar a América Latina, mas nunca ficou pronta

O esqueleto do prédio da Unila, em Foz do Iguaçu. O projeto é de Oscar Niemeyer

EDITORA GLOBO 65 ANOS

A MÚSICA TEM GÊNERO.
MAS NÃO SE IMPORTA
COM O GÊNERO DE NINGUÉM.
A MÚSICA NÃO ESCOLHE
QUEM ESCUTA PELA COR DA PELE.
NEM PELO CORTE DE CABELO.
A MÚSICA FALA TODAS AS LÍNGUAS.
A MÚSICA NÃO JULGA.
NÃO CONDENA. A MÚSICA ACOLHE.
A MÚSICA ACEITA.
SE VOCÊ PARAR PARA VER,
A MÚSICA É TUDO O QUE
O MUNDO DEVERIA SER.

O QUE O MUNDO SEPARA
A MÚSICA APROXIMA.

VIVER A MÚSICA #ISSOMUDAOMUNDO

Itaú

PATROCINADOR
OFICIAL

Rock in Rio

© AFRICA

“Foi pensando em nós.”

Anna Luiza e Daniel Damico, donos de um Golf Variant 1.4 TSI

>> O desejo de pessoas como a Anna Luiza e o Daniel por um carro seguro, potente, econômico e espaçoso foi o que inspirou a criação do Golf Variant 1.4 TSI.

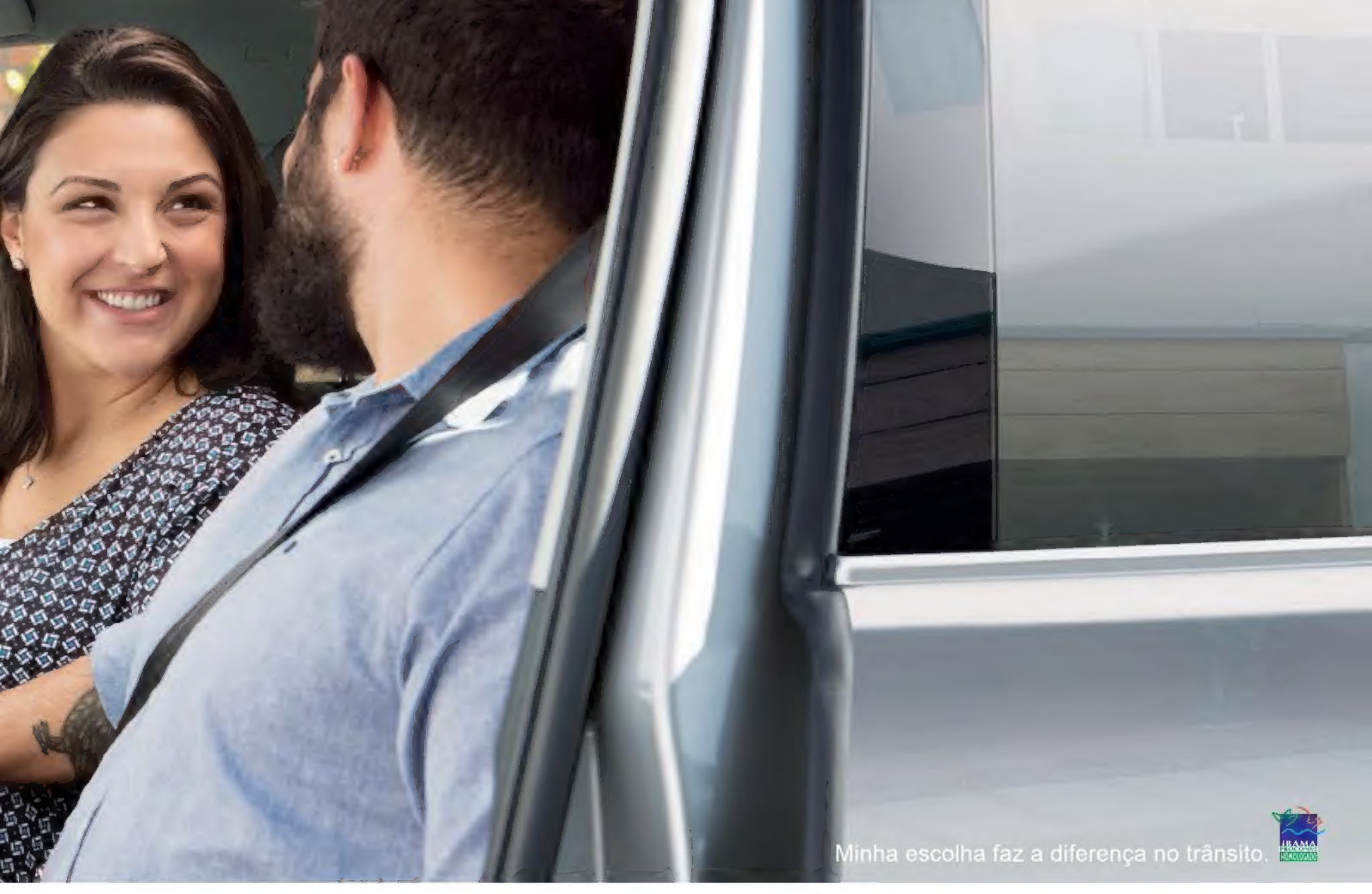
A família Damico e a mídia especializada

AUTO ESPORTE 2017 QUAL COMPRAR

BEST CARS 2017 STATION WAGON / MONOVOLUME carro

MOTOR SHOW COMPRA DO ANO 2017 MONOVOLUME/ STATION WAGON

Acesse **vw.com.br/golfvariant** e encontre a Concessionária mais próxima.



comprovaram. Agora, a escolha é sua.

#vale

Fonte: Carro - edição 284 – Junho/17

Ótimo negócio: eleito, pela 2ª vez consecutiva, a "Compra do Ano", além do título de melhor custo-benefício da categoria pela Motor Show.
Satisfação: eleito pelos consumidores o melhor Station Wagon/Monovolume pela Revista Carro e Carro Online.
Reconhecimento: a melhor escolha de compra Perua Premium, pelo Guia Qual Comprar da Autoesporte.

Volkswagen

SUMÁRIO

EDIÇÃO 1005 | 25 DE SETEMBRO DE 2017

PRIMEIRO PLANO

DA REDAÇÃO 14

PERSONAGEM DA SEMANA 17
Hamilton Mourão, o general que defende uma intervenção militar para extirpar a corrupção

A SEMANA EM NOTAS 20

A SEMANA EM FRASES 22

EUGÊNIO BUCCI 24
A fé sobe ao palanque

EXPRESSO 26
Cunha e Funaro apontam quem é o homem que pode ajudar na investigação contra Temer

SUA OPINIÃO 28

NOSSA OPINIÃO 30

TEMPO

CRISE NA EDUCAÇÃO 32
Escolhas erradas colocam em risco a universidade pública brasileira

Como o último projeto de Oscar Niemeyer virou uma obra abandonada 36

Não chegou a hora de inovar de verdade? 42

TEATRO DA POLÍTICA 46
Aliado de Michel Temer manobra CPI contra Rodrigo Janot e delatores da JBS

OBSERVADOR DO DINHEIRO 50
Disputa milionária esvazia caixas eletrônicos

OBSERVADOR DOS NEGÓCIOS 52
Thor, o herdeiro de Eike Batista

IDEIAS

CRÔNICAS ALEMÃS 56
A campanha eleitoral alemã abriu espaço para partidos menores

A preocupação com a ciberdefesa alemã 60

ENTREVISTA 62
O jornalista **Jacob Weisberg**: "Trump é o pior presidente dos Estados Unidos"

HELIO GUROVITZ 65
A volta do espião que saiu do frio

OBSERVADOR DA POLÍTICA 66
Os efeitos da ira contra os políticos em 2018: quem capitalizará essa raiva no Brasil?

VIDA

SAÚDE E CHECK-UP 68
Uma liminar recupera o mito da "cura gay"

BRUNO ASTUTO 72
O reality sobre as Kardashian completa um ano

WALCYR CARRASCO 75
Minha péssima escolha de amigos

MENTE ABERTA 76
José Luiz Passos e a República do açúcar

JAIRO BOUER 78
Quanto do dia você passa sentado(a)?

12 HORAS 80

RUTH DE AQUINO 82
Uma década perdida

DIRETOR GERAL Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE AUDIÊNCIA Luciano Touguinha de Castro
DIRETORA DE MERCADO ANUNCIANTE Virginia Any

ÉPOCA

Diretor de Redação: João Gabriel de Lima **epocadir@edglobo.com.br**
Editor-Chefe: Diego Escosteguy
Diretor de Arte Multiplataforma: Alexandre Lucas
Editores Executivos: Alexandre Mansur, Guilherme Evelin, Leandro Loyola, Marcos Coronato
Editores-Colunistas: Bruno Astuto, Murilo Ramos
Editores: Flávia Tavares, Flávia Yuri Oshima, Liuca Yonaha, Marcela Buscato, Marcelo Moura
Editores Assistentes: Isabela Kiesel, Bruno Calixto
Repórteres Especiais: Aline Ribeiro, Cristiane Segatto
Colunistas: Eugênio Bucci, Guilherme Fiuza, Gustavo Cerbasi, Helio Gurovitz, Ivan Martins, Jairo Bouer, Marcio Atalla, Ruth de Aquino, Walcyr Carrasco
Repórteres: Gabriela Varella, Luís Lima, Nina Finco, Paula Soprana, Rafael Ciscati, Rodrigo Capelo, Ruan de Sousa Gabriel
Vídeo: Pedro Schimidt; **Web Designer:** Giovana Tarakdjian
Consultora de Marketing: Cássia Christe
Estagiários: Anaís Motta, Daniela Simões, Daniele Amorim, Giovanna Wolf Tadini, Guilherme Caetano, Nelson Niero Neto
SUCURSAIS | RIO DE JANEIRO: epocasuc_rj@edglobo.com.br
Rua Marquês de Pombal, 25 – 5º andar – Cidade Nova – Rio de Janeiro – CEP 20.230-240
Editor: Sérgio Garcia
Repórteres: Acyr Méra Júnior, Guilherme Scarpa, Marcelo Bortoloti
Repórteres Especiais: Hudson Corrêa, Samantha Lima
| BRASÍLIA: epocasuc_bsb@edglobo.com.br
SRTVS 701 – Centro Empresarial Assis Chateaubriand – Bloco 2 – Salas 701/716 – Asa Sul
Diretor: Luiz Alberto Weber; **Repórteres:** Aguirre Talento, Débora Bergamasco, Marcelo Rocha, Mateus Coutinho, Nonato Viegas, Patrik Camporez
FOTOGRAFIA | Editor: André Sarmento
Assistente: Sidinei Lopes
DESIGN E INFOGRAFIA | Editor: Daniel Pastori
Editora Assistente: Aline Chica
Designers: Cristina Ayumi Kashima, Daniel Graf, Renato Tanigawa
Estagiárias: Nívea Pascoaloto, Thais Solano Valério
Editor de Infografia: Marco Antonio Vergotti
SECRETARIA EDITORIAL | Coordenador: Marco Antonio Rangel
REVISÃO | Coordenadora: Araci dos Reis Galvão de França; **Revisores:** Alice Rejaili Augusto, Elizabeth Tasiro, Silvana Marli de Souza Fernandes, Verginia Helena Costa Rodrigues
CARTAS À REDAÇÃO | epoca@edglobo.com.br
Assistente Executiva: Jaqueline Damasceno
ESTRATÉGIA DE CONTEÚDO DIGITAL | Gerente: Silvia Balieiro
ESTRATÉGIA DIGITAL | Coordenador: Santiago Carrilho
Desenvolvedores: Alexsandro Macedo, Fabio Marciano, Fernando Raatz, Fred Campos, Leandro Paixão, Marden Pasinato, Murilo Amendola, Thiago Previero, William Antunes

MERCADO ANUNCIANTE | Segmentos – Tecnologia, TI, Telecom, Eletroeletrônicos, Comércio e Varejo | Diretor de negócios multiplataforma: Emiliano Morad Hansenn; **Gerente de negócios multiplataforma:** Ciro Hashimoto; **Executivos multiplataforma:** Christian Lopes Hamburg, Cristiane Paggi, Jessica de Carvalho Dias, Roberto Loz Junior; **Segmentos – Bens de Consumo, Alimentos e Bebidas, Moda e Beleza, Arquitetura e Decoração | Diretora de negócios multiplataforma:** Selma Souto; **Executivas multiplataforma:** Eliana Lima Fagundes, Fátima Regina Ottaviani, Giovana Sellan Perez, Paula Santos Silva, Selma Teixeira da Costa, Soraya Mazerino Sobral; **Segmentos – Mobilidade, Serviços Públicos e Sociais, Agronegócios, Indústria, Saúde, Educação, Turismo, Cultura, Lazer, Esporte | Diretor de negócios multiplataforma:** Renato Augusto Cassis Siniscalco; **Executivos multiplataforma:** Cristiane Soares Nogueira, Diego Fabiano, João Carlos Meyer, Priscila Ferreira da Silva; **| Diretora de negócios multiplataforma:** Sandra Regina de Melo Pepe; **Executivos multiplataforma:** Dominique Petroni de Freitas, Lilian de Marohe Noffs; **| Segmentos – Financeiro, Legal, Imobiliário | Executivos multiplataforma:** Ana Silvia Costa, Milton Luiz Abranches; **| Escritórios Regionais | Diretora de negócios multiplataforma:** Luciana Menezes Pereira; **Gerente multiplataforma:** Larissa Ortiz; **Executiva multiplataforma:** Babila Garcia Chagas Arantes; **| Unidades de Negócio – Rio de Janeiro – Gerente multiplataforma:** Rogerio Pereira Ponce de Leon; **Executivos multiplataforma:** Daniela Nunes Lopes Chahim, Juliane Ribeiro Silva, Maria Cristina Machado, Pedro Paulo Rios Vieira dos Santos; **| Unidades de Negócio – Brasília – Gerente multiplataforma:** Barbara Costa Freitas Silva; **Executivos multiplataforma:** Camilla Amaral da Silva, Jorge Bicalho Felix Junior; **Opec Off-Line:** Carlos Roberto de Sá, Douglas Costa, Bruno Granja; **Opec On-Line:** Danilo Panzarini, Higor Chabes, Rodrigo Pecoschi; **| EGCN – Consultora de marcas:** Olivia Cipolla Bolonha; **| Desenvolvimento Comercial e Digital | Diretor:** Tiago Joaquim Afonso; **| G.Lab:** Caio Henrique Caprioli, Lucas Fernandes; **Eventos:** Daniela Valente; **Portfólio e Mercado:** Rodrigo Girodo Andrade; **Projetos Especiais:** Luiz Claudio dos Santos Faria, Guilherme Inegawa

AUDIÊNCIA | Diretor de Marketing: Cristiano Augusto Soares Santos
Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Comercial: Ednei Zampese
Coordenadores de Marketing: Eduardo Roccato Almeida, Patricia Aparecida Fachetti

ANER IVC FIPP

ÉPOCA é uma publicação semanal da EDITORA GLOBO S.A. – Avenida 9 de Julho, 5229, São Paulo (SP), Jardim Paulista – CEP 01407-907. Distribuidor exclusivo para todo o Brasil: Dinap – Distribuidora Nacional de Publicações **GRÁFICAS: Plural Indústria Gráfica Ltda.** – Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 700 – Tamboré – Santana de Parnaíba, São Paulo, SP – CEP 06543-001.

O Bureau Veritas Certification, com base nos processos e procedimentos descritos no seu Relatório de Verificação, adotando um nível de confiança razoável, declara que o Inventário de Gases de Efeito Estufa – Ano 2012, da Editora Globo S.A., é preciso, confiável e livre de erro ou distorção e é uma representação equitativa dos dados e informações de GEE sobre o período de referência, para o escopo definido, foi elaborado em conformidade com a NBR ISO 14064-1:2007 e Especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Deseja falar com a Editora Globo?

ATENDIMENTO 4003-9393

VENDAS CORPORATIVAS E PARCERIAS 11 3767-7226 parcerias@edglobo.com.br

PARA ANUNCIAR SP: 11 3736-7128 | 3767-7447 3767-7942 | 3767-7889 3736-7205 | 3767-7557 RJ: 21 3380-5930 | 3380-5923 BSB: 61 3316-9584

NA INTERNET www.assineglobo.com.br/sac 4003-9393

ASSINATURAS 4003-9393 www.sacglobo.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES O pedido será atendido através do jornaleiro ao preço da edição atual, desde que haja disponibilidade de estoque. Faça seu pedido na banca mais próxima.

LICENCIAMENTO DE CONTEÚDO 11 3767-7005 venda_conteudo@edglobo.com.br

Para se corresponder com a Redação: Endereçar cartas ao Diretor de Redação, ÉPOCA. Caixa Postal 66260, CEP 05315-999 – São Paulo, SP. Fax: 11 3767-7003 – E-mail: **epoca@edglobo.com.br**
As cartas devem ser encaminhadas com assinatura, endereço e telefone do remetente. ÉPOCA reserva-se o direito de selecioná-las e resumi-las para publicação.
Só podem ser incluídas na edição da mesma semana as cartas que chegarem à Redação até as 12 horas da quarta-feira.

© Reprodução proibida. Consulte o valor da parcela mínima. Os produtos exibidos estão sujeitos à disponibilidade de estoque e alteração de preço sem prévio aviso. VENDAS: www.vivara.com.br ou 0800 77 44 999.

Life
VIVARA
vivara.com.br

COLEÇÃO MY GARDEN
MARINA RUY BARBOSA
PARA LIFE BY VIVARA

Prata, iolita e granada.
Brinco 10x R$ 55 ou à vista R$ 550.

Quer um bom motivo para ter um SUV? Nós temos dois.

Hyundai CAOA.
Especialista em SUV.

Novo ix35 2018

A partir de R$ 99.990,00 TAXA 0%

HYUNDAI CAOA.
A MONTADORA DOS CLIENTES
MAIS SATISFEITOS DO BRASIL

Pela vida. Escolha o trânsito seguro.

Imagens meramente ilustrativas. ix35 – Os itens apresentados neste anúncio são referentes ao veículo Hyundai ix35 2.0 GLS Flex, automático, 2016/2017, catálogo 999P. O design das partir de R$ 99.990,00 à vista referente ao veículo Hyundai ix35 2.0 Flex, catálogo GBDJ1, 2017/2018. 2. Taxa Zero válida para o modelo GBDJ1, no valor de R$ 99.990,00 à vista, com da compra, para pagamento da 1ª parcela. As operações de crédito estão sujeitas a cobrança de IOF e Tarifa de Cadastro, que serão incluídos no CET. O CET – Custo Efetivo Total – irá demais condições do produto vigentes na data da contratação. Tucson – Os itens apresentados são referentes ao veículo New Tucson 1.6T GDI 2017/2018, catálogo GBPL. Consulte GBPK, no valor de R$ 140.970,00 (IPVA 2017 por conta do cliente). 4. Tabela Fipe: serão aceitos na troca no valor da Tabela Fipe os veículos que estiverem com o seu documento único documentação oficial. Válido para os veículos Tucson GLS com câmbio automático e ix35 com câmbio automático, de 2014/2014 a 2017/2017 (o ix35 GLS 2017 será aceito somente na Hyundai e com quilometragem limitada a 15.000 km por ano, sem registro de sinistro e/ou avarias de grande monta. 3ª – Enquadramento do veículo nas condições acima por laudo de uso. Manual do Proprietário e certificado de garantia com as revisões realizadas dentro do prazo determinado pela Hyundai nos termos do Manual do Proprietário. 5º – O veículo para-brisa, substituição de pneus, etc., a avaliação estará sujeita ao desconto do serviço conforme tabela de preço das revendas Hyundai CAOA. Garantia Hyundai 5 anos: uso particular, Garantia do veículo, assim como no Manual do Proprietário. Não aplicável na modalidade Troca com Troco. Não cumulativo com outras promoções. Preserve a vida. Use o cinto de

NEW TUCSON
Turbo GDi
Transmissão Dual Clutch de 7 velocidades.

ÚLTIMOS DIAS
A HYUNDAI CAOA **PAGA 100%**
TABELA FIPE*
*Consulte condições.
NO SEU HYUNDAI, NA COMPRA DO NEW TUCSON.
E MAIS: LICENCIAMENTO GRÁTIS

Imagens meramente ilustrativas.

GARANTIA HYUNDAI 5 ANOS SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM
CONSULTE CONDIÇÕES NO SITE

CAOA MONTADORA

HYUNDAI

www.hyundai-motor.com.br

rodas pode variar entre os modelos: 2016/2017, 999P (roda 18") e 2017/2018, 999P1 (roda 17"). Consulte outras versões, cores e itens nas Concessionárias autorizadas Hyundai. 1. Preço a entrada de 60% e saldo em 18 parcelas, não aplicável para as demais versões e modelos. Taxa de juros para o financiamento de 0% a.m. e 0% a.a. e 30 dias de carência, a contar da data variar de acordo com os valores, prazos e demais condições escolhidas pelo cliente e será informado antes da contratação. Condições sujeitas a análise e aprovação do crédito e condições para demais cores, itens e versões nas Concessionárias Hyundai CAOA. 3. Licenciamento gratuito: válido somente na troca pelo New Tucson GLS 0 km 2017/2018, catálogo de transferência – DUT – no nome do comprador do veículo 0 km ou em nome de parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuges), desde que comprovado o parentesco por meio de versão com teto solar), desde que reúnam as seguintes condições, cumulativamente: 1ª – Garantia de fábrica ativa. 2ª – Registro de revisões realizadas dentro do prazo estipulado pela de vistoria cautelar pericial com aprovação do veículo, sem restrição, em empresa de vistoria indicada pelo concessionário Hyundai CAOA. 4ª – Chave reserva em perfeitas condições deve estar em perfeitas condições de uso, sem a necessidade de reparo e troca de peças. Caso haja a necessidade de pequenos reparos como pequenos riscos, amassados, trincas no sem limite de quilometragem. Uso comercial: garantia de 5 anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. Termos e condições da Garantia Hyundai estão estabelecidos no Manual de segurança. Mais informações: www.hyundai-motor.com.br. Promoções válidas até 30/9/2017 ou enquanto durarem os estoques.

Destaques | Fácil de navegar | Últimas edições | Leitura off-line | Melhor experiência de leitura

Cadastre-se em **globomais.com.br** e experimente **30 dias grátis**

Baixar na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play

APRESENTADO POR ESTILO

MAN

Com uma gestão pública eficiente, transformar bons resultados em

Com uma administração eficiente e responsável, Manaus tem hoje uma das gestões públicas mais modernas e elogiadas do país. O modelo, considerado exemplo para outras capitais, ajudou a controlar despesas, equilibrou as contas públicas e aumentou a capacidade de investimento em infraestrutura e qualidade de vida para os manauaras.

*Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
*Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
*Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios

AUS

a gente mostra que é possível reconhecimento nacional.

PREVIDÊNCIA

1º LUGAR
ENTRE CAPITAIS E ESTADOS
EM BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO
NO RANKING ANEPREM*

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CONSIDERADO MODELO
PARA O AMAZONAS

PREFEITURA DE
MANAUS

Os brasileiros e as liberdades individuais

A democracia é o pior regime fora todos os outros. Os fatos dão razão à frase famosa de Winston Churchill. Estudos de ciência política mostram que democracias estáveis e com uma renda média acima de US$ 6 mil dificilmente voltam a ser ditaduras (o PIB *per capita* nominal do Brasil está em torno de US$ 10 mil). A razão é simples. Quanto mais se tornam ricos e escolarizados, menos os cidadãos parecem propensos a abdicar da liberdade conquistada. Acostumam-se a ela e reagem a qualquer ameaça.

Também faz parte da democracia, no entanto, que mesmo os autoritários se manifestem. Isso vem acontecendo com uma certa frequência no Brasil. É o caso do general Hamilton Mourão, que, durante uma palestra em loja maçônica, declarou: "Ou as instituições solucionam os problemas políticos, com o Judiciário retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então teremos de impor isso". O general afirmou também que a cúpula do Exército estaria afinada com tal absurdo, abrindo espaço para a interpretação de que uma intervenção militar resolveria o problema da corrupção no Brasil *(leia mais no Personagem da Semana, na pág. 17)*. Em outra esfera, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho emitiu uma liminar na qual permite que psicólogos ofereçam "tratamento" com vista a uma "(re) orientação sexual". Insinuar que a homossexualidade é uma doença que precisa de cura é tão absurdo quanto achar que é possível mudar a orientação sexual de uma pessoa usando recursos da clínica psicológica.

DEMOCRACIA
O beijo entre Liniker e Johnny Hooker. Protesto no Rock in Rio

Tais demonstrações de autoritarismo incomodam, e por isso causaram controvérsia nas redes sociais. É importante, no entanto, enxergar as duas polêmicas em perspectiva. O general Mourão foi desautorizado por seus superiores, que afirmaram que suas palavras não traduzem o pensamento do Exército brasileiro. A liminar desastrada do juiz Waldemar não significa que haverá retrocesso nas liberdades individuais no país. Prova disso foi o "beijaço" no Rock in Rio, desencadeado após o beijo na boca entre Liniker e Johnny Hooker no palco. O próprio parecer do Conselho Nacional de Psicologia, que trata a "cura gay" como o que ela realmente é – um completo absurdo científico –, mostra que o Brasil está em linha com outros países em relação ao tema. O que não impede a existência de profissionais que praticam tal disparate pelo país afora – fenômeno que, infelizmente, ocorre também na Europa e nos Estados Unidos *(leia mais a partir da pág. 68)*.

Bravatas autoritárias como a do general Mourão merecem ser duramente condenadas. Deslizes como o do juiz Waldemar – que, de resto, em sua liminar, apoia o parecer do Conselho Nacional de Psicologia – devem ser apontados e criticados. Eles não significam, no entanto, que o Brasil vive uma fase de obscurantismo nem que o país voltará a ser uma ditadura. Não há nada, à luz dos fatos, que aponte nessa direção. Pesquisas mostram que, na área do comportamento, as novas gerações costumam ser mais abertas que as gerações precedentes, e tal fenômeno se repete na progressão das décadas. No que os americanos chamam de "guerras culturais", parece inevitável, a longo prazo, a vitória dos progressistas. É natural a reação dos que se sentem ofendidos – e tal reação é também parte dos regimes de liberdade, desde que não gere legislações autoritárias.

Da mesma forma que democracias dificilmente se convertem em ditaduras, a modernização cultural parece irreversível. A polêmica em torno dos dois casos reafirma que boa parte dos cidadãos brasileiros se acostumou à democracia e às liberdades individuais e reage a qualquer ameaça a essas duas conquistas. É bom que seja assim.

João Gabriel de Lima
Diretor de Redação

Foto: Gabriel Sayão/Estadão

REFINARIA DE MANGUINHOS

HÁ 63 ANOS FAZENDO PARTE DA HISTÓRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL.

CONHEÇA MELHOR A REALIDADE DA REFINARIA DE MANGUINHOS:

A Refinaria de Manguinhos produz [illegible] de litros de gasolina A.

Toda produção é submetida aos mais [illegible] e externos, que atendem padrões adotados internacionalmente.

[illegible] preservando a integridade do motor.

[illegible] de Campeões, que atende diariamente mais de 300 crianças carentes.

REFINARIA DE PETRÓLEOS

REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS

VOCÊ NUNCA VIU UM CIRQUE ASSIM ANTES

Banco ORIGINAL

APRESENTA

CIRQUE DU SOLEIL

AMALUNA

SÃO PAULO **ESTREIA 5 DE OUTUBRO** PARQUE VILLA LOBOS

RIO DE JANEIRO **ESTREIA 28 DE DEZEMBRO** PARQUE OLÍMPICO

RIO DE JANEIRO PRÉ-VENDA EXCLUSIVA PARA CLIENTES DOS CARTÕES

Banco ORIGINAL

CIRQUEDUSOLEIL.COM | FB.COM/AMALUNA

PATROCÍNIO

RIACHUELO aggreko

LOCADORA OFICIAL

Localiza Hertz

APOIO

VENDAS

tudus WWW.TUDUS.COM.BR
*SUJEITO À TAXA DE CONVENIÊNCIA

APOIO CULTURAL

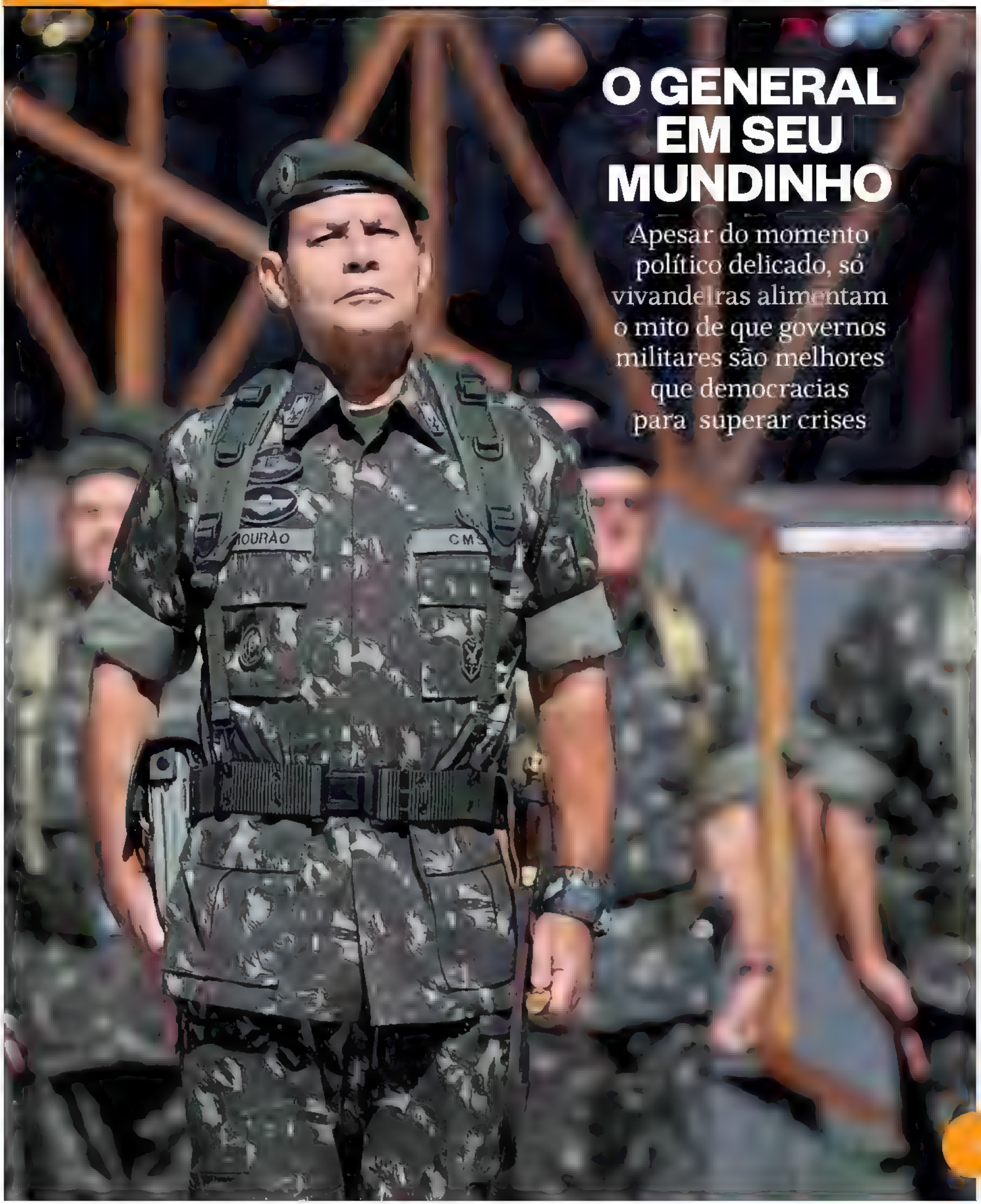
REALIZAÇÃO

IMM esporte e entretenimento

Classificação etária: Livre. Menores de 12 anos de idade somente acompanhados dos pais ou responsáveis legais. Sujeito a alteração por decisão judicial. *Desconto válido apenas para ingressos do tipo "Inteira" e não cumulativo com outros descontos e promoções (quantidade limitada). Somente para compras feitas com cartões de débito e crédito Banco Original. Vendas limitadas a 6 ingressos por CPF. BILHETERIAS OFICIAIS (sem taxa de conveniência): SÃO PAULO - Shop. Market Place: Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 / 1º Piso. RIO DE JANEIRO: Shop. Metropolitano: Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1300 / 2º Piso. Este evento requer autorizações específicas. Consulte o site tudus.com.br/evento/cirque-du-soleil-amaluna e acompanhe a atualização sobre a expedição de alvarás relacionados ao evento.

PERSONAGEM DA SEMANA

HAMILTON MOURÃO



O GENERAL EM SEU MUNDINHO

Apesar do momento político delicado, só vivandeiras alimentam o mito de que governos militares são melhores que democracias para superar crises

Foto: Diego Vara/RBS

Leandro Loyola

Havia mais de uma hora e meia que o general de Exército Hamilton Mourão desfrutava posição de convidado de honra da Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil, em Brasília. Com uniforme de gala, todas aquelas medalhas ornamentando o lado esquerdo do peito, discorrera perante fãs sobre o tema Análise da Conjuntura Mundial, da América do Sul e do Brasil, no qual tocara em assuntos diversos, como O Mundo Atual, Os Principais Conflitos, O Mundo no Início do Terceiro Milênio, Política: Esquerda x Direita, O Foro de São Paulo, O Brasil: Baixa Representatividade Política, Crise Psicossocial, Ruptura, Lula 2 e Dilma, Padrões de Governança, Sarneyzação... Até que a exposição acabou e vieram as perguntas. Como sempre acontece nesses ambientes saudosistas do regime militar, apareceu a inevitável: diante do descalabro da corrupção, por que não ocorre uma intervenção militar? Mourão estava em seu mundo.

"Excelente pergunta", disse Mourão. E aproveitou para discorrer. "Quando nós olhamos com temor e com tristeza os fatos que estão nos cercando, a gente diz 'por que não vamos derrubar esse troço todo?'. Na minha visão, que coincide com a dos meus companheiros do Alto-Comando do Exército, estamos numa situação de aproximações sucessivas, até chegar no momento em que ou as instituições solucionam os problemas políticos, com o Judiciário retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícios, ou então nós teremos que impor isso", disse. Mourão foi aplaudido, satisfez aqueles que o marechal Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura militar (1964-1985), chamou de "vivandeiras alvoroçadas" que clamavam por "extravagâncias" dos militares. Cada um pode dizer o que quiser diante de plateias amigas, mas Mourão cometeu um ato de insubordinação, desrespeitou a hierarquia que obriga militares a obedecer às ordens do governo civil e os proíbe de manifestar-se sobre política. Militares, obviamente, não têm o direito de fazer ameaças aos Três Poderes, nem dizer que, caso as coisas são saiam como querem, chegarão para colocar ordem na casa.

Não há nenhuma surpresa no comportamento de Mourão. Ele é veterano em arroubos verbais de viés golpista. Em outubro de 2015, quando o impeachment já era assunto em Brasília, Mourão disse em uma palestra a oficiais da reserva que a substituição da então presidente Dilma Rousseff não traria "mudança significativa no *statu quo*" e que "a vantagem da mudança seria o descarte da incompetência, má gestão e corrupção". Aproveitou a chance para pedir o "despertar da luta patriótica". Fechou o pacote com uma homenagem póstuma ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um medalhão da tortura durante o período da ditadura militar (1964-1985) como comandante do DOI-Codi de São Paulo em seu período mais prolífico em violência e abusos. A trinca de atos tresloucados custou a Mourão o cargo mais reluzente de sua carreira, a chefia do Comando Militar do Sul – que reúne tropas de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mourão foi transferido para o comando da Secretaria de Economia e Finanças do Exército, em Brasília. Deixou de comandar uma tropa enorme para comandar uma mesa.

Desta vez, no entanto, sua insubordinação saiu praticamente de graça. O comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, que o punira em 2015, desautorizou Mourão como porta-voz do comando do Exército, mas optou por acomodar as coisas, sem punição. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, convocou Villas Boas para dar explicações. Mas terminou aderindo ao deixa-disso. Como Mourão, um militar que ocupou posições de destaque, está no ostracismo funcional há dois anos num cargo burocrático e deverá encerrar a carreira em 31 de março do ano que vem, Villas Boas e Jungmann disseram preferir não lhe dar uma razão para sair da história como herói de uma minoria. Acomodações assim dão certo na política, mas aconteceram no passado entre militares e o resultado foi diverso. Militares são regidos por um respeito rígido à hierarquia; quando ela é desrespeitada e nada acontece, abre-se um precedente ruim. O vírus da insubordinação nas Forças Armadas guarda perigo dos grandes. Levou ao golpe mili-

FALHOU
O marechal Humberto Castelo Branco *(de terno)*, primeiro presidente do regime militar em São Paulo, em 1964. Ele também assumiu com a desculpa de limpar a política da corrupção. Não deu muito certo

Foto: Domicio Pinheiro/Estadão Conteudo

A ideia de que as Forças Armadas podem extirpar a corrupção embasou o golpe de 1964. Não funcionou

tar de 1964 e resultou num regime ditatorial encerrado só em 1985. Agravante disso, a anarquia entre os militares espalhou-se após o golpe e colaborou para corroer o próprio regime. Quando um militar, ainda que seja um general no mais alto degrau da hierarquia, desrespeita os limites constitucionais, desperta uma avaria no sistema.

Além da leniência, o episódio de Mourão foi agravado pela entrevista dada por seu comandante, o general Villas Boas. Ao tentar amaciar as coisas, Villas Boas citou o Artigo 142 da Constituição, pelo qual as Forças Armadas podem ser convocadas por qualquer um dos Três Poderes na garantia da lei e da ordem. Sua fala foi confundida com o termo usado por fãs de Mourão, entre eles os que o adulavam em Brasília, que acreditam que isso permite às Forças Armadas governar. Alguns usam até o termo "intervenção militar constitucional", um malabarismo verbal, uma contradição em si. A Constituição não prevê uma intervenção militar nos moldes que apregoam as vivandeiras. As Forças Armadas podem ser chamadas pelo governo a atuar em casos específicos, como no reforço da segurança no Rio de Janeiro. Não existe a possibilidade de os militares serem convocados a intervir no exercício do governo, parar tudo e limpar o país de corruptos. Soluções simplistas assim só existem em sonhos de quem não conhece a Constituição, se incomoda com a democracia, flerta com o autoritarismo ou não aceita a complexidade do mundo. As palavras de Mourão, de tão absurdas, só ganham alguma repercussão devido ao contexto delicado pelo qual passa o Brasil, de acirramento de ânimos após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, as descobertas da Operação Lava Jato e o fato de o presidente Michel Temer ser acusado de crime comum no Supremo Tribunal Federal.

A desilusão com a política, diante da descoberta do alcance da corrupção, pode gerar desassossego, mas soluções mágicas como a de Mourão só param de pé em discursos. A promessa de que a força militar seria capaz de limpar o país dos corruptos foi umas das justificativas para o golpe de 1964. O governo do marechal Humberto Castelo Branco cassou dezenas de mandatos com a justificativa de punir políticos acusados de corrupção. Prometia entregar um país limpo em pouco tempo, a partir do qual a política seria feita por novos elementos a ser eleitos. Não houve eleição alguma por 25 anos. O marechal Costa e Silva, sucessor de Castelo, foi "eleito" pelo Congresso, assim como seus três sucessores militares. Como se vê pelo tanto que já foi exposto pela Operação Lava Jato e por outras investigações, nem cinco presidentes em 21 anos foram suficientes para acabar com a corrupção. Acreditar na mesma ideia que deu errado, 50 anos depois, soa no mínimo ingênuo. Prestes a deixar o serviço ativo, Mourão já é adulado como pré-candidato a presidente do Clube Militar, instituição na qual debates caem bem. Provavelmente esse é o melhor caminho. ◆

OITO NOTAS

QUE RESUMEM A SEMANA

Triste coincidência

Um **forte terremoto** voltou a atingir o México na última terça-feira, dia 19. O epicentro do tremor de 7,1 graus de magnitude foi o centro do país, mas a capital, Cidade do México, sentiu seus efeitos, com dezenas de prédios destruídos. Até o momento, foram contabilizados pelo menos 250 mortos, e muitos cidadãos estão soterrados à espera de ajuda. Coincidentemente, o abalo sísmico desta terça-feira ocorreu exatamente 32 anos depois do histórico terremoto de 19 de setembro de 1985, que deixou aproximadamente 10 mil mortos.

Sete vezes réu

O ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** se tornou réu mais uma vez na Operação Zelotes, que investiga esquemas de sonegação fiscal no país. Na terça-feira, dia 19, o juiz do Distrito Federal Vallisney Oliveira aceitou denúncia do Ministério Público Federal, acusando Lula pelo crime de corrupção passiva.

ME DÁ UM DINHEIRO AÍ

O Ministério da Fazenda quer que o BNDES devolva

R$ 50 BILHÕES

ao Tesouro ainda neste ano. O valor deve ajudar o governo a cumprir a meta de déficit fiscal de R$ 159 bilhões.

Caribe devastado

Na quarta-feira, dia 20, o **Furacão Maria**, com ventos de 240 quilômetros por hora e de categoria 4 numa escala que vai até 5, chegou a Porto Rico após deixar um rastro de destruição nas Ilhas Virgens e nas Antilhas Francesas. Muitos municípios continuam sem energia e incomunicáveis, já que estradas foram aterradas e bairros arrasados.

Casal das joias condenado

O juiz Marcelo Bretas condenou o ex-governador do Rio de Janeiro **Sérgio Cabral** (PMDB-RJ) a 45 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e envolvimento com organização criminosa. **Adriana Ancelmo**, sua mulher, também foi condenada. Pegou 18 anos e três meses de reclusão.

NÃO É O ORIENTE MÉDIO O Batalhão de Operações Especiais, o Bope, do Rio de Janeiro, deflagrou uma operação na favela da **Rocinha**, na segunda-feira, dia 18, à procura do chefe do tráfico na região, Rogério 157. Na véspera, dezenas de bandidos haviam invadido a favela. Por dias, a troca de tiros foi intensa e as aulas nas escolas foram suspensas.

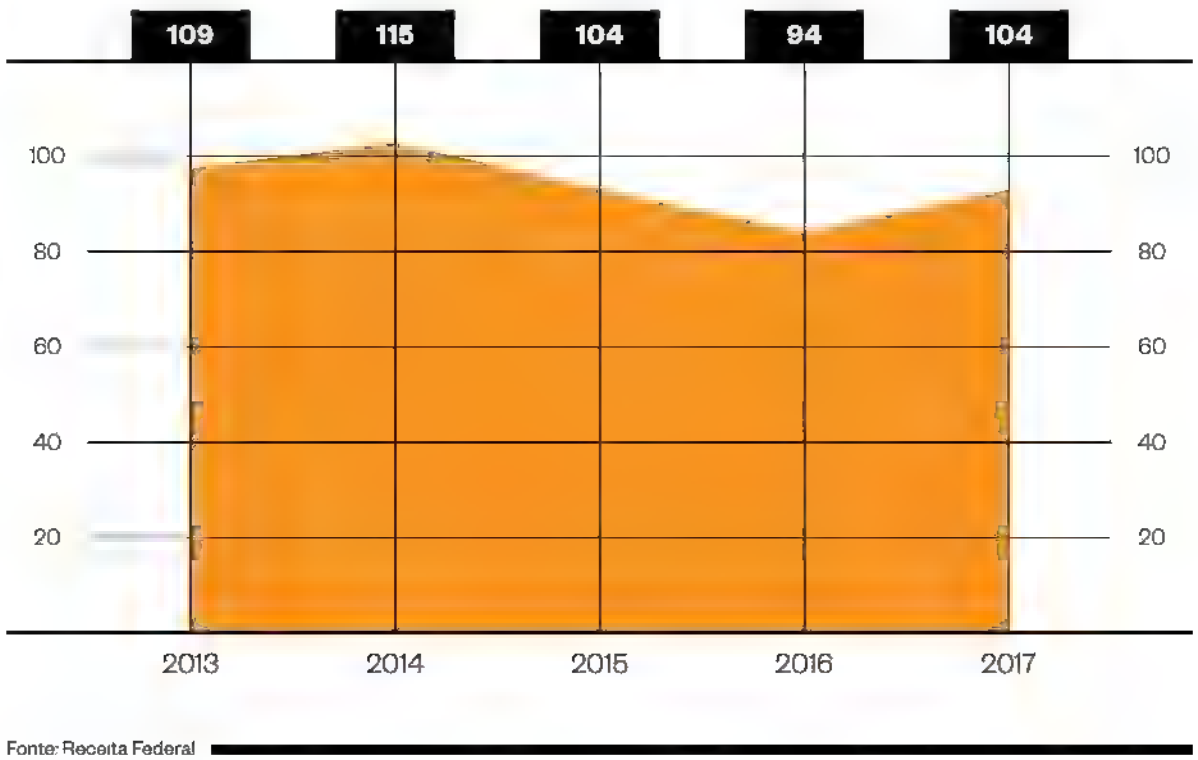
A morte de Farah

O ex-médico **Farah Jorge Farah** foi encontrado morto em sua casa na sexta-feira, dia 22. Farah foi condenado por assassinar e esquartejar sua ex-amante em 2003. Ele cumpria prisão domiciliar e deveria voltar à cadeia na sexta-feira. A polícia suspeita que ele cometeu suicídio – ele colocou uma música fúnebre, vestiu-se de mulher e cortou a veia femoral.

Entrou algum a mais

É grande – e real – o risco de o governo não cumprir a meta de limitar o déficit fiscal a R$ 159 bilhões neste ano, mas alguns sinais positivos aparecem. A arrecadação de impostos em agosto teve o melhor desempenho para este mês em dois anos, um sinal de que a economia ao menos deixou a recessão.

Dados dos meses de agosto – Em R$ bilhões



Fonte: Receita Federal

Fotos: Henry Romero/Reuters, AFP, Fabio Guimaraes/Extra/Agência O Globo, Lumi Zunica/Estadão Conteudo, Paula Giolito/Folhapress, Sjamy Beydoun/AGIF/Estadão Conteudo

QUINZE FRASES

QUE RESUMEM A SEMANA

“Não somos doentes”

artista, em reação à decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, que impediu o Conselho Federal de Psicologia de proibir tratamentos de reorientação sexual

Fotos: Filipe Redondo/Editora Globo, Ludovic Marin/AFP, Jones/Pacific Press/LightRocket/Getty Images

“Que ninguém esteja acima e ninguém esteja abaixo da lei”

Raquel Dodge,
procuradora-geral da República, ao tomar posse

“Será que numa volta do Rock in Rio era hora de entrar?”

Luiz Fernando Pezão,
governador do Rio de Janeiro. Ele disse que soube que criminosos invadiriam a Rocinha, mas decidiu não mandar a polícia para evitar mais tiroteios. Ao menos quatro pessoas morreram

“Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso”

General Antonio Hamilton Mourão,
secretário de Economia e Finanças do Exército

“Um gauchão, um grande soldado, figura fantástica”

Eduardo Villas Bôas,
comandante do Exército, ao dizer que Mourão não será punido por sugerir uma intervenção militar

“As Forças Armadas estão plenamente subordinadas aos princípios constitucionais e democráticos”

Raul Jungmann,
ministro da Defesa. Ele disse que vai cobrar explicações do comandante Eduardo Villas Bôas

“O mais provável sucessor, Jair Bolsonaro, é um populista de extrema-direita que pensa que a polícia deve ter licença para matar”

***Financial Times*,**
jornal inglês, sobre nossa eleição presidencial

“Se um dia eu chegar a ser presidente, vai ser uma desgraça”

Jair Bolsonaro,
deputado federal, ao dizer que a Presidência seria um transtorno para sua vida pessoal

“O PT está precisando não apenas de novos programas, mas de novos dirigentes, gente com a cabeça do século XXI”

Lula,
ex-presidente

“Eu não anunciei nenhuma pré-candidatura. Até agora”

João Doria,
prefeito de São Paulo. Ele disse não querer criar fissuras no PSDB nem atritos com seu padrinho político, o governador Geraldo Alckmin

“Se é assim que eles querem tratar um aliado, eu não sei o que é ser adversário”

Rodrigo Maia,
presidente da Câmara dos Deputados. Ele acusa o PMDB de tentar levar deputados do DEM

“Não teremos outra escolha além de destruir totalmente a Coreia do Norte”

Donald Trump,
presidente dos Estados Unidos

“Foi o discurso errado, no tom errado, para a audiência errada”

Margot Wallström,
ministra de Relações Exteriores da Suécia

“Eduardo Cunha redistribuía propina a Temer, com 110% de certeza”

Lúcio Funaro,
operador, em depoimento de delação premiada

“Isso é algo de foro íntimo”

Miguel Iskin,
empresário, sobre quando recebeu do ex-secretário de Saúde do Rio de Janeiro Sérgio Côrtes um e-mail com a mensagem "podemos passar pouco tempo na cadeia, mas nossas p...rias têm que continuar"

EUGÊNIO BUCCI

Deus e o diabo em dois capítulos

Capítulo 1: a fé sobe ao palanque para 2018

A gente olha para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e logo pressente a luz: ali está um homem de fé, um servo de Deus. Na semana passada, ele gravou uma mensagem em vídeo, numa produção bem caseira e bem cristã, em que se dirige aos evangélicos: "Me sinto muito à vontade para conversar com vocês porque temos os mesmos valores, valores da lei de Deus e dos homens, visando crescer, visando colaborar com o país. Preciso da oração de todos, estaremos aqui trabalhando, conto com vocês".

Esse mundo brasileiro é realmente um pandeiro abençoado. Até em sua religiosidade monetária, religiosidade da qual ninguém desconfiava, o ministro copia os Estados Unidos. Nas cédulas do dólar americano, a gente lê, em maiúsculas, "IN GOD WE TRUST". O ministro da Fazenda também "trust" nesse "God" aí. Esse negócio de God, sabe como é, a gente tem que "trust". Será cotura para unificar as igrejas evangélicas resolver se candidato – orai, economistas do Senhor –, pode levar. Meirelles dependerá, ainda, de muita oração.

Capítulo 2: a farda conspira contra o palanque de 2018

Enquanto Meirelles invoca Deus para subir no palanque de 2018, quem corre perigo é o palanque. Há militares interessados em derrubar a democracia. Convém não esquecer o que disse o general da ativa do Exército, Antonio Hamilton Mourão. Em uma palestra numa loja maçônica de Brasília, no dia 15, ele declarou que, no entendimento de seus "companheiros do Alto-Comando do Exército", uma "intervenção militar" virá se o Judiciário "não solucionar o problema político".

Mourão se referia ao problema da corrupção, e foi mais do que explícito: "Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos de impor isso". Apologia mais escancarada do golpe militar, impossível.

Será tragédia? Será piada de mau gosto? Será revival de 1964? Será meramente loucura? Até agora, o general não foi punido nem foi medicado. Tudo como dantes no quartel dos aspirantes.

E Mourão não é uma andorinha só. Quase um ano atrás, outra alta patente fez a mesmíssima ameaça. No dia 15 de dezembro de 2016, na página 2 do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Rômulo Bini Pereira, ex-chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa, escreveu um artigo, "Alertar é preciso", em que alertou mesmo: "Se o clamor popular alcançar relevância, as Forças Armadas poderão ser chamadas a intervir, inclusive em defesa do Estado e das instituições. (...). Não é apologia ou invencionice. Por isso, repito: alertar é preciso".

Todos sabemos que um golpe militar a essa altura é improvável. Essas quarteladas estão fora de moda, todos sabemos também, e as chances para esse tipo de aventura são reduzidas. Mesmo assim, fiquemos de olho. Se há um único ponto previsível sobre o futuro, é que o futuro é imprevisível, inclusive para os apóstolos (os bons e os maus) e para os milicos (os disciplinados e os rebelados). Não subestimemos a sandice. Há megalomanias redentoras – e demoníacas – no altar e na caserna. ◆

GOLPE MILITAR É IMPROVÁVEL, QUARTELADAS ESTÃO FORA DE MODA. MESMO ASSIM, FIQUEMOS DE OLHO

média? Será piada? Será um enredo maluco de escola de samba? Será a macroeconomia do Senhor? Ou será que Meirelles quer ser presidente do Brasil com o apoio da Assembleia de Deus?

Pelo sim, pelo não, "a fé não costuma faiá". Não há de fazer mal a fé inabalável do ministro. Deus opera na reunião do Copom. Milagres nas planilhas. Um coro ecoa na sala: "Sai, depressão, sai dessa economia, que ela não te pertence!". Outro coro, com hiperinflação de decibéis, emenda: "Em nome de Jesus, cresce, PIB!". Eis então que, já desenganado pelos economistas, o corpo exangue das finanças públicas reage. "Aleluia, aleluia!"

O que mais comove nas aparições eclesiais de Henrique Meirelles é a autenticidade. Realmente. Quanta verdade interior! Que semblante profético! Mais que um pregador do Evangelho, o atual ministro de Michel Temer, filiado ao PSD de Gilberto Kassab, que foi também presidente do Banco Central nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, é puro ecumenismo eleitoral. Nele, todas as seitas partidárias se fundem numa só voz. A voz dele, por certo.

Gilberto Kassab em pessoa, presidente do PSD, lançou o nome de Meirelles como pré-candidato à Presidência. Enquanto isso, o ministro orará, e orará, e orará para que seus cortejados evangélicos não prefiram o original. No tabuleiro que se desenha para 2018, está faltando um candidato evangélico da gema, algo como esse prefeito do Rio, Marcelo Crivella. Se um religioso com poder, com banca e com esta-

Eugênio Bucci é jornalista e professor da ECA-USP

#OSimEmCores

COLEÇÃO EXPRESSÃO
Ouro branco, diamantes e pedras preciosas.
Anéis com turmalina rosa, rubi, esmeralda,
água marinha, safira ou tanzanita
a partir de 10x R$ 359 ou à vista R$ 3.590 cada.

VIVARA
55 ANOS

EXPRESSO

POR MURILO RAMOS

expresso@edglobo.com.br

Por onde anda?

O homem da mala

Um dos personagens centrais da delação premiada do operador Lúcio Funaro é **Altair Alves Pinto**, ex-assessor do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. Em um dos trechos da delação, Funaro afirma saber que o presidente Michel Temer recebia propina porque "o Altair comentava que tinha de entregar para o Michel". Altair é tão importante que os advogados de Cunha vão propor à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, incluí-lo como colaborador ao lado do peemedebista. Cunha cita Altair como testemunha para as entregas em dinheiro vivo para operadores de Temer.

Planos

Após fechar o acordo de delação premiada, **Funaro** acredita que poderá passar o Natal em família. Mas está entusiasmado mesmo é com um cálculo que daria a ele a condição de seguir para o regime semiaberto já em janeiro de 2018. Funaro tem dito que não quer morar na capital paulista. Ele se mudaria com a família para o interior de São Paulo, onde tem fazenda, e trabalharia durante o dia na região. Para reduzir os dias de pena, tem lido freneticamente.

Desencontros

Preso em Brasília e investigado por transportar dinheiro para Geddel Vieira Lima, o advogado Gustavo Ferraz não aparece ainda na denúncia sobre o quadrilhão do PMDB como alguém que carregou dinheiro para o ex-ministro.

Onze dígitos

Funaro disse que o grupo de Geddel, que foi vice-presidente da Caixa, liberou entre R$ 5 bilhões e R$ 8 bilhões em empréstimos e que o político baiano recebeu propina até meses depois de ter deixado o cargo.

Termômetro

Preocupados com uma possível delação premiada de Geddel e em como isso afetaria o presidente, assessores de Temer estão monitorando os passos de seu irmão, o deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA). Acompanham postagens em redes sociais e ficam antenados em conversas de Lúcio com colegas da Câmara.

Esperança

Presos, os irmãos Joesley e Wesley Batista estão incomodados ao ver a delação premiada com a PGR naufragar. Orientam os advogados a dizer que, sem eles, todo o esforço de investigação dos procuradores corre o risco de parar no lixo.

Um minuto

Eduardo Cunha, preso há quase um ano pela Lava Jato, tem poucos momentos de alegria. Um deles quando é lembrado de ter sido fundamental para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Fotos: Juliana Castro/O Globo, Heuler Andrey/Dia Esportivo/Estadão Conteúdo, André Armando Andrade/Futura Press, Dida Sampaio/Estadão Conteúdo

Com **Marcelo Rocha** e **Nonato Viegas**
e reportagem de **Nelson Niero Neto**

Para a fábrica

Sem conseguir acessar os dados dos telefones apreendidos na operação cujos alvos foram, entre outros, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), sua irmã Andrea Neves e o senador Zeze Perrella (PMDB-MG), a PF pediu autorização ao STF para levar os equipamentos aos Estados Unidos, onde o fabricante pode dar uma forcinha. A PGR está sendo consultada. Os investigadores só mudarão de ideia caso os suspeitos topem ceder as senhas para facilitar o trabalho dos policiais, algo improvável.

Carão

O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin respondeu da seguinte forma a um pedido do ministro Moreira Franco para que um recurso dele em inquérito no qual é investigado corresse em sigilo para evitar sua exposição: "A alegada exposição não legitima a restrição à publicidade. O escrutínio público de pessoas que se insiram nessa condição constitui proceder ínsito aos princípios Republicano e Democrático".

Livros

Até logo

O juiz federal **Sergio Moro** quer se ausentar do Brasil para estudar. O mais provável é que embarque em 2019 ou 2020. Isso quer dizer que ele não tem intenção de se candidatar nas eleições do ano que vem, contrariando as constantes especulações.

Inspiração

Teori Zavascki é fonte de inspiração do ministro Edson Fachin, atual relator da Lava Jato. Quando está diante de tema de difícil solução, Fachin se pergunta como o ex-ministro se manifestaria. Não raro estuda votos do colega morto em janeiro.

Espera

A propósito, a família de Teori Zavascki estuda que providência adotar sobre um assunto não resolvido, decorridos oito meses do acidente aéreo que vitimou o ministro: a falta de notícias sobre o seguro a ser pago. No avião, que caiu no litoral fluminense, havia outras quatro pessoas.

Chinelão

Além dos 270 dias de licença-prêmio convertidos em dinheiro, o que significa embolsar de uma só vez nove meses de salário, Rodrigo Janot reservou 41 dias para usufruir. Já marcou com bastante antecedência. Será entre maio e junho de 2018.

Engasgado

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, adoraria dar o troco no PMDB, que dificulta a possibilidade de o DEM aumentar sua bancada. Acontece que as apostas de Maia para enfraquecer o partido de Temer estão devagar. Um delas seria tirar o governador capixaba, Paulo Hartung. O problema para Maia é que Hartung também sofre assédio do PSDB. E não tem pressa para decidir.

Se colar

Presidente interino do PSDB, o senador Tasso Jereissati (CE) costura sua permanência no posto. Toma conta da comunicação do partido, conversa com os deputados apelidados de cabeças pretas e se aproxima do prefeito de São Paulo, João Doria.

Aditivada

O deputado federal **Paulo Maluf** diz que pretende se reeleger em 2018 para mais um mandato. Só mudará de plano, afirma, caso apareça algum problema de saúde: "Nessa idade *(86)*, a saúde é como o tanque de combustível na reserva. De repente a gasolina acaba". Mas a preocupação de Maluf não deverá ser só com a gasolina. A cúpula do PP tentará dificultar sua candidatura. É óleo na pista.

Leia a coluna Expresso em epoca.com.br

SUA OPINIÃO

Escreva para:
epoca@edglobo.com.br

ACABOU O BAMBU?

Em "As últimas flechas" (1004/2017), ÉPOCA explicou a última denúncia de Janot contra Temer

Quantas quadrilhas têm se alternado no poder nesses anos todos... Não há nada a ser feito?! Isso se dá, penso eu, devido à quantidade de quadrilhas que existem no meio político – se é que posso chamar isso de "meio político". Se nós, que não pertencemos à "casta", deixarmos de pagar qualquer imposto ou tentarmos sonegar o Imposto de Renda, seremos pegos sem perdão! Ah! Mas nós somos pobres mortais!

Norma Sueli Sanz Calvo,
via Facebook

As flechas *(as últimas denúncias de Janot)* de um trapalhão despreparado para ser procurador-geral da República.

Henrique Mneto,
via Facebook

Parabéns a Rodrigo Janot. O Brasil agradece pelas flechas, porque foram muitos anos em que exploraram o Brasil sem receber uma flechada sequer.

Sostenes Carmo Amorim,
via Facebook

Michel Temer foi e deve ser denunciado se cometeu crimes. Mas há um probleminha: Janot fez um mix na denúncia, colocou com todas as letras fatos que supostamente ocorreram antes de ele se tornar presidente. A Constituição é clara: o presidente não pode ser denunciado por fatos estranhos à Presidência. Não é preciso entender de legislação. Basta ler. Atropelar a lei não é a melhor forma de conseguir justiça.

Silvando Antonio Filho,
via Facebook

MUITO CALOR, POUCA LUZ

A reportagem "De tela em tela" (1004/2017) narrou a campanha digital que fechou a exposição *Queermuseu*

O que mais me incomoda nesse episódio é a demonstração de intolerância, é a polaridade estampada em comentários cheios de ódio e preconceito. Essa visão estreita de direita e esquerda me assusta. Cadê o caminho do meio? Cadê o bom senso? As pessoas veem o mundo em preto e branco, e ele não é assim.

Juliana Garcez Peixoto,
via Facebook

MAIS COMENTADAS

1. **Raquel Dodge exclui da Lava Jato procuradores que prometera manter**
2. **Raquel Dodge dá 30 dias para saída da atual equipe da Lava Jato na PGR**
3. **Bolsonaro procura economista que respalde sua candidatura em 2018**
4. **Senador quer acabar com o "Vossa Excelência"** EXPRESSO
5. **Cura gay: "Reorientar gays é como embranquecer negros", diz psicólogo**

MAIS LIDAS

1. **Raquel Dodge dá 30 dias para saída da atual equipe da Lava Jato na PGR**
2. **Raquel Dodge exclui da Lava Jato procuradores que prometera manter**
3. **Fachin pede a Cármen Lúcia para excluir parlamentares** EXPRESSO
4. **Juliana Paes e Marcelo Faria surgem nus em trailer** Bruno Astuto
5. **Rock in Rio: vigilância sanitária joga fora alimentos** Bruno Astuto

MAIS COMPARTILHADAS

1. **Raquel Dodge exclui da Lava Jato procuradores que prometera manter**
2. **Raquel Dodge dá 30 dias para saída da atual equipe da Lava Jato na PGR**
3. **STF dá início a ação penal contra Renan Calheiros nove meses após processá-lo**
4. **Ministério prevê gastar até R$ 147 mil com Kassab** EXPRESSO
5. **Bolsonaro procura economista que respalde sua candidatura em 2018**

Tudo se resume a mais dinheiro

Desidratados os pontos mais interessantes, o que o Congresso chamou de reforma política caminha para um desfecho melancólico

MUDA POUCO **Sessão da Câmara na semana passada. As mudanças mais benéficas foram abandonadas**

Com apenas mais duas semanas para aprovar uma reforma política com efeitos práticos na eleição de 2018, são inequívocos os sinais de que as mudanças devem se resumir apenas ao ponto que mais interessa a deputados e senadores, o aumento do dinheiro público para suas campanhas à reeleição. Ninguém deve se surpreender com isso. Desde o início, com poucas exceções, o objetivo dos parlamentares era esse mesmo. Em um Congresso com tanta gente enrolada na Operação Lava Jato, o pensamento dominante é criar condições à reeleição e, assim, manter o foro privilegiado que reduz o risco do destino carcerário.

A única proposta ainda negociada com afinco e dedicação no Congresso é aquela que cria uma forma de turbinar o atual fundo partidário de cerca de R$ 1 bilhão com mais uns R$ 2 bilhões em recursos públicos. Políticos investigados por corrupção e outros crimes buscarão maneiras de avançar no dinheiro do contribuinte para compensar a falta de doações de empresas. O abandono da ideia de substituir o sistema de votação proporcional pelo chamado distritão – uma invenção quase exclusiva do Brasil – pode ser o solitário resultado positivo nesse conjunto de medidas.

Duas alterações interessantes aprovadas no relatório da deputada Shéridan, do PSDB de Roraima, que teriam efeito benéfico ao sistema – a implantação de uma cláusula de desempenho e o fim das coligações em eleições proporcionais –, foram desidratadas na semana passada. Para a cláusula, por enquanto prevalece a versão de que terão acesso ao dinheiro do fundo partidário e à propaganda gratuita (para os partidos) os partidos que obtiverem 1,5% dos votos válidos em pelo menos nove estados ou que tiverem ao menos nove deputados em nove estados. O fim das coligações – uma gambiarra que confunde o eleitor ao permitir que o voto em um partido eleja candidatos de outro – ficou para a eleição municipal de 2020.

As duas propostas foram alteradas em nome do objetivo maior dos políticos, reduzir o número de participantes que terão acesso ao bolo do dinheiro público para manter partidos e disputar eleições. A cláusula de barreira é essencial para sanear um sistema político doente, com mais de 30 partidos, a maioria apenas em busca de uma fatia desse fundo. A operação de saneamento só prospera, no entanto, porque os partidos maiores querem dividir o bolo com menos gente. ◆

Foto: Luis Macedo/Agência Senado

A UNIVERSIDADE PEDE SOCORRO

Sem um modelo de financiamento viável, que inclua o pagamento de mensalidades pelos alunos mais ricos, corremos o risco de sucatear nossos centros de produção de conhecimento

Flávia Yuri Oshima

DE

SEM O BÁSICO. **Prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A universidade suspendeu as aulas por algumas semanas por falta de energia elétrica**

Entre 2007 e 2010, pela primeira vez em 24 anos, o país chegou a 7,5% de crescimento do PIB. É natural que as grandes expansões sejam planejadas em tempos de bonança. Assim, a decisão do governo federal de investir na expansão de vagas em ensino superior e na criação de novas universidades, com o Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), lá em 2007 – e que ainda está em curso –, não parece desbaratada nem fora de contexto. E não seria de fato se as universidades públicas brasileiras funcionassem dentro de um modelo bem equacionado. Nesse caso, ao expandir sua atuação ou criar novas instituições, seu custeio estaria garantido mesmo em épocas de aperto. Não é o que ocorre. As maiores e mais tradicionais universidades públicas, estabelecidas bem antes do Reuni, sofrem uma crise de difícil solução.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o rombo entre 2015 e 2016 chegou a R$ 115,6 milhões. Na Universidade de Brasília faltam R$ 104,5 milhões para as contas fecharem neste ano. Somados, os déficits de nove das 15 maiores universidades federais somam, neste ano, mais de R$ 400 milhões. Nas instituições estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) –, a receita só dá conta da folha de salários e aposentadorias. No caso da USP, nem isso. Por lá, a folha de pagamentos corresponde a 105,7% dos recursos repassados pelo Estado. A USP, uma das universidades mais ricas do país, por receber, por lei, 5% do ICMS paulista (a maior arrecadação estadual do país), já teve R$ 3,61 bilhões de reservas, mas iniciou este ano com R$ 1,3 bilhão. A queda deve-se à necessidade de a universidade tapar os rombos perenes em seu orçamento. Os gastos com ▶

pagamento de pessoal mordem a maior fatia de qualquer instituição educacional. No caso das públicas, a estabilidade de emprego do funcionalismo dificulta ainda mais o gerenciamento das contas. Num momento de aperto não dá para enxugar até que se possa voltar a crescer.

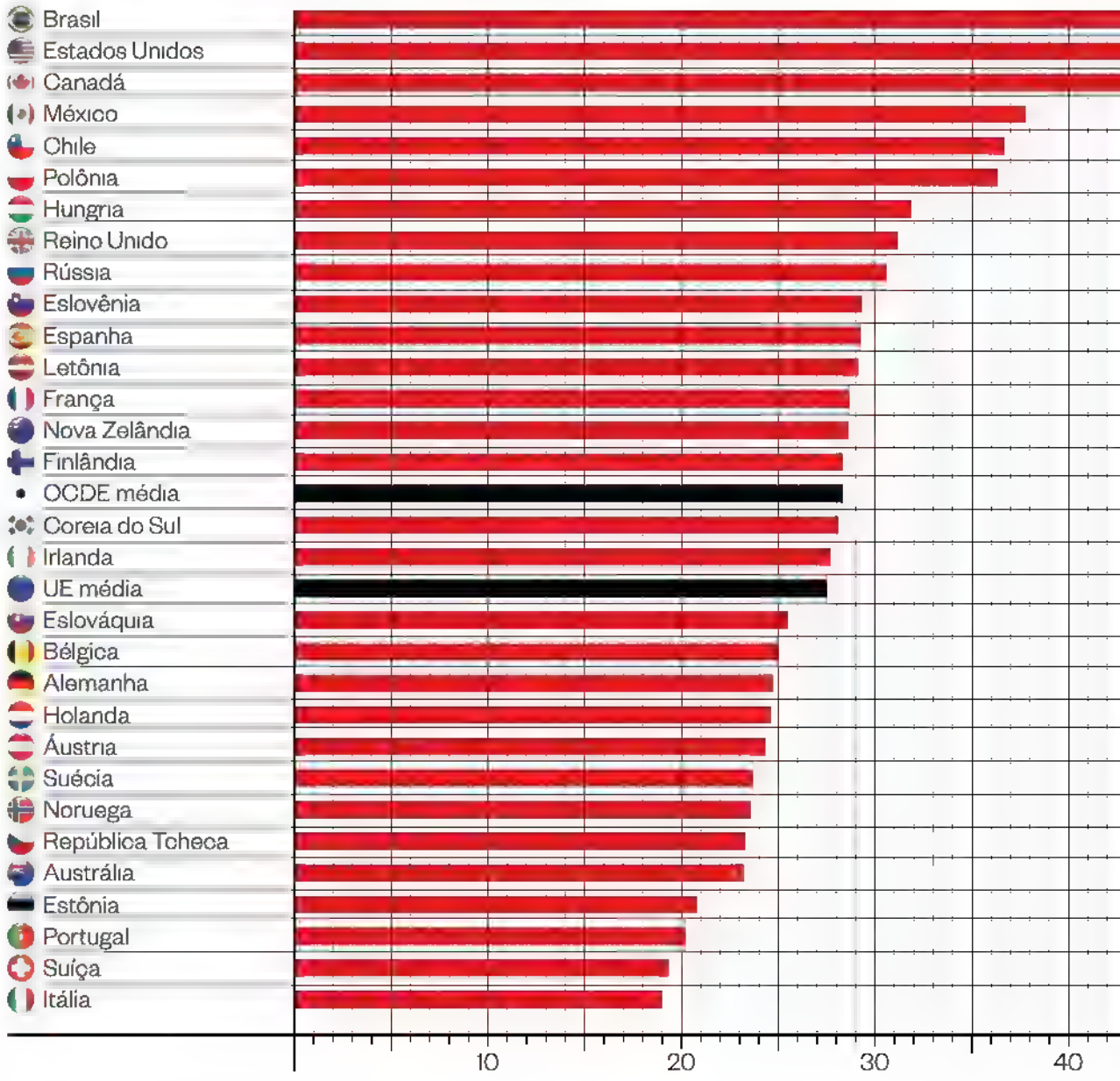
A situação dessas universidades mostra que o modelo como o ensino superior público foi concebido não é mais sustentável. Ter o Tesouro Nacional como único mantenedor do ensino superior público já não era possível em 2000, antes do início do programa de expansão das universidades federais iniciado pelo governo Lula. Já se sabia disso. Há décadas, discute-se um novo modelo de universidades públicas para torná-las autônomas e financeiramente viáveis. Ainda assim, o governo federal decidiu investir na ampliação desse formato, que cedo ou tarde se tornaria deficitário. Somente entre 2007 e 2012, o desembolso para custeio e investimento no ensino superior público foi de R$ 9,1 bilhões. Em 2006, 368 mil alunos ingressaram em universidades públicas. Em 2016, esse número saltou para 529 mil alunos. Somente nas universidades federais, o aumento do número de matrículas entre 2006 e 2016 cresceu 105,8%. O país saltou de 45 universidades federais e 148 *campi* para 63 universidades e 321 *campi*.

A decisão de investir nessa grandiosa expansão sem antes repensar o modelo mostra que o descompromisso com o planejamento norteia as políticas públicas no Brasil. É mais que um problema crônico. Trata-se de uma regra de dar passos grandes demais sem se preocupar em como manter o equilíbrio na hora da crise. Esse foi o caso da criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) *(leia mais a partir da página 34)*. O projeto foi concebido como parte do Reuni, no auge do crescimento econômico do país. A Unila não seria uma universidade como as outras, nem no conteúdo – é a primeira instituição em que 50% das vagas são destinadas a estrangeiros –, nem na forma. Assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, seu *campus* prometia ser um marco para a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, e mudar o turismo na região. Passada a bonança, não há mais recursos para finalizar a obra e a universidade corre o risco de perder o que investiu.

O BRASIL É O PAÍS QUE MAIS GASTA

Na relação com a nossa renda média, o custo do estudante da

Gasto por aluno com a educação superior em



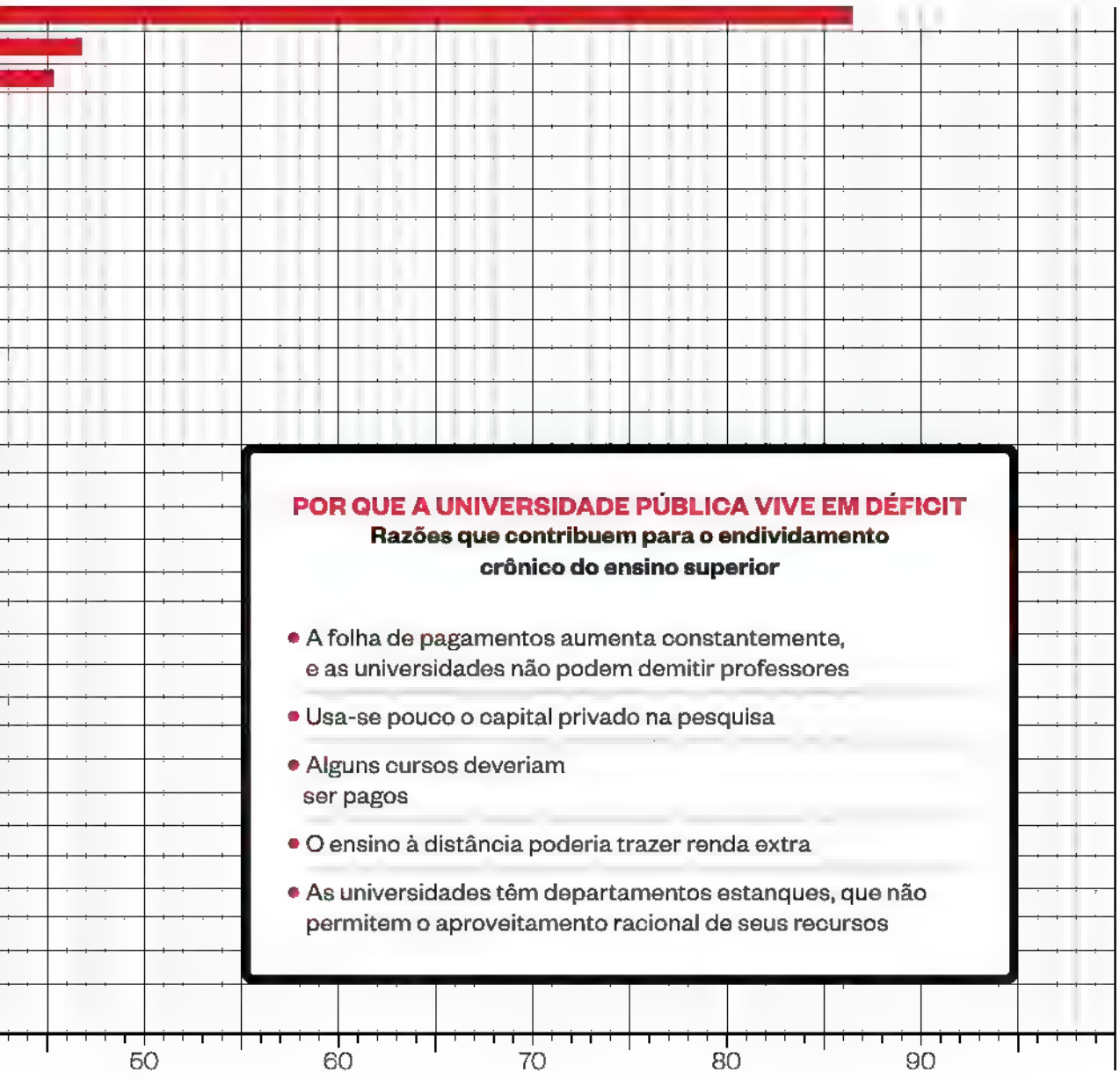
Fonte: Ricardo Paes de Barros com base no OpeSocials e no Programme for International Student Assessment (Pisa) 2012

Os problemas da universidade pública começam a partir de sua concepção. A teoria econômica usa dois critérios para classificar algo como um bem público. O primeiro é a regra de que o custo adicional para um indivíduo se beneficiar desse bem deve ser zero. O segundo é poder oferecer esse bem a todos os que queiram se beneficiar dele. O ensino superior público não satisfaz nenhum desses requisitos econômicos. Se ele não é um bem público, então qual a justificativa para que o Estado a subsidie? O principal argumento dos defensores da universidade gratuita gira em torno dos benefícios sociais que a educação superior traz. Quem tem educação superior tem menor probabilidade de se envolver em crimes, tem mais saúde e mais chances de ter filhos com as mesmas características, promovendo uma melhora social em cascata em mais de uma geração. Não há dúvidas dos benefícios dos investimentos nessa área. Assim como não há dúvidas também de que não é possível oferecer educação superior como serviço público gratuito a todos, indiscriminadamente. A necessidade de estabelecer uma seleção, na forma como é feita hoje, acaba privilegiando alunos de famílias de renda mais alta, que tiveram uma educação básica melhor *(leia mais sobre concentração de renda no artigo de Fernando Schüler, na página 40)*. Essa dinâmica perpetua

COM ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

faculdade pública brasileira está entre os mais altos do mundo

n relação à porcentagem da renda *per capita*



POR QUE A UNIVERSIDADE PÚBLICA VIVE EM DÉFICIT

Razões que contribuem para o endividamento crônico do ensino superior

- A folha de pagamentos aumenta constantemente, e as universidades não podem demitir professores
- Usa-se pouco o capital privado na pesquisa
- Alguns cursos deveriam ser pagos
- O ensino à distância poderia trazer renda extra
- As universidades têm departamentos estanques, que não permitem o aproveitamento racional de seus recursos

uma distorção histórica na trajetória do ensino superior no país: em geral, quem tem maior acesso à oferta gratuita é quem pode pagar. Quem precisaria do subsídio integral do Estado não chega lá.

É a economia também que fornece o principal argumento para que o ensino público não seja universalmente gratuito. Os ganhos financeiros individuais proporcionados aos estudantes graduados em universidades são suficientemente altos para justificar que o cidadão que se beneficiou desses ganhos pague por ele. Trata-se de um investimento de retorno certo. Os ganhos financeiros de quem tem educação superior são cerca de 250% maior do que a remuneração média da força de trabalho brasileira. Cerca de 64% dos indivíduos com educação superior estão entre os 10% mais ricos do país.

Na Austrália, uma forma de equacionar um sistema de cobrança pela educação superior pública se deu com a adoção de um modelo de "amortizações contingentes à renda", como é conhecido. Nesse modelo, o aluno só começa a pagar pelo ensino superior depois de alcançar um determinado patamar de renda, mesmo que isso só ocorra depois de 20 anos da formatura. Com esse sistema, nenhum aluno deixa de estudar por não ter como arcar com os custos enquanto for estudante. "Os dados estão aí para mostrar que o ensino público gratuito não é sustentável. Em relação a nossa renda *per capita*, temos um dos mais caros sistemas de educação superior pública do mundo", diz Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper *(leia mais ao lado)*. Paes de Barros defende cobrar o ensino superior daqueles que podem pagar e preservar a gratuidade para estudantes de baixíssima renda.

A cobrança não é a única forma de trazer mais eficiência para a universidade. Há uma série de medidas pouco praticadas na maior parte de nossas universidades que poderiam tornar a máquina pública mais leve. Parcerias público-privadas na área administrativa ou o modelo de organização social na gestão, a exemplo do que ocorre na saúde, são duas delas. Há várias outras. O aumento da oferta de cursos de extensão não-gratuitos, e o patrocínio privado a projetos e grupos de estudo também são alternativas usadas em várias universidades em outros países.

Essas alternativas, no entanto, normalmente esbarram numa cultura de que o Estado deve ser sempre o grande provedor – e também nos receios da comunidade acadêmica quanto aos riscos que o financiamento ou mesmo a parceria privada trariam para a autonomia universitária. Argumenta-se que, no Brasil, a ciência é feita dentro da universidade pública. Infelizmente, há poucos núcleos de pesquisa fora do ambiente acadêmico. Fazer ciência dá trabalho, leva tempo e custa caro. Por isso, o ensino superior custa caro se comparado ao gasto com educação básica e caro também se comparado ao ganho *per capita* do brasileiro. A argumentação mostra, antes de qualquer coisa, a necessidade de criar um modelo de negócio mais viável.

Há muitos países que fazem pesquisa de alta qualidade em instituições mistas ou privadas. Os Estados Unidos são um desses locais. É possível testar outros modelos. Mudar quase um século de cultura universitária estatal não é simples. Mas nem por isso os problemas da universidade pública, que vão muito além da falta de dinheiro, devem ser ignorados, como vem ocorrendo. O que está em jogo é a continuidade da universidade pública como polo de produção de excelência. Não há mais tempo para desperdícios. A universidade pública pede socorro. ◆

CARCAÇA
Os 13 andares inacabados do que seria a sede administrativa da Unila fazem parte da paisagem de Foz do Iguaçu. O cartão-postal ganhou outro significado

O ESQUELETO DE UM NIEMEYER

Um campeão de obras paradas – um *campus* universitário dentro da Itaipu Binacional – virou um monumento à nossa inépcia em planejar os investimentos em educação

Flávia Yuri Oshima,
de Foz do Iguaçu, Paraná

Foto: Christian Rizzi/ÉPOCA

Quem segue em direção à Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, tem um excelente navegador GPS. Logo nos primeiros quilômetros da extensa Avenida Tancredo Neves, a carcaça de uma construção desponta no horizonte, muito antes de aparecer qualquer sinal da barragem mais famosa da América do Sul. Para chegar à Itaipu Binacional, basta manter essa imagem como ponto de referência. Não há como se perder. À medida que se percorrem os 6 quilômetros que separam o início da avenida da portaria de entrada da Itaipu, 13 andares de blocos de barro e concreto vão preenchendo a vista. A construção, que está dentro do terreno da Hidrelétrica de Itaipu, está abandonada. Lá deveria existir um prédio de 22.000 metros quadrados distribuídos por 22 andares.

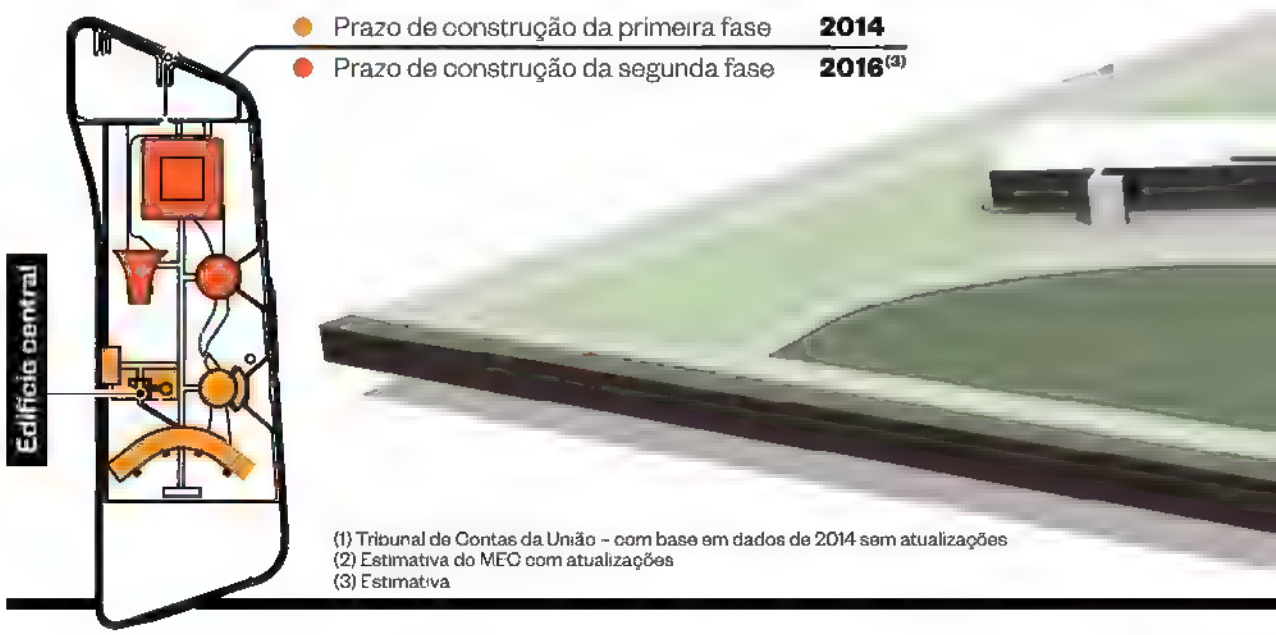
Estruturas abandonadas pelas cidades não são incomuns no Brasil. Um relatório de novembro de 2016 da Comissão Especial de Transparência do Senado contabilizava mais de 22 mil obras paradas. Mas o grande prédio na entrada de Itaipu não é apenas mais um exemplo de nosso descaso generalizado com programas, projetos, prazos. Trata-se da carcaça do último projeto de Oscar Niemeyer, que deveria se tornar o *campus* da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), uma instituição fundada pelo presidente Lula, em 2010, para ser a primeira universidade no Brasil com 50% das vagas destinadas a estrangeiros.

Na programação original, a universidade já estaria funcionando em três novos prédios desde 2015. As obras da segunda fase, que incluiriam o teatro, os laboratórios e a biblioteca, estariam agora na reta final. Já foram consumidos mais de R$ 120 milhões na construção, mas não há dinheiro para concluí-la. Segundo o Ministério da Educação (MEC), seriam necessários mais de R$ 800 milhões para completar a construção do *campus* da Unila. Coincidentemente, esse é o orçamento total do governo, neste ano, para as obras de todas as universidade federais do país em expansão. O reitor da Unila, Gustavo de Oliveira Vieira, questiona se, num momento de enorme crise nas contas públicas, vale a pena continuar a investir no projeto – ou simplesmen-

UM NIEMEYER QUE NÃO SAIU DO PAPEL

Previsto para receber os alunos em 2015, o *campus* da Unila está com a fase inicial da obra parada desde o fim de 2014. Não há mais dinheiro

Orçamento para todo o *campus* em – R$ milhões



(1) Tribunal de Contas da União – com base em dados de 2014 sem atualizações
(2) Estimativa do MEC com atualizações
(3) Estimativa

MAL NA FOTO
A vista aérea do que seria o *campus* da Unila. O consórcio Mendes Junior-Schahin abandonou a obra em 2014

te abandoná-lo. "Não dá para empenhar dinheiro em obra em detrimento da qualidade do ensino", diz Oliveira Vieira. "Analisamos opções para que a universidade tenha um *campus* que não dependa de tanto dinheiro."

O *campus* da Unila era para ser um monumento à educação, mas pode acabar virando um monumento à inépcia e à falta de planejamento de longo prazo na área em que projetos bem concebidos, executados e bem geridos são cruciais para o desenvolvimento do país. Onde a esta altura deveria haver uma pequena multidão de jovens estudantes, o que há hoje são poças d'água (mesmo em uma semana sem chuvas) salpicando grandes extensões de terra vermelha. Nessa faculdade fantasma, botas são parte obrigatória do uniforme: é fácil afundar os pés em montes fofos de terra a caminho do núcleo principal das obras. Não há rua pavimentada até lá. Uma estrada de terra vermelha batida, aberta para a passagem de caminhões e tratores, segue da Avenida Tancredo Neves ao canteiro de obras.

O prédio alto que se avista a quilômetros de distância tem, no topo de seus 13 andares, espetos de ferro que apontam para cima e seriam o alicerce de mais nove andares que deixaram de ser erguidos. Ao lado, há uma estrutura em forma de arco no chão, com 33.000 metros quadrados. Ela foi concebida para ser um prédio com 96 salas de aulas que cruzaria o *campus* de um extremo ao outro – hoje, parece uma ponte ligando o nada a lugar nenhum.

No térreo desse prédio, um vão amplo seguido de uma rampa gigantesca traz a assinatura do arquiteto mais famoso do Brasil. A versão em 3-D do projeto mostra que esse não seria o único traço característico de Niemeyer no *campus*. A predominância de linhas curvas, vidro e concreto e os espelhos d'água aludem a algumas de suas obras mais famosas, a começar por Brasília. O desenho do que viria a ser o teatro da universidade é quase idêntico ao Auditório Ibirapuera, em São Paulo – inclusive com a possibilidade de abertura da parede de trás, também pintada de vermelha, como a paulistana. A ambição era fazer do teatro, com 12.000 metros quadrados, o principal do sul do continente. Hoje ninguém mais fala dele.

Para entender como, de aspirante a maior obra arquitetônica da região e ponto turístico, o último grande projeto de Oscar Niemeyer se tornou canteiro de obras paradas, é importante voltar para o segundo mandato do presidente Lula. Embora a ideia de uma universidade latino-americana rondasse o governo brasileiro desde o governo Juscelino Kubitschek, no fim da década de 1950, ela nunca saíra do papel. Desde o início de seu governo, Lula nunca escondeu seu desejo de transformar o Brasil em líder regional da América do Sul. "Fizemos no Brasil a primeira reunião, em 200 anos, de países da América Latina e do Caribe sem a presença dos Estados Unidos. Até então, eram proibidas reuniões nossas sem eles", disse ele numa reunião do Mercosul em 2008. "Sabe por quê? Porque todos sabem que juntos somos mais fortes." Lula viria a repetir esse mesmo discurso na inauguração da Unila em 2010.

A primeira tentativa de tornar realidade essa universidade foi apresentada pelo próprio Lula, em 2007, aos presidentes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Depois de acenos positivos dos líderes desses países, uma proposta formal foi ▶

Foto: Christian Rizzi/ÉPOCA

LIÇÃO DE IMPROVISO **Aula de engenharia da Unila. Hoje 3.575 alunos frequentam 29 cursos de graduação em espaços provisórios**

apresentada. Meses de conversas depois, no entanto, os vizinhos recuaram. Na ata da reunião entre os ministros da Educação dos quatro países, consta a conclusão de que, com exceção do Brasil, os demais países consideraram prematura a criação de uma universidade em conjunto. A mesma ata registra também a conclusão de que a colaboração entre os países na área de educação poderia ser intensificada por meio de programas já existentes no Mercosul. "Lula sabia que criar uma universidade em conjunto demoraria muitos anos, e ele queria que isso acontecesse na sua gestão. Por isso, fizemos sozinhos", diz Fernando Haddad, então ministro da Educação.

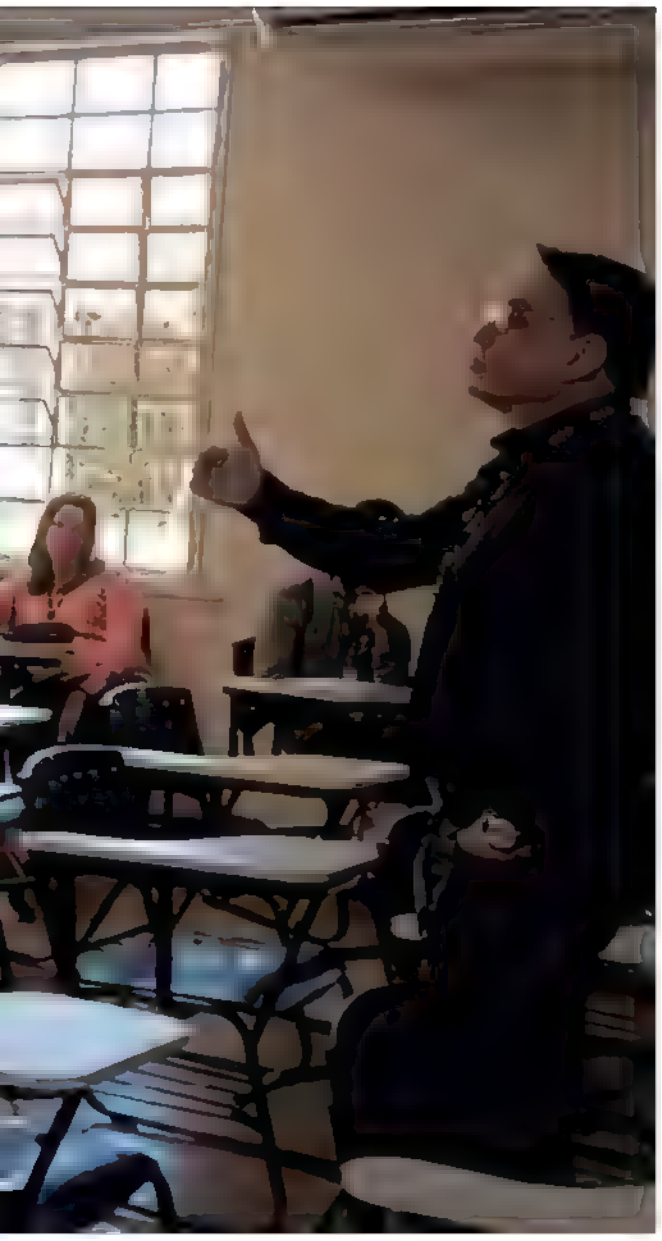
A escolha de Foz do Iguaçu para sediar a universidade se deu graças aos esforços da Itaipu Binacional. "A usina sempre teve vocação para ter uma universidade. Lá se trabalha com pesquisa, tecnologia de ponta, há espaço físico e fica numa cidade com estrutura", diz Jorge Samek, então presidente da hidrelétrica. Itaipu doou uma área de 380.000 quilômetros quadrados para o *campus*. O próprio Samek foi ao Rio de Janeiro se encontrar com Niemeyer para convidá-lo a desenhar o portal de entrada da universidade. "Niemeyer ficou empolgadíssimo. Tirou da gaveta desenhos que fizera para JK e me contou das conversas que tivera com o antigo presidente e com Darcy Ribeiro sobre a importância de uma universidade como a Unila para a geração de conhecimento latino-americano", diz Samek, que voltou para Foz do Iguaçu com uma oferta de Niemeyer: desenhar todo o *campus* como um presente para o país. A Itaipu Binacional bancou os custos do projeto, que chegaram a R$ 2 milhões.

No projeto montado pelo governo, um *campus* projetado por Niemeyer custaria R$ 450 milhões. Sem a assinatura do arquiteto, o orçamento cairia para R$ 400 milhões. Avaliou-se que o impacto positivo de ter um *campus* com a assinatura de Niemeyer justificaria a diferença – ele poderia funcionar como um centro cultural e mais um ponto turístico na região. "Pelas nossas contas, o dia extra que o turista ficaria em Foz do Iguaçu para ir até a Unila renderia o suficiente para pagar a obra toda em nove anos", diz Samek. Além disso, projetou-se que a criação da universidade seria uma importante alternativa econômica para o futuro de Foz de Iguaçu. "Em menos de 100 anos, as tecnologias para geração de energia estarão tão avançadas que Itaipu Binacional como hidrelétrica não será mais necessária. Poderemos devolver as Sete Quedas para o mundo", diz Samek. "Itaipu se tornará um centro de conhecimento, com universidade, museu, centro de pesquisas."

O ano era 2009. Enquanto o mundo vivia com a ressaca da crise financeira de 2008, o Brasil ainda vivia uma fase de crescimento ascendente desde 2007. O valor a ser pago a mais pela construção de mais uma universidade com um *campus* desenhado por Niemeyer pareceu muito pequeno naquele contexto de bonança. As construtoras Mendes Junior e Schahin venceram a licitação para erguer o *campus* da Unila, em junho de 2011. A obra foi dividida em duas etapas. A primeira contemplaria a construção de três prédios: o administrativo, o de aulas e o restaurante. Com investimento de R$ 240 milhões e prazo de conclusão de dois anos, a primeira etapa seria suficiente para que a Unila passasse a funcionar no local.

Nove meses depois do início das obras, o consórcio pediu um aditivo financeiro ao edital "por aumento do número de pilares e blocos de fundação da obra" e por uma "descoberta geológica inesperada". As construtoras não quiseram dar entrevista. A Itaipu Binacional, dona do terreno, e a Unila discordaram do pedido, com o argumento de que "a descoberta geológica inesperada" não aumentaria os custos da obra – pelo contrário, a facilitaria. "Havia basalto no subsolo. É o tipo de descoberta que leva os engenheiros a soltar foguetes, pois se trata de uma das rochas mais firmes. É como dizer que a fundação está feita", diz Samek.

Os pedidos de aumento de orçamento levaram o Tribunal de Contas da União a fazer uma auditoria na obra, ainda em 2012. A auditoria trouxe dois



achados contra o consórcio: sobrepreço e planilhas orçamentárias incompletas. O reajuste solicitado pelas construtoras foi recusado. Ao mesmo tempo, começaram a ocorrer atrasos em entregas de fases da obra. "Os pagamentos estavam condicionados a essas entregas. Com o atraso, os pagamentos foram retidos até a conclusão", diz o reitor Gustavo de Oliveira Vieira. A partir daí, a relação do consórcio com o governo federal se tornou um campo de guerra.

Os atrasos constantes levaram a universidade a aplicar multas ao consórcio. A construtora se recusou a pagá-las, com a alegação de que os atrasos eram motivados por gastos nas obras não cobertos pelo governo. Entre 2012 e 2014, as construtoras fizeram novos pedidos de aditivos. A maior parte deles foi recusada. Em junho de 2014, a Mendes Junior e a Schahin comunicaram que finalizariam partes críticas que estavam sendo erguidas até o fim do ano, mas não tocariam mais a obra. "Não foi coincidência eles decidirem abandonar a obra em meio ao estouro da Lava Jato, quando as construtoras ficaram sob holofotes. Perceberam que a partir dali não poderiam continuar a pressão por mais dinheiro", diz um engenheiro que acompanhou as obras e, antes disso, trabalhou por duas décadas na Itaipu.

Pouco tempo depois de sair do consórcio, a Schahin (hoje chamada Base) foi acusada de ter pago propina a dirigentes do PT, na Operação Lava Jato. Em 2016, a Mendes Junior foi punida pela Controladoria-Geral da República também acusada de conluio e propina na Operação Lava Jato.

Uma nova auditoria feita no segundo semestre de 2014 pelo Tribunal de Contas da União identificou quatro irregularidades: atrasos injustificáveis nas obras, pedido de aditivo de pagamentos fora das hipóteses legais, execução de serviços com qualidade deficiente e acréscimos em percentual superior ao legalmente permitido. Novas multas foram aplicadas. Nenhuma delas foi paga.

A auditoria final concluiu que as obras foram abandonadas sem as medidas protetivas obrigatórias. Entre as infrações mais graves estavam dutos e canos do sistema de água e esgoto deixados a céu aberto e o muro de arrimo usado no aterro da obra sem conclusão. O prédio de aulas foi interrompido com apenas 40% da estrutura erguida. O edifício administrativo, que deveria ter 22 andares, foi deixado com 13 andares de concreto erguidos e os túneis subterrâneos e o restaurante inacabados. Perícias subsequentes mostraram que a falta das medidas de proteção das obras inacabadas expunha os alicerces da obra a alagamentos e desgaste pela exposição ao sol e ao vento. O processo do governo contra o consórcio cobra R$ 57 milhões (sem correção) e os valores gastos, desde 2015, com aluguéis dos prédios de aulas.

O consórcio Mendes Junior-Schahin, por sua vez, processa o governo por serviços executados e não pagos em mais de R$ 51 milhões e solicita a suspensão das multas. Para evitar a deterioração acelerada da obra, em 2016, a Unila gastou R$ 1,5 milhão em medidas de proteção do canteiro, finalizadas neste mês.

Embora o *campus* não esteja pronto, a universidade completou sete anos em junho, com 3.575 alunos matriculados em 29 cursos de graduação – 32% dos estudantes são estrangeiros, na maioria latino-americanos. Quinze desses cursos estão ainda em implantação, o que quer dizer que ainda não há salas de 3º, 4º e 5º anos deles. Quando houver, o número de alunos será maior mesmo que a universidade não amplie as vagas. No tamanho que possui hoje, a Unila aluga três endereços distintos na cidade de Foz do Iguaçu para aulas e administração. Um quarto aluguel é pago para dar conta do almoxarifado. Somente os contratos de locação custam mais de R$ 741 mil para a universidade por mês. Isso sem contar outros custos que o caráter provisório acarreta. "O valor do aluguel do depósito é menor que o gasto que temos mensalmente com a segurança do local. Se tudo estivesse num lugar só, os seguranças seriam os mesmos de outras áreas do *campus*", diz o reitor Gustavo de Oliveira Vieira.

> ERA PARA SER UMA UNIVERSIDADE. VIROU UM MONUMENTO EDUCATIVO SOBRE COMO SE NEGOCIAM AS OBRAS NO BRASIL

Por estar entre as 11 universidades em implantação, a Unila recebe, proporcionalmente, mais recursos do que as instituições federais já estabelecidas. Ainda assim, é inevitável que sinta os cortes feitos pelo MEC por causa da crise fiscal. Pela Lei Orçamentária Anual, a Unila receberia neste ano R$ 52 milhões para custeio (gastos mensais fixos) e investimento. Esse valor representa uma redução de 5,49% em relação a 2016. Mas esse é o orçamento previsto. Apesar de estarmos no fim do terceiro trimestre, ainda não é possível saber se esse dinheiro será de fato liberado, já que os repasses do governo ocorrem de maneira parcelada. Com esse contingenciamento de recursos, não dá para cogitar investir na retomada da obra de um *campus* que, se bem planejada, talvez nem tivesse sido iniciada. ◆

Foto: Christian Rizzi/ÉPOCA

TEMOS LEIS PARA INOVAR. VAMOS USAR?

Estamos construindo no Brasil, por causa do corporativismo, um modelo que opõe escolas "de pobres" e escolas "de ricos". É preciso quebrar isso

Fernando Schüler

O papo estava descontraído, antes de um debate, e o professor comentou comigo que não fazia chamada em suas turmas. "Na minha aula, vem quem quer", disse ele. "Fica menos gente na sala, me incomodo menos, é muito melhor." O que me chamou a atenção foi o desdém, o tom blasé. Dar a aula "dele" era mais importante do que saber se os alunos estavam ou não aprendendo. Achei compreensível. Ele leciona em uma universidade estatal dessas bacanas, que a gente costuma chamar de "públicas", tem estabilidade e não é avaliado pelo desempenho em sala de aula.

A atitude do meu colega de debate é uma migalha do que acontece na educação estatal brasileira. Um estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo mostrou que, em média, os professores faltam 36 dias por ano na rede pública do município de São Paulo. Na rede estadual, a média é de 30 dias. Não se trata aqui de julgar os professores, dizer que são piores ou melhores do que os do setor privado. É a regra do jogo que está mal desenhada. É o "modelo" de educação estatal que leva a esse resultado.

Os efeitos disso tudo são conhecidos. Nossos alunos das redes públicas ocupam as últimas posições no Pisa (teste feito com estudantes em 65 países pela OCDE, organização que inclui as nações mais desenvolvidas) e o Ideb alcançado pelas escolas privadas, no ensino médio, é 51% maior que o das redes públicas. A falência da educação estatal levou a uma migração maciça da classe média para as escolas particulares. Criamos um sistema brutal de exclusão: os mais ricos escolhem a escola de seus filhos e obtêm os melhores resultados; os mais pobres ficam por conta do Estado. Espécie de versão aguda da metáfora da Belíndia, criada nos anos 1970 pelo economista Edmar Bacha.

Nosso modelo de apartheid educacional produziu algo próximo ao que o sociólogo Robert Merton chamou de "efeito Mateus". A inspiração vem da passagem bíblica que diz "ao que tem, mais será dado... mas ao que nada tem, até mesmo isso lhe será tomado". O mecanismo de exclusão leva a um ciclo de "desvantagens cumulativas": menor renda, colégios de baixo desempenho, redes restritas de interação social, estigma, estreitamento do leque de oportunidades. É evidente que o ciclo não determina o destino de ninguém. É sempre possível dar a volta por cima. De vez em quando acontece, mas não é a regra. Quebrar o apartheid educacional

Fernando Schüler
é professor do Insper, titular da cátedra Insper Palavra Aberta e curador do projeto Fronteiras do Pensamento

FIND
MORE
FREE
MAGAZINES

FREEMAGS.CC

DIREITO DE ESCOLHA
Classe numa escola charter em Filadélfia. Nos melhores casos, o modelo levou estudantes pobres a obter alto desempenho

brasileiro significa exatamente isto: buscar que se torne regra o que hoje é exceção.

É possível que tudo isso seja apenas uma consequência não intencional do sistema de ensino estatal no Brasil. Prefiro pensar que se trata de um resultado bastante previsível. Escolas estatais, no Brasil, funcionam como repartições públicas. Não têm autonomia orçamentária ou liberdade para contratar ou descontratar professores; subordinam-se à burocracia da lei das licitações; diretores são eleitos, gerando um pacto corporativo com os professores; governos se alternam, a cada quatro anos, e no fundo podem fazer muito pouco para melhorar o sistema, no longo prazo. Exceções, como o sempre mencionado bom desempenho das escolas de Sobral, no Ceará, apenas servem para confirmar a regra.

Diante desse cenário, nossos gestores públicos se recusam a buscar alternativas. No fundo é uma situação confortável, feita do pacto silencioso entre a corporação sindical e a elite (empresarial e acadêmica) disposta a "mudar a educação". Disposta a patrocinar estudos e pinçar exemplos de sucesso aqui e ali, imaginando que tudo será diferente em dez ou 20 anos. No curto prazo, as coisas prosseguem como sempre foram. A corporação com seus "direitos" e os mais ricos à salvo em boas escolas particulares. Os mais pobres, como reza a tradição, em silêncio.

Penso que é preciso mudar. O país precisa experimentar novas formas de gestão da educação pública, do ensino básico ao ensino superior, sem preconceitos. No plano global, há duas grandes linhas de inovação: os sistemas de voucher, em que o governo oferece uma bolsa e dá direito de escolha às famílias, em vez de gerenciar escolas; e o modelo das escolas charter, em que o governo assina contratos de gestão com instituições especializadas, de direito privado e sem fins lucrativos. Em ambos os casos, o governo passa da condição de gestor direto para regulador do sistema.

O Brasil já conhece esses modelos. O ProUni funciona como um sistema de voucher e é um sucesso. Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abraes), com base nos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) entre 2010 e 2012, mostrou que os alunos com bolsa integral no sistema obtêm notas superiores às dos alunos de universidades estatais, com renda média muito superior. Esse e outros indicadores têm ajudado a derrubar ▶

Foto: Mark Makela/Corbis via Getty Images

uma das mais cruéis narrativas do debate educacional brasileiro, segundo a qual os alunos não conseguem aprender devido à pobreza.

No plano das escolas charter, o Brasil desenvolveu, nas últimas duas décadas, o bem-sucedido modelo das Organizações Sociais. São amplamente conhecidos os resultados obtidos pelas OS da saúde, no estado de São Paulo, bem como o sucesso obtido por organizações como Osesp, Pinacoteca do Estado, Museu do Amanhã e outras organizações culturais. Na educação, temos a experiência do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e exemplos de menor alcance em diversos municípios brasileiros. Recentemente, o país aprovou o novo marco legal das organizações da sociedade civil, a Lei 13.019/14, que funciona como uma perfeita legislação para a implementação do modelo de escolas charter. A lei explicitamente prevê a celebração de termos de colaboração dos governos com organizações privadas sem fins lucrativos na área da educação. Nosso marco jurídico está completo e temos a nossa disposição uma série de bons exemplos. O que nos impede de avançar?

Os estudos realizados com programas de voucher têm oferecido resultados mistos. Na Índia, um programa experimental realizado no estado de Andhra Pradesh, com crianças escolhidas aleatoriamente, mostrou resultados promissores. Em que pesem os resultados em disciplinas tradicionais, como a matemática, não terem apresentado variações consideráveis, os alunos que migraram para as escolas privadas passaram a aprender mais rapidamente (ganho médio de 30%) e a um terço do custo *per capita* dispendido para sustentar o ensino estatal. Karthik Muralidharan e Venkatesh Sundararaman, autores da pesquisa, observaram que "as escolas privadas tinham uma jornada diária de ensino mais longa, menor abstenção de professores, mais atividades pedagógicas e maior higiene". Os alunos também aprendiam outro idioma (a língua híndi), o que não ocorria no ensino estatal.

Nos Estados Unidos, o mais antigo programa do gênero funciona no estado de Wisconsin. Ele foi criado em 1990, a partir do trabalho e da organização de líderes da comunidade negra. O programa é focalizado: atende crianças com menor renda. Sua escala ainda é pequena – em 2015, envolvia pouco mais de 32 mil estudantes. O custo do voucher é de US$ 7.969 para a high school, equivalente a nosso ensino médio (em comparação a US$ 14.599 no sistema estatal), e o desempenho médio dos estudantes supera o dos alunos da rede pública. No ACT test (exame amplamente usado nos Estados Unidos para admissão no ensino superior), os alunos do programa de voucher obtiveram média 17,5, comparada com 16,5 dos alunos das escolas públicas e apenas 15,4 obtida pelos alunos mais pobres da rede estatal.

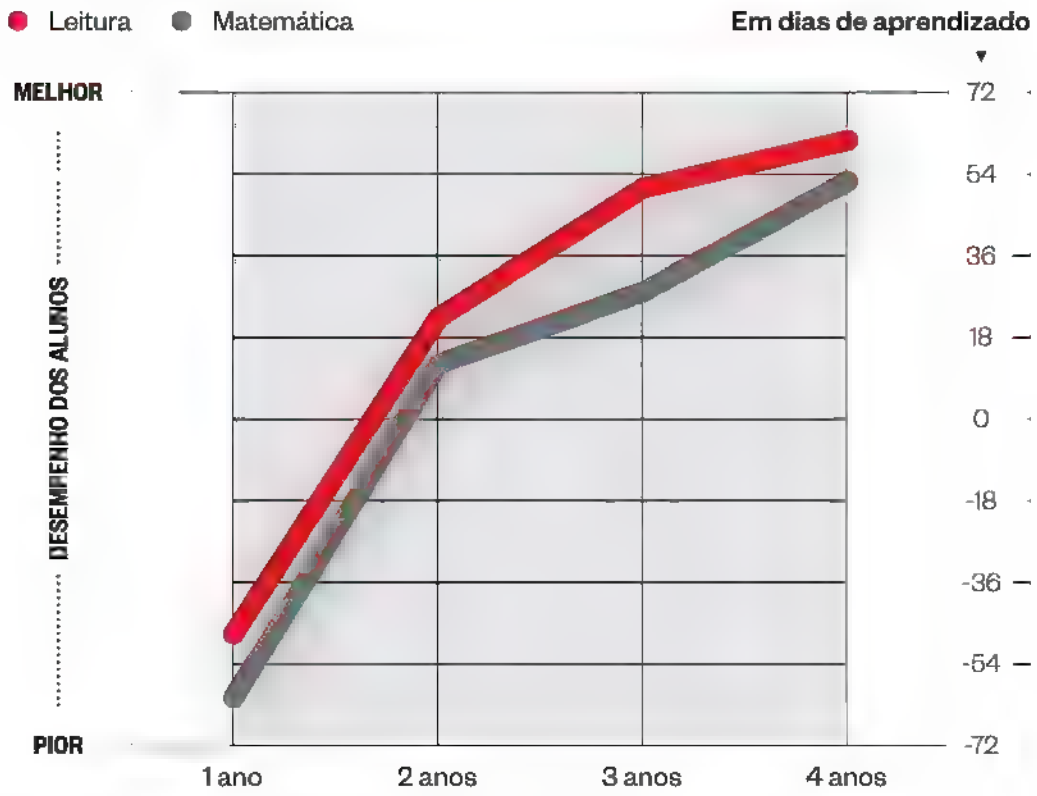
Na América Latina, a experiência mais relevante vem do Chile. Concebido nos anos 1970, o programa de voucher chileno levou, em duas décadas e meia, a resultados contraditórios. Se por um lado ampliou a liberdade de escolha educacional, por outro lado terminou por reproduzir um sistema de desigualdade que, em tese, imaginou-se combater.

Em 2008, o sistema foi reformado. Aumentou-se o valor da bolsa oferecida aos estudantes de famílias com menor renda e cresceu o monitoramento do governo sobre a qualidade do ensino. As escolas foram classificadas em três graus crescentes de autonomia, com base nos resultados alcançados: escolas em recuperação, emergentes e autônomas. Nos cinco anos que se seguiram à reforma, caiu em um terço a diferença de resultados obtidos pelos estudantes de maior renda e por aqueles com maior vulnerabilidade.

A experiência chilena mostra que a melhora da educação não depende apenas do "modelo". É preciso prestar atenção a seu design institucional. Às regras e aos incentivos adotados. Exemplos: a oferta do voucher será "universal" ou "focalizada?

INOVAÇÃO QUE DÁ RESULTADO

A permanência de alunos em escolas charter[1] melhora o desempenho em leitura e matemática



(1) Escola pública que conta com gestão privada, por contrato entre o gestor e o governo

Fonte: Center for Research on Education Outcomes/Stanford University

COISA NOSSA
Aula no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio de Janeiro. O modelo das Organizações Sociais permite gestão mais comprometida com a qualidade

Será feita a todos os estudantes ou apenas aos de menor renda? A experiência tem mostrado que programas focalizados tendem a obter melhores resultados. Vai por aí o papel do Estado: definir as regras do jogo e fazer com que sejam cumpridas. Estipular critérios de admissão e exclusão de escolas; proibir pagamentos adicionais ao voucher; avaliar as escolas e oferecer informação para que os pais possam fazer a melhor escolha.

O modelo das escolas charter nasceu no início dos anos 1990, no estado americano de Minnesota, e hoje responde por 7% das escolas americanas. Sua lógica é simples: por que os alunos de menor renda não podem estudar nas melhores escolas? Por que não contratar "quem sabe fazer" para atender não apenas os que podem pagar a educação do próprio bolso? Barack Obama gosta de chamar as escolas charter de "laboratórios de inovação": elas mudam a educação e, de quebra, pressionam o setor público a melhorar seu desempenho.

O modelo tem sido, de um modo geral, bem-sucedido. O Centro de Pesquisas em Resultados Educacionais (Center for Research on Education Outcomes), da Universidade de Stanford, apresentou um detalhado estudo abrangendo 24 estados americanos. A conclusão é clara: "Escolas charter têm seus melhores resultados em grupos tradicionalmente desatendidos da população, em particular estudantes negros e hispânicos". É esse o foco das escolas charter: alto desempenho para populações menos favorecidas. Sua implementação, no Brasil, pode trazer resultados rápidos. Pode tirar os mais pobres da armadilha da crise do Estado e de quebra abrir caminho para que os governos retomem a capacidade de efetivamente controlar a qualidade da educação.

O desafio está lançado. O historiador inglês Niall Ferguson observa, em *A grande degeneração*, que os grandes sistemas de ensino estatal foram cruciais para a universalização do acesso à educação. Mas se tornaram vítimas, com o tempo, do fenômeno da "captura pelos produtores". Tornaram-se presas fáceis do corporativismo e da burocracia pública. O desafio agora é mais complexo. O mundo atual exige diversificação, rapidez, escolas capazes de incorporar novas tecnologias, inovar e oferecer ensino de padrão global.

É assustador o destino de um país feito de "escolas para os mais pobres" *versus* "escolas para os mais ricos". É exatamente o que estamos construindo no Brasil. A mudança desse cenário não é nada simples. Esbarra na resistência corporativa e no interesse meramente retórico que boa parte de nosso progressismo acadêmico tem pela vida real dos menos favorecidos. E, por fim, tropeça na inércia do sistema político. É sempre mais fácil abrir concurso público e atender à gritaria de alguma corporação do que inovar e buscar alternativas mais complicadas.

Prefiro andar na contramão, no sentido da inovação e das "alternativas complicadas". Sempre acreditei, como o sociólogo e filósofo Max Weber, que a política é o lento perfurar de tábuas duras. Não haveria de ser diferente no Brasil. ◆

Foto: Simone Marinho/Agencia O Globo

Enquanto tiver

A investigação sobre a JBS une aliados de Temer até me

Débora Bergamasco e **Mateus Coutinho**

Durante a terceira sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) criada para investigar a JBS, na quinta-feira, dia 21, o deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul, se insurgiu contra a convocação de Luciano Coutinho, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas gestões petistas, para prestar esclarecimentos. Pimenta, um aguerrido defensor da tese de que Dilma Rousseff sofreu um "golpe", não um impeachment, foi rapidamente acalmado pelo relator da CPMI, deputado Carlos Marun, do PMDB, líder da tropa de defesa do presidente Michel Temer no Congresso. Ao notar a exaltação do colega, Marun abandonou seu assento na mesa da Comissão e caminhou até a cadeira do petista. Sussurrou-lhe ao pé de ouvido. Sorriram. Conseguiu acalmá-lo. Marun voltou para seu lugar e disse que não via a necessidade de Coutinho ser convocado, ou seja, com obrigação de comparecer; mas, sim, que poderia ser convidado. Marun acabou vencido pelos argumentos do presidente da Comissão, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), mas seu gesto deixou Pimenta satisfeito.

Essa improvável harmonia entre PT e PMDB, aliados no governo Dilma e inimigos por causa do impeachment há apenas um ano, mostra a dinâmica acelerada da política empurrada pela Operação Lava Jato. Fundamenta-se na repisada técnica de muitas CPIs, na qual parlamentares – ainda que de campos opostos – se unem para blindar aliados e constranger inimigos. "O objetivo primeiro dessa CPMI nunca foi investigar nenhum malfeito da JBS. Sempre foi retaliar o Ministério Público Federal", diz o senador Randolfe Rodrigues, da Rede do Amapá. "Essa CPMI tem uma aliança inusitada: estão juntos do mesmo lado Marun, o PMDB de Temer, e o PT. O que os une? Retaliar quem quer investigá-los. Marun e PT estão tão íntimos, entrelaçados, que não é mais nem namoro, mas um casamento."

Nos corredores do Congresso, o comentário entre os parlamentares é que, como acabaram as flechas de Rodrigo Janot, que deixou o cargo de procurador-geral da República, são deputados e senadores os donos do bambuzal. A produção de flechas já começou. De 228 requerimentos já apresentados, 108 foram apreciados pelo colegiado em apenas três reuniões. Nenhum deles envolve a

UM LADO
O deputado Carlos Marun *(à esq.)*, relator, em sessão da CPMI da JBS. Nenhum requerimento pede para ouvir políticos agraciados pela empresa com propina

CPMI tem flecha

smo ao PT em ataques ao Ministério Público e a delatores

convocação ou investigação de políticos delatados pelos irmãos Joesley e Wesley Batista e os executivos da JBS – isso apesar de mais de uma centena deles ter sido beneficiada com propina. O foco é outro. Joesley, Wesley, o ex-diretor de Relações Institucionais da JBS Ricardo Saud – lobista que era o queridinho de uma enorme bancada pluripartidária – e o ex-procurador da República Marcello Miller foram alvo de nada menos que 22 pedidos para convocá-los a depor. Com suas delações, os três primeiros colocaram Temer na situação difícil em que está e forneceram provas contra parlamentares. As empresas da JBS são outro foco. Foram solicitados, além das informações e dos documentos dos acordos de delação e leniência, dados de investigações internas, inquéritos policiais, processos administrativos e procedimentos em andamento e já concluídos envolvendo o grupo em praticamente todos os órgãos de controle do governo, no Supremo e no Ministério Público. Na manhã da quinta-feira, o senador Ataídes Oliveira foi à sede da Polícia Federal e fez um acordo com o diretor-geral da PF, Leandro Daiello, para que dois delegados sejam destacados para cuidar do compartilhamento das apurações da PF com a CPMI. Foi uma jogada eficiente: policiais federais são indicados para fustigar procuradores.

Dos 108 requerimentos apreciados até agora, 72 foram encaminhados pelo PSDB, aliado do governo Temer, e seis pelo PT, todos do incansável Paulo Pimenta. A missão dos petistas é blindar de convocações e constrangimentos pessoas que exerciam funções-chave nas gestões dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Para o PT, já chega os estragos que a Justiça tem feito. Em uma rara sintonia, os partidos oposicionistas se alinharam e centraram a munição nos executivos da JBS e em representantes do MPF, inclusive o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, convidado a depor na Comissão por meio de um requerimento do próprio presidente da CPMI. "Tive a delicadeza de, mesmo ele não sendo mais o PGR, nem mudar o status de convite para convocação", diz Ataídes.

O presidente da CPMI vai apresentar nesta semana um Projeto de Lei que obrigue o Ministério Público a incluir a Polícia Federal nos acordos de colaboração premiada, como uma forma de diluir o poder dos procuradores. Também já apresentou outro que estabelece o ▶

Foto: André Dusek/Estadão Conteúdo

ALIADO
O senador Ataídes Oliveira *(à dir.)*, presidente da CPMI, com o diretor da Polícia Federal, Leandro Daiello. Aceno à PF para fustigar o Ministério Público

cumprimento de 44 meses a procuradores que queriam trocar a carreira pela iniciativa privada, como Marcello Miller.

Pedirão ainda à Procuradoria-Geral da República que informe os registros de entrada e saída de delatores sem relação com a JBS, como Nestor Cerveró e Sérgio Machado, em sua sede, em Brasília. Há até um pedido de colaboração com o FBI, o equivalente à Polícia Federal americana, e o FED, órgão que fiscaliza o sistema financeiro nos Estados Unidos, para apurar eventuais irregularidades envolvendo as aquisições do grupo J&F naquele país. O deputado Izalci Lucas, tucano do Distrito Federal, pediu para ter acesso ao diário de bordo do jatinho de Joesley, incluindo os registros dos voos, lista dos ocupantes, as datas e horários entre 2007 e 2016. Esse último pedido ainda não foi apreciado pelo colegiado.

Durante a última reunião da Comissão, diante de protestos de um parlamentar sobre a insistência em convocar integrantes do Ministério Público, o deputado Paulo Pimenta revidou dizendo não ver motivos para poupar procuradores de convocações. "Não existem aqui vacas sagradas", afirmou. Entretanto, armou a maior confusão quando votaram convite para que Jorge Hereda e Maria Fernanda Ramos Coelho, ex-presidentes da Caixa, prestem esclarecimentos. "Não existem vacas sagradas, a não ser que ela use uma estrela. Aí sacralizou a vaca", provocou o senador Randolfe. Repousa sobre a pilha de pedidos de convocação à CPMI a visita do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. "Estão querendo chamar o Lula, a Dilma, o *(ex-ministro petista Antonio)* Palocci, o Meirelles", disse Ataídes a ÉPOCA. "Acho que se entrarmos neste caminho vamos perder o foco e isso não é de bom alvitre." Indagado se o objetivo da Comissão era retaliar os investigadores, foi enfático: "Isso é conversa fiada. O senador Otto chamou a CPMI de chapa-branca porque queria ter espaço na imprensa. Acho um papel extremamente ridículo".

A escolha do deputado Carlos Marun como relator causou a defecção de dois integrantes, pois estamparia na CPMI o rótulo de seus integrantes servirem como prepostos do governo. "Acredito neste governo e eles não me fizeram nenhuma recomendação, mas creio sinceramente que o governo fica mais confortável em saber que tem alguém na relatoria da CPMI que torce por ele", disse Marun.

A CPMI da JBS tramitará paralelamente à segunda denúncia de Janot contra Temer, que chegou na noite da quinta-feira à Câmara. Temer é acusado de obstrução da Justiça e participação em organização criminosa. O Supremo Tribunal Federal decidiu que a peça não deveria ser barrada na Corte, mas, sim, enviada à Câmara para apreciação. A acusação será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, será votada no plenário. Serão necessários 342 votos, entre os 513 deputados, para que a denúncia prossiga e o presidente seja afastado do cargo. Quem está na CPMI tem a oportunidade de mostrar serviço ao governo e negociar com o Planalto mais recursos em emendas ao orçamento. Na votação da primeira denúncia a tática deu certo. ◆

OS PARLAMENTARES PEDIRAM INFORMAÇÕES ATÉ SOBRE DELATORES QUE NADA TÊM A VER COM A JBS

Foto: reprodução

FESTIVAL DE

CULTURA EMPREENDEDORA

Talks, oficinas, bate-papos e mentorias.
Filmes, teatro, literatura de negócios e stand-up comedy.

Prepare-se: vem aí um encontro de makers, investidores, historiadores, educadores e artistas como você nunca viu

19, 20 E 21 DE OUTUBRO

NO ESPAÇO CO.W. BERRINI – SÃO PAULO – SP

Visite: bit.ly/culturafest

PATROCÍNIO

CITROËN

APOIO

Bemacash

REALIZAÇÃO

Negócios

Valor

Pequenas Empresas & Grandes Negócios

Cadê o dinheiro que estava aqui?

Uma briga judicial milionária entre empresas e bancos esvazia caixas eletrônicos pelo país e vai parar em delegacias da periferia

Aguirre Talento e **Patrik Camporez**

O mercadinho Boa Compra, numa rua esburacada de Sobradinho 2, cidade nos arredores de Brasília, estava praticamente vazio às 11 horas da manhã da quinta-feira, dia 21. Os clientes minguaram. Um dos grandes atrativos da lojinha era o caixa eletrônico do Banco24Horas que fica ali. Mas faz dez dias que ele não tem dinheiro. "A transportadora de valores veio aqui, recolheu o dinheiro e avisou que ia parar de abastecer o caixa. As vendas, de imediato, caíram 30%", lamenta o dono do mercado, André Luiz Soares. A 3 quilômetros dali, mais caixas vazios. Na Farmácia Alternativa, o desligamento das máquinas virou caso de polícia. Os funcionários da empresa responsável pelos caixas e os da transportadora de valores que botam o dinheiro lá dentro brigaram. Foram parar na 35ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal. Não é só Sobradinho 2 que sofre com a falta de dinheiro. O desabastecimento dos terminais do Banco24Horas já atinge 25% da rede no Distrito Federal e 12% em Goiânia. Ao todo, cerca de 400 caixas eletrônicos estão sem dinheiro.

O que está em jogo é uma disputa empresarial entre o setor bancário e as transportadoras de valores, que acontece muito longe dali, em escritórios luxuosos de São Paulo. A briga judicial transcorre no Tribunal de Justiça da capital paulista, em processos sigilosos aos quais ÉPOCA teve acesso. A rede de caixas eletrônicos Banco24Horas, com 21 mil terminais em 600 cidades, movimentou no ano passado R$ 1,6 bilhão em transações bancárias. A dona do negócio é a empresa Tecnologia Bancária S.A., ou TecBan, cujos sócios, por sua vez, são os principais bancos do Brasil: Itaú Unibanco, Santander, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Citibank. A TecBan tem sua própria transportadora de valores, a TBForte, que abastece 40% de sua rede. A Prosegur e a Protege, as duas principais transportadoras de valores do país, são contratadas para cobrir cerca de 30% dos terminais.

Há três meses, elas exigiram da TecBan reajustes de 25% a 30% nos valores dos contratos, sob o argumento de que os custos aumentaram desde o ano passado – principalmente com seguro, por causa do aumento de casos de roubo e furto. O aumento pedido pelas transportadoras, que em valores absolutos seria de aproximadamente R$ 50 milhões por ano, está bem acima da inflação dos últimos 12 meses, de 2,71% pelo IPCA. A TecBan negou o reajuste. Ainda entrou na Justiça de São Paulo, pedindo que os contratos fossem mantidos nas condições atuais por 180 dias, até que novas empresas fossem contratadas. A vitória da TecBan foi parcial. Em deci-

VAZIOS
Dois caixas do Banco24Horas, em Sobradinho, entorno de Brasília. A falta de dinheiro já afeta mais de 400 terminais

sões distintas do fim de julho e início de agosto, a 16ª Vara Cível e a 11ª Câmara de Direito Privado deram metade do prazo, 90 dias, para que as transportadoras terminem de prestar seus serviços até que a TecBan contrate novas empresas.

Foi nesse momento que a briga virou caso de polícia. O processo de transição das antigas empresas para as novas gerou desentendimentos, trocas de acusações e ao menos 40 boletins de ocorrência registrados no Distrito Federal, em Goiás e em São Paulo. De um lado, funcionários da TecBan acionavam guarnições policiais para impedir que os seguranças da Protege esvaziassem os caixas eletrônicos, sob o argumento de que o contrato ainda estava vigente. A Protege diz ter sido informada por e-mail pela própria TecBan de que uma nova empresa já estava sendo contratada e que por isso deu início ao desabastecimento dos caixas. A decisão judicial prevê que, quando uma nova empresa for contratada, é possível interromper os serviços. A TecBan diz que o contrato com a nova empresa ainda estava em negociação. Em outros boletins de ocorrência, representantes da Protege acusam a TecBan de ter danificado a fechadura dos cofres dos caixas eletrônicos para impedir que o dinheiro fosse retirado.

Essa disputa contratual esconde uma briga por espaço no mercado. As próprias transportadoras de valores admitem à Justiça que o crescimento da ▶

Foto: Sérgio Lima/ÉPOCA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICACÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
VIGÉSIMA TERCEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA
EQNP 30/34 AE Lote A/D Setor "P" Sul - 3207-7931
Ocorrência Nº: 8.764/2017-1 Protocolo Nº: 12734852017

Data de Nascimento 30/05 1986
Idade: 31 anos
Sexo: Masculino
Identidade: 2258450 Órgão Expedidor/UF SSP / DF
Profissão: Técnico em Geral

HISTÓRICO

Compareceu a esta unidade SGT FABIANO comandante da VTR 2651 da PMDF apresentando GIVANILDO ALVES DINIZ, empregado da empresa PROTEGE e ÉRIC EDUARDO DE TORRES, representante da empresa TECBAN em situação de aparente descumprimento de ordem judicial

GIVANILDO ALVES DINIZ afirma que estava seguindo o roteiro de recolhimento quando foi interrompido por representante da TECBAN juntamente com guarnição da polícia militar e se encaminhou a esta unidade.

ÉRIC EDUARDO DE TORRES representante da TECBAN foi designado a comparecer ao fort atacadista onde a PROTEGE realizava desabastecimento indevido. Então apresentou decisão judicial aos funcionários, os quais continuaram o procedimento

NA POLÍCIA
André Luiz Soares, do Boa Compra, e trecho de boletim de ocorrência com briga entre funcionários da TecBan e da Protege. O consumidor perde

TBForte, a transportadora da TecBan, prejudicou seus contratos. Há um participante no mercado com preços competitivos, cujos donos são os maiores bancos do país, prestando serviço para esses mesmos bancos. A TBForte ficou com o abastecimento das áreas mais rentáveis, como o centro das grandes cidades, e sobraram para as demais transportadoras áreas cujo custo é maior, por estarem em periferias e serem mais perigosas. A queda de braço passa ainda por um polêmico Projeto de Lei em discussão no Senado. Sob o nome de Estatuto da Segurança Privada, o texto vindo da Câmara propõe, entre outras coisas, que empresas formadas por instituições financeiras, como a TBForte, e companhias com capital estrangeiro, como a Prosegur, presente em cinco continentes, sejam proibidas de atuar no mercado de transporte de valores. Com menos concorrência, quem pagará preços maiores, como sempre, será o consumidor.

A restrição foi incluída de última hora no texto do projeto pelo deputado Wellington Roberto, do PR da Paraíba, durante a votação na Câmara. O projeto chegou em dezembro ao Senado e ganhou como relator o senador Vicentinho Alves, do mesmo PR de Wellington Roberto. Desde então, os senadores tentaram acelerar sua tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e manter o texto com as proibições. Sob pressão, aceitaram fazer uma audiência pública, mas rejeitaram pedido para que a questão fosse examinada por outra comissão, a de Assuntos Econômicos. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado no dia 13, o representante da Polícia Federal, Ricardo Sancovich, afirmou que a proibição excluiria 65% das empresas do mercado. "Essa restrição não atende ao interesse público, já que favorece o estabelecimento de grupos fechados, de cartéis. Isso não é bom para o segmento", disse. Os senadores já concordaram em excluir a proibição ao capital estrangeiro, mas ainda discutem a restrição às empresas controladas por instituições financeiras.

A TecBan afirmou em nota que "houve uma indevida interrupção dos serviços de abastecimento de dinheiro por parte da transportadora de valor contratada" e que já contratou novo fornecedor para regularizar o abastecimento. A transição deverá ser concluída ainda em outubro. A Protege disse, também em nota, que o aviso prévio para rescisão do serviço seguiu "rigorosamente os prazos estipulados em contrato", sustentou que "os serviços seguem sendo prestados conforme contrato e em total respeito ao processo judicial ainda em curso" e que a Justiça "reconhece como válidos todos os procedimentos e cronograma" para a transição do contrato. A Prosegur afirmou que "não comenta processos judiciais em andamento". ◆

Foto: Sérgio Lima/ÉPOCA

AAdvantage

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios

TRAZEM COM EXCLUSIVIDADE AO BRASIL PARA O EVENTO

CIDADÃO GLOBAL

MUDAR O MUNDO?
SIM, VOCÊ PODE

Faça parte dessa mudança
Seja você também
um Cidadão Global.

Mais informações em:

> ***Precisamos que vocês se mantenham conectados, trabalhem juntos, aprendam uns com os outros, para que possamos construir uma próxima geração de líderes que sejam capazes de enfrentar problemas como o aquecimento global e a pobreza, ajudar no crescimento econômico, garantir que as mulheres tenham oportunidade. Garantir que toda criança, onde quer que ela viva, tenha a chance de ter uma vida melhor.***
>
> Presidente Barack Obama,
> palestrante principal do evento
> Cidadão Global

5 DE OUTUBRO
Das 8h00 às 12h30

TEATRO SANTANDER
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041
Complexo JK - São Paulo

PROGRAMAÇÃO:
ABERTURA OFICIAL: Frederic Kachar - Diretor Geral de Mídia Impressa do Grupo Globo
DISCURSO DE ABERTURA: Sérgio Rial - Presidente do Santander Brasil
PALESTRANTE PRINCIPAL: Presidente Barack Obama
ENCERRAMENTO

REALIZAÇÃO:
INFOGLOBO:

Teatro Santander - Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041 - Vila Olímpia - São Paulo - SP

O nem tão poderoso Thor

O tímido herdeiro de Eike Batista ainda fica mais à vontade no papel de fortão do que como administrador das encrencadas empresas "X"

Samantha Lima

Thor Batista costuma chegar à sede do grupo X, no Flamengo, Zona Sul do Rio de Janeiro, dirigindo um Range Rover, escoltado por seguranças. Sempre carrega consigo uma marmita com o almoço, em geral composto de batata-doce, arroz integral e peito de frango, comida de quem encara a musculação como um estilo de vida. Thor, de 26 anos, se esforça para parecer, mas após seis anos no cargo de diretor ainda não parece um executivo. A maioria dos homens de negócios ostenta ternos caros, não um bíceps superdesenvolvido, nas redes sociais. Thor, ainda desconfortável, encara o comando das empresas às quais o pai, Eike Batista, quis dar aura mítica, mas hoje estão na bacia das almas.

A cadeira de Eike é, porém, o último lugar onde Thor quer ser visto. Só assumiu a presidência em janeiro, por força das circunstâncias, após o pai ser preso, acusado de pagar US$ 16 milhões de propina ao ex-governador Sérgio Cabral. Sempre que pode, diz que está afastado desde abril, por "desentendimentos" com o pai. Até a semana passada, no entanto, dava expediente no escritório.

Thor quer ficar longe do grupo X, não por vaidade ou vergonha, mas para preservar seu patrimônio da infinita bancarrafunda financeira do pai, ex-sétimo homem mais rico do mundo. Thor recebeu pelo menos R$ 130 milhões em doação de Eike. O pai lhe transferiu imóveis da família, reservando-os para seu usufruto. As transferências ocorreram a partir de julho de 2013, quando ficou claro que uma das principais empresas do conglomerado, a OGX, não tinha as alardeadas reservas de petróleo – o que desencadeou o início da ruína dos negócios de Eike. De acordo com uma sentença da 8ª Vara Federal de Fazenda no Rio de Janeiro, onde corre ação de cobrança tributária contra Eike, doações assim continuaram nos anos seguintes. A Procuradoria da Fazenda tenta bloquear R$ 224 milhões do patrimônio de Eike.

A prisão do pai limou da rotina de Thor parte do tempo dedicado a baladas, academia e à namorada. Ele passou a tocar o que restou do império X. O patrimônio de Eike é calculado hoje em R$ 378 milhões, ou 0,4% dos US$ 35 bilhões do auge, em 2011. Das seis empresas que tinham capital aberto, duas – a MPX, de energia, e a LLX, de logística – têm outros controladores. A participação de Eike nas quatro remanescentes – MMX, OSX, OGX e CCX – hoje não vale mais do que US$ 111 milhões. A OSX e a MMX estão em recuperação judicial. Nenhuma gera dividendos para Eike. Outros negócios viraram pó ou foram entregues a credores. Sobrevivem a clínica MDX e o restaurante chinês Mr. Lam. É grande a pressão sobre o que restou da fortuna: R$ 245 milhões estão indisponíveis, mas há ordem para bloquear quatro vezes mais. Há a cobrança da fiança de R$ 52 milhões estabelecida pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pelas ações relacionadas à Operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

> A CADEIRA DE EIKE É O ÚLTIMO LUGAR ONDE THOR QUER SER VISTO. NÃO POR VERGONHA, MAS PARA PROTEGER SEU PATRIMÔNIO

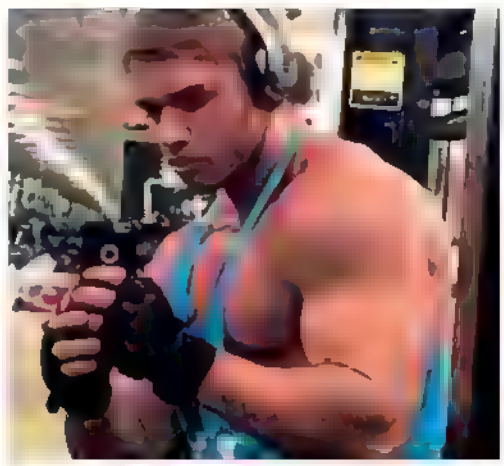
Eike passou a ver o filho como sucessor em agosto de 2009, quando, aos 18 anos, Thor foi escalado para discursar em sua homenagem na Assembleia Legislativa. "Pai, para mim você é um ídolo e referência do que é certo", disse o jovem, levando Eike às lágrimas. Certo de que o filho tinha "brilho", Eike passou a levá-lo para o trabalho na EBX. Colocava-o sentado à mesa nas reuniões que conduzia. Thor quase nada falava. ▶

Foto: Stefano Martini/Edições Globo Conde Nast

Quando Eike comprou um prédio de 23 andares no centro do Rio de Janeiro para sediar a EBX, em 2011, Thor, nomeado diretor, passou a ter uma sala. No começo, como qualquer jovem herdeiro, dava pouca importância ao negócio, em favor de malhação pesada, baladas e viagens nos jatos da família.

Foi dessa época sua primeira iniciativa, frustrada, como empreendedor. Certa vez, em Búzios, Thor disse ao dono da casa noturna Pacha, Mário Bulhões, que sonhava em investir no segmento. Bulhões, então, revelou-lhe os planos de levar a marca, nascida no balneário espanhol de Ibiza, para o Rio de Janeiro. Semanas depois, Thor o chamou para uma reunião na EBX. Ao chegar lá, Bulhões teve uma surpresa: deparou com Eike e assessores da empresa na sala. Nas reuniões seguintes, Thor não apareceu. Um dia, Bulhões foi avisado pela EBX de que teria uma participação menor na empreitada e não mais negociaria com a Pacha. Irritado com a trapaça, ele foi tirar satisfações com Thor, que se esquivou. Bulhões caiu fora. Não fala sobre o assunto.

Thor só passou a ser mais assíduo no escritório desde que o mundo de fantasia do conglomerado ruiu, em 2014. Tímido e educado, seu temperamento contrasta com o do pai, que tinha oscilações bruscas de humor e acessos de raiva quando contrariado. Iniciou o curso de economia, no Ibmec, mas, assim como Eike, abandonou antes de obter o diploma. Não tem arroubos de genialidade. Não é o "melhor vendedor de PowerPoint", como o pai já foi classificado. Era escalado por Eike para apresentar o projeto da pasta capaz de restaurar o esmalte dos dentes. Quando o pai prometia a interlocutores antecipar o lançamento do produto, era repreendido. "Não é bem isso, pai. Precisamos ainda das licenças", dizia Thor. Eike gastou US$ 10 milhões no projeto; até agora, não deu em nada.



DIVERSÃO **Thor com a namorada *(no alto)* e na academia *(acima)*. A vida era assim antes da derrocada de Eike**

Thor acredita que o pai foi enganado nos negócios. Na curta carreira, mostra-se um gestor desconfiado, que checa informações com diferentes funcionários. É o oposto de Eike, que tinha por hábito eleger preferidos, dar-lhes carta branca e, tempos depois, nutrir por esse favorito uma implicância que crescia até a demissão. Um desses ex-queridos protagonizou um imbróglio recente, que se desenrolou com a atuação de Thor. Até abril, a CCX era presidida por Gunnar Gonzales, favorito desde 2013. Pouco antes de ser preso, Eike desiludiu-se com Gonzalez e passou a defender sua demissão junto ao Conselho da empresa. A pedido do pai, que já estava preso, Thor articulou a saída de Gonzalez com os conselheiros. Semanas depois, a companhia descobriu pagamentos de aproximadamente R$ 5 milhões, que entendeu irregulares, autorizados por Gonzales a ele próprio e a uma empresa que lhe pertencia. Indignado, Thor consultou os conselheiros. Eles defenderam que cobrasse a devolução dos recursos na Justiça. Quando os acionistas aprovaram a medida, Gonzalez, então, propôs um acordo, pelo qual vai devolver quase metade do valor para encerrar a disputa. A proposta foi aprovada há duas semanas. A defesa de Gonzalez não atendeu ao pedido de entrevista. Uma pessoa próxima ao ex-executivo diz que ele fez somente pagamentos que Eike havia lhe prometido, sem ter oficializado o compromisso. O presidente da CCX, Pedro Borba, não quis comentar o episódio e disse que todas as informações sobre o caso já foram divulgadas pela companhia.

Thor não quis dar entrevista a ÉPOCA. Trabalhando e de namoro com a modelo Lunara Campos, ele tem saído menos, mas ainda publica no Instagram fotos na academia exibindo seus enormes músculos e dos momentos de lazer. Se não dispõe mais de luxos como aviões e helicópteros – tudo foi vendido; restou apenas o iate Pershing, na casa da família em Angra –, ainda se diverte bastante. Para descansar das preocupações, no mês passado Thor viajou com a namorada Lunara para as Bahamas. Hospedaram-se no hotel One&Only Ocean Club Resort, onde a diária custa entre R$ 3 mil e R$ 48 mil. Thor é um executivo, mas ainda é Thor Batista. ◆

Fotos: Agnews, reprodução (1)

12 HISTÓRIAS QUE DERRUBAM O MURO DA NORMALIDADE

Em [illegible], assinado em parceria com o escritor e roteirista [illegible], a autora best seller [illegible] mergulha no mundo fascinante da ficção, inspirada em casos vivenciados durante sua longa experiência como psiquiatra.

GLOBOLIVROS

NAS LIVRARIAS E EM E-BOOK

www.globolivros.com.br

DUETO, EM VEZ DE DUELO

A sonolenta campanha eleitoral alemã mostrou muito consenso entre os principais partidos. Nesse clima de pouca confrontação, o crescimento dos partidos menores passou a ser visto como salutar para a democracia

CONCÓRDIA
Imagem do debate pela TV entre Angela Merkel e Martin Schulz. Sem dedos em riste e com muitos assentimentos com a cabeça

Guiherme Evelin, com **Giovanna Wolf Tadini**

No dia 3 de setembro, os dois principais candidatos a governar a Alemanha pelos próximos quatro anos – a chanceler Angela Merkel, da CDU (União Democrata-Cristã), e seu rival Martin Schulz, do SPD (Partido Social-Democrata) – se encontraram para o único debate televisivo da campanha que se encerraria no domingo, dia 24. Diante das câmeras, os dois candidatos ficaram frente a frente por 97 minutos, mas não houve ranger de dentes, dedos em riste nem bate-boca. Merkel e Schulz discordaram pouco e, em muitos momentos, assentiram com a cabeça em sinal de concordância. O "duelo" foi batizado ironicamente pela imprensa alemã de "dueto" e virou a marca registrada de uma campanha sonolenta que deverá confirmar, salvo surpresas de última hora, um quarto mandato para Merkel. Ela poderá assim se tornar a primeira-ministra mais longeva da história da Alemanha.

O debate de velhos compadres entre Merkel e Schulz não deve ser considerado surpreendente – tratando-se das características da política na Alemanha. Nos últimos quatro anos, CDU e SPD, os dois mais tradicionais partidos alemães, estiveram juntos no governo sob o comando de Merkel e numa "grande coalizão" que controla 504 das 631 cadeiras no Bundestag (o Parlamento alemão). CDU e SPD, que compartilharam outra "grande coalizão" no primeiro mandato de Merkel, têm visões de mundo parecidas em quase tudo: em relação ao papel do Estado e dos mercados na economia, à globalização e à social-democracia, com diferenças apenas de ênfase. Segundo um recente estudo da Fundação Bertelsmann, 80% dos alemães se consideram "centristas", em comparação com 67% dos britânicos e 51% dos franceses. Por aversão aos radicalismos do passado, que desembocaram nas tragédias do nazismo e da Segunda Guerra Mundial, os alemães desenvolveram uma notável cultura política de valorização do consenso e de repulsa aos passionalismos e aos personalismos carismáticos.

Essa cultura do consenso ganhou novo impulso nos três mandatos de Merkel – dois deles sob o governo de uma "grande coalizão" entre a CDU e o SPD. Um dos motivos é o extraordinário desempenho da economia alemã nos últimos anos. Como resultado das reformas que tornaram o mercado de trabalho mais flexível, introduzidas por Gerhard Schröder, o antecessor de Merkel e o último filiado ao SPD a estar no poder como chanceler, a competitividade das empresas alemãs aumentou. Terceiro maior exportador mundial, a Alemanha deve acumular, neste ano, um superávit em suas transações correntes com o resto do mundo de US$ 285 bilhões – maior que a China, de US$ 190 bilhões. Com uma taxa de desemprego abaixo dos 4%, o país não tem aquelas áreas devastadas pela desindustrialização – comuns nos Estados Unidos e em outros países da Europa Ocidental. Beneficiária também da adoção do euro como moeda única de 17 países europeus, a Alemanha se tornou a líder incontestável da União Europeia e é uma das maiores ganhadoras da globalização. ▶

Foto: Fabrizio Bensch/Reuters

Esse florescimento econômico se deu sob o comando de Merkel, uma suprema diluidora das diferenças políticas. "Merkel tem zero de ideologia e é extremamente pragmática", diz o cientista político Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da Fundação Getulio Vargas em São Paulo, alemão de nascimento. Flexível, Merkel não tem problemas em cooptar a agenda de outros partidos, quando a medida parece ter o apoio da opinião pública alemã. Depois do desastre com a usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2011, Merkel abraçou um programa para fechar todas as usinas nucleares do país – bandeira histórica dos Verdes, partido de centro-esquerda. Filha de um pastor luterano, mesmo declarando-se contrária à medida por uma "questão de consciência", Merkel liberou a CDU para aprovar o "casamento gay" – quando a defesa da legalização virara, neste ano, uma arma eleitoral poderosa nas mãos de outros partidos. Assim, tudo de bom na Alemanha vira mérito de Merkel, que é conhecida no país como Mutti (mamãe).

Quando alguma medida gera reação negativa, Merkel trata de se esquivar habilidosamente dos seus efeitos. Foi o que ela fez com a controversa decisão de abrir, em 2015, as fronteiras alemãs para o recebimento de 1 milhão de refugiados, oriundos principalmente da Síria – impopular, a medida insuflou protestos da direita contra a chanceler. Merkel manobrou então para esvaziar seu impacto. Em 2016, fechou um acordo da União Europeia com o presidente da Turquia, o protoditador Recep Tayyip Erdogan, para estancar o fluxo de imigrantes, que suscitou críticas de que ela ignorara os mesmos valores democráticos invocados para receber os refugiados. Aos poucos, Merkel endureceu os critérios para a concessão de refúgio. No ano passado, a Alemanha recebeu 280 mil refugiados, em comparação com 890 mil em 2015.

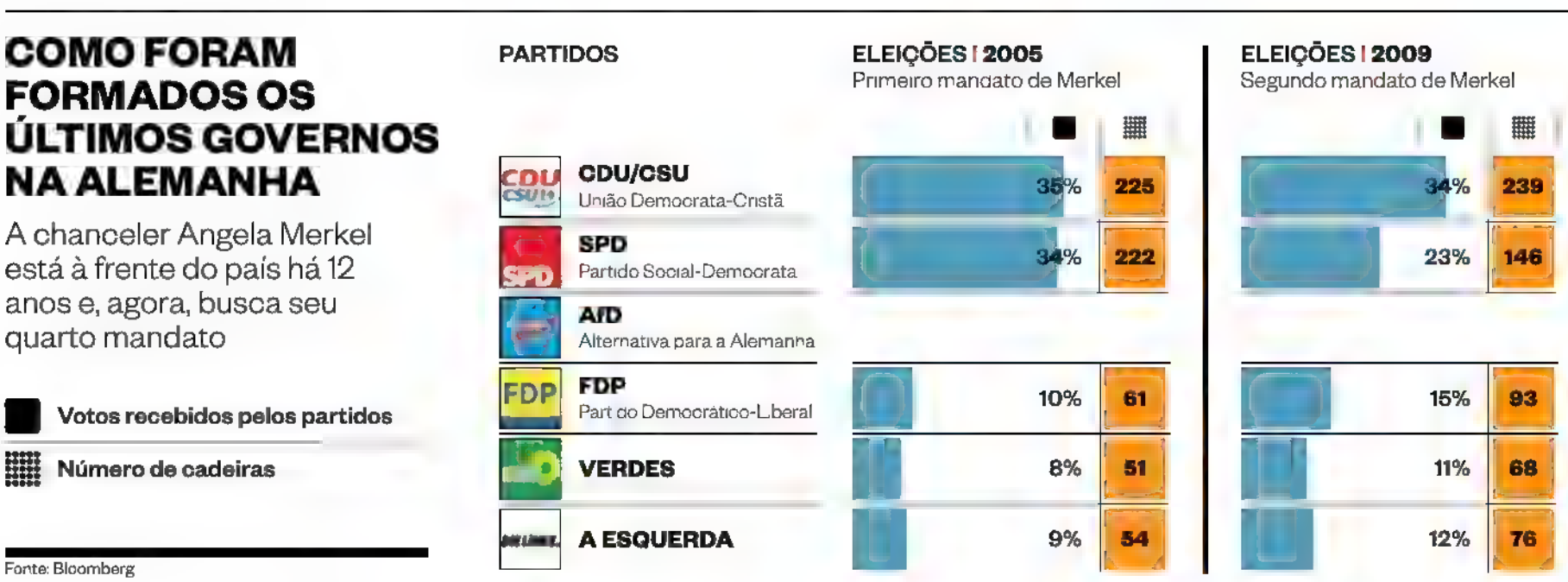
Com ardis desse gênero, Merkel dificulta a vida da oposição – à direita e à esquerda. No começo deste ano, o líder do SPD, Martin Schulz, chegou a emergir como um nome capaz de desafiar a chanceler e até derrotá-la – mas sua campanha minguou à medida que ficou claro que ele não conseguiria articular uma narrativa de oposição convincente. Depois que as pesquisas de opinião mostraram que Merkel consolidara uma vantagem inabalável em relação a Schulz, a disputa mais interessante da campanha eleitoral passou a ser pelo 3º lugar entre os cinco partidos menores que também devem conseguir assento no parlamento – eles chegaram a travar um debate na TV, bem mais animado que o de Merkel e Schulz.

Como a CDU não deve conseguir maioria para governar sozinha e como o SPD parece refratário a repetir a experiência de uma nova "grande coalizão", que lhe custou tanto em termos de identidade, especula-se quem deverá ser o parceiro de Merkel na coalizão do novo governo. A depender do desempenho nas urnas, os principais candidatos à vaga são o FDP (Partido Democrático Liberal), defensor do liberalismo na economia e no com-

CENTRISMO EM AÇÃO **Refugiados na Alemanha. Em 2015, Merkel abriu o país para recebê-los. Depois, endureceu os critérios de concessão de refúgio**

COMO FORAM FORMADOS OS ÚLTIMOS GOVERNOS NA ALEMANHA

A chanceler Angela Merkel está à frente do país há 12 anos e, agora, busca seu quarto mandato

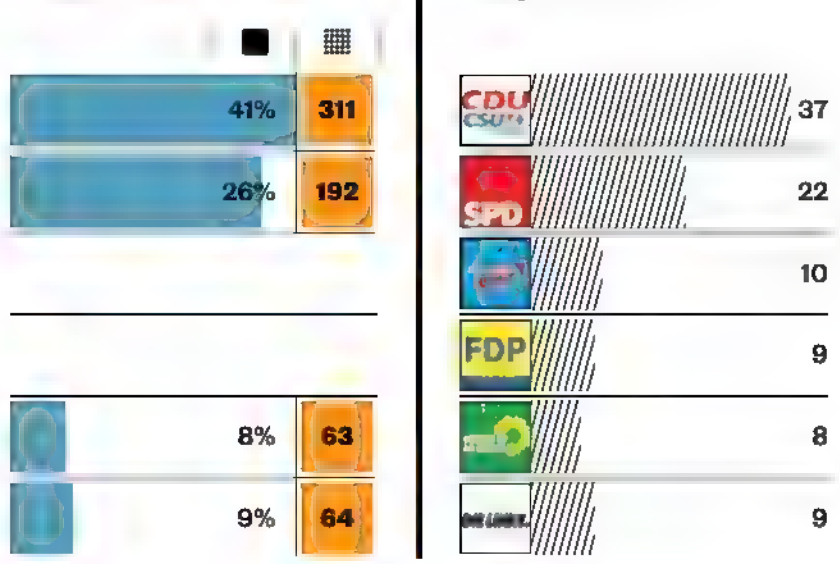


Fonte: Bloomberg

portamento, e os Verdes. "A preferência de Merkel seria por repetir a grande coalizão com os sociais-democratas, que continuaria a lhe dar grande flexibilidade, em vez de uma aliança com os liberais do FDP ou os Verdes, que podem representar mais constrangimentos para ela à direita ou à esquerda", diz Stuenkel.

Ainda que exitosa, a política de muito consenso e pouca confrontação seguida por Merkel não escapa de críticas – como a de tornar a política asséptica ou sufocar o debate sobre questões como o crescimento da desigualdade e de uma população pobre dependente do Estado, um lado obscuro das reformas de flexibilização do mercado do trabalho. "Para haver uma democracia viva e dinâmica, é preciso haver debate e pontos de vista diferentes", diz Brigitte Weiffen, da Cátedra von Martius de Estudos Alemães e Europeus da Universidade de São Paulo. "Quase um terço da população não deve votar na eleição. Esse desinteresse com a política se deve a um sentimento de que, independentemente da pessoa que vai ser votada, não vai mudar nada".

O crescimento recente de partidos mais radicais, como a Esquerda e a Alternativa para a Alemanha, se deve em parte também a essa percepção cada vez mais comum sobre uma "oligarquização" da política alemã. Na eleição deste ano, a Alternativa para a Alemanha, um partido que nasceu como eurocético e assumiu a bandeira de defesa da identidade alemã contra o crescimento da imigração, deve se tornar o primeiro partido de extrema-direita, desde a Segunda Guerra Mundial, a ultrapassar a barreira de 5% dos votos nacionais para conseguir representação no Parlamento – um acontecimento histórico. Ao contrário do que era esperado, muitos analistas não estão lamentando, porém, o fato. "Entre os alemães, há uma resignação em massa com o fato de que a política nacional está bloqueada por um consenso centrista que lhes dá poucas opções de escolha nas urnas", escreveu Jochen Bittner, editor de política do jornal *Die Zeit* em artigo para o *The New York Times*. "A presença de representantes da Alternativa no Parlamento será às vezes embaraçosa, frequentemente um incômodo, mas também refrescante. Será um renascimento da diferença política na Alemanha. Não há nada nisso a deplorar." Tal raciocínio vale desde que os extremistas de direita não cresçam muito – ainda mais num país que viveu o maior trauma histórico do século XX. ◆



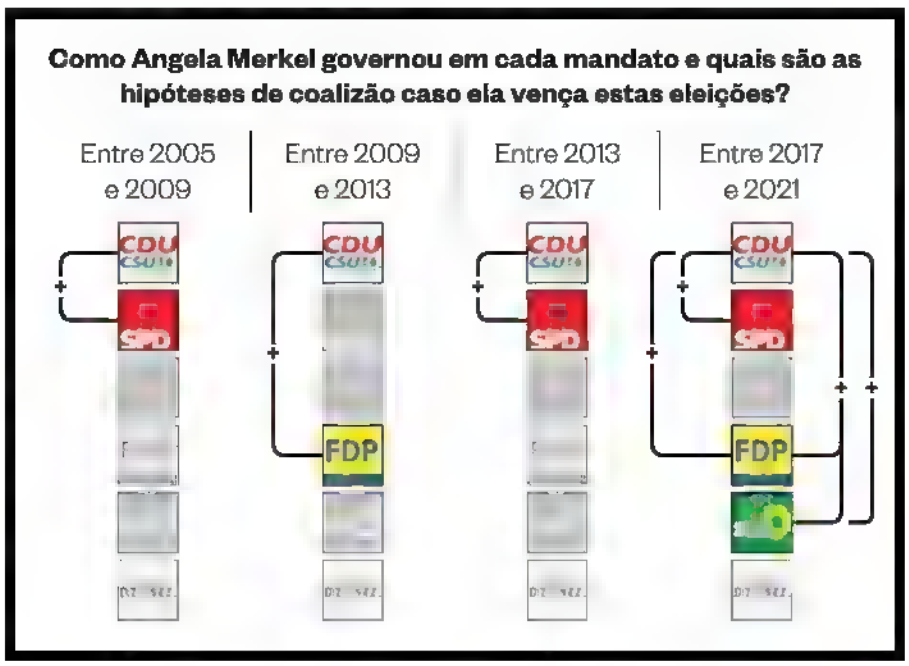


Foto: Hannibal Hanschke/Reuters

A muralha da ci

Com novas leis e parceria do governo com hackers, a

Paula Soprana

Era fim de tarde de uma quinta-feira quando o Bundestag, o Parlamento alemão, foi desconectado da rede. Congressistas não conseguiram acessar o sistema nem seus e-mails de trabalho naquela noite de 15 de maio de 2015. O governo tinha detectado uma invasão digital, em andamento havia semanas, e o desligamento dos sistemas era parte da reação. O Ministério da Defesa entrou em ação a fim de conter a ameaça. O sistema do Bundestag voltou a funcionar três dias depois. Ao longo dos meses seguintes, proliferaram diferentes versões sobre o dano causado e as informações acessadas. Houve pouca dúvida entre os investigadores alemães, porém, de que os atacantes tinham ligação com o governo russo. Desde então, o ambiente ficou ainda mais hostil para as eleições, as democracias e o debate público. Com a proximidade das eleições legislativas marcadas para domingo, dia 24, os alemães se prepararam para novos ataques. A favorita para se beneficiar da eleição, a atual primeira-ministra, Angela Merkel, diverge abertamente do presidente autoritário da Rússia, Vladimir Putin.

Especialistas em segurança identificam entre as grandes ameaças dois grupos principais – Fancy Bear (Urso Chique) e Cozy Bear (Urso Fofo), também conhecidos como APT28 e APT29. O primeiro oferece perigo inversamente proporcional à tosquice de seu site, com animações infantis de ursos militantes. Nos últimos dois anos, especialistas creditam a ele intrusões nas campanhas presidenciais de Emmanuel Macron, na França, e Hillary Clinton, nos Estados Unidos. O segundo grupo, acreditam analistas, também invadiu computadores dos Democratas nos Estados Unidos e vazou 20 mil e-mails do partido. Os ataques atribuídos às duas equipes coincidem com interesses do governo Putin. Comprovar suas relações com o Kremlim, porém, representa um desafio.

O roubo e a divulgação de informações confidenciais, prejudiciais a um candidato, representam uma das duas táticas principais da guerra digital em andamento. A outra é a propaganda computacional, que consiste na disseminação automatizada de notícias falsas, a fim de manipular a opinião pública. Juntas, formam o que especialistas chamam de ameaça híbrida. A desinformação não é estratégia nova em disputas internacionais. A diferença é que hoje ela conta com a mão de obra de robôs virtuais, os bots, incansáveis, baratos e fáceis de encontrar na internet. Eles replicam notícias falsas e discursos de ódio em redes sociais, usam hashtags para engajar e reproduzem um mesmo conteúdo em muitas contas falsas simultaneamente. Um cidadão pode comprar uma rede de bots por US$ 150 e

À ESPERA DO ATAQUE
Sala no Ministério de Defesa da Alemanha. Eles têm novas leis, nova organização e parcerias com hackers e empresas de tecnologia

berdefesa global

Alemanha quer se tornar um modelo de defesa digital

espalhar informações como a de que uma turba de imigrantes atacou sexualmente mulheres alemãs em Frankfurt durante as festas de Ano-Novo – uma das notícias falsas a viralizar logo no início de 2017. Na Alemanha, grande parte dessas iniciativas tem origem dentro do país, em grupos de extrema-direita. "É um sintoma do nosso tempo, da pós-verdade e da política populista, que valoriza mais a emoção que a verdade", diz Lisa-Maria Neudert, pesquisadora de internet na Universidade de Oxford que estuda o cenário político alemão.

Autoridades alemãs temiam uma ofensiva nas últimas semanas também por causa da postura amigável aos imigrantes de Merkel, incômoda para os grupos com bandeiras intolerantes, como a da xenofobia. Só que o resultado foi diferente do esperado, ao menos até a sexta-feira, dia 22. "A atividade observada a partir de 21 de setembro não atingiu os níveis das eleições francesas e americanas anteriores", diz Cristiana Brafman Kittner, analista sênior de ciberespionagem da empresa de segurança FireEye. Na quinta-feira, Mark Zuckerberg, presidente do Facebook, disse que a empresa trabalhava para garantir a integridade das eleições alemãs e que 3 mil anúncios vinculados à Rússia foram retirados da rede social. Em relação à propaganda computacional, um levantamento da Oxford Internet Institute, de 1º a 10 de setembro, mostrou que o Twitter na Alemanha continha, proporcionalmente, menos notícias falsas que o estado americano de Michigan às vésperas da eleição americana e que bots responderam por 7,4% do tráfego, índice baixo. Se há ataques em curso, estão sendo bloqueados ou adotando outras táticas.

Alguns motivos ajudam a explicar a tranquilidade na Alemanha, ao menos por enquanto. Há pressão governamental sobre as grandes empresas de internet. Apesar de entrar em vigor só em outubro, o país aprovou uma lei que impõe multas de até € 50 milhões a redes sociais que não retirem "conteúdo ilegal" do ar em 24 horas (a lei desperta controvérsia e o Facebook a criticou). As Forças Armadas ganharam em abril uma quarta divisão, dedicada à guerra cibernética e não subordinada às outras três, o KdoCIR (Comando do Ciberespaço e Informação). Esse órgão procura ativamente apoio de hackers e pequenas empresas com tecnologia de segurança de vanguarda. Um motivo não tem ligação com esforços regulatórios nem da comunidade de inteligência nem com nenhum plano de curto prazo, e sim com hábitos de leitura. Entre os eleitores alemães, só 30% dizem usar as redes sociais como fonte primária para o acesso à informação, menos que a metade do percentual nos Estados Unidos. ◆

Foto: Florian Gaertner/Photothek via Getty Images

JACOB WEISBERG

"Trump é o pior ser humano que já ocupou a Casa Branca"

Para o comentarista político do programa de áudio Trumpcast, o presidente americano é tão incompetente que talvez não consiga materializar suas ideias ruins

Marcelo Moura

No dia 19, o presidente Donald Trump estreou na tribuna da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Era um evento cercado de simbolismo. A criação da ONU foi uma vitória da diplomacia dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Mas em 42 minutos de discurso, Trump massacrou a tradição americana. Na casa da paz, ameaçou "destruir totalmente a Coreia do Norte". "Trump está encolhendo a liderança que seu país tem no mundo", afirma o jornalista Jacob Weisberg, diretor da revista on-line Slate e criador do Trumpcast, programa de comentários sobre o presidente. Autor de livros sobre os presidentes Ronald Reagan e George W. Bush, Weisberg diz que, passados nove meses, o governo Trump só traz um motivo para otimismo: "Trump é tão incompetente que pode nem conseguir causar dano". O jornalista estará no Festival Piauí GloboNews de Jornalismo, em São Paulo, nos dias 7 e 8 de outubro.

ÉPOCA – **Donald Trump ameaçou "destruir totalmente a Coreia do Norte". Quais são as intenções dele?**
Jacob Weisberg – Trump está tentando ser agressivo, ver quem é mais machão. É como ele se porta diante de cada questão: como um desafio pessoal. Do ponto de vista diplomático, é uma estratégia perigosa e contraproducente.

ÉPOCA – **Kim Jong-un disse que Trump "vai pagar caro". O que o líder norte-coreano quer dizer com isso?**
Weisberg – Kim Jong-un entrou nessa retórica ridícula e hiperbólica desde que assumiu o poder. Antes, seu pai fazia o mesmo. Mas líderes mundiais responsáveis procuravam não provocá-lo. Tentavam contemporizar. Trump, ao contrário, está dando eco. Começa a parecer uma briga entre rivais do mesmo nível, em vez de uma briga entre o mundo livre e uma ditadura perigosa e isolada.

ÉPOCA – **Ao se rebaixar, Trump rebaixa os Estados Unidos?**
Weisberg – A briga não rebaixa necessariamente os Estados Unidos. O país perde autoridade e credibilidade quando o presidente se comporta desse jeito imaturo. Mas não acredito que as pessoas ao redor do mundo enxerguem Trump como representante da opinião dos americanos. Muita gente ainda confia nos Estados Unidos para evitar o perigo de a Coreia do Norte partir para um confronto militar.

ÉPOCA – **Quanto estamos longe de uma guerra?**
Weisberg – O tamanho do problema é discutível. Apesar da retórica inflamada, Kim Jong-un está se comportando racionalmente. Apesar de a Coreia do Norte desenvolver armas nucleares, não acho que estejamos à beira de uma guerra atômica. A possibilidade mais alarmante é usarem armas convencionais contra a Coreia do Sul. Isso poderia trazer tremenda destruição a uma população enorme.

ÉPOCA – **O tom duro de Trump se deve apenas a seu temperamento ou expressa também a falta de alternativas diante de um país que, agora, está perto de desenvolver um arsenal nuclear de alcance mundial?**
Weisberg – Sejamos honestos, a escolha de Trump é ruim, mas não existem alternativas boas a respeito da Coreia do Norte. Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama não ▶

Foto: Newscom

BRIGA DE RUA
O jornalista Jacob Weisberg, "Donald Trump quer ver quem é mais machão", diz, sobre a rixa com Kim Jong-un

conseguiram deter diplomaticamente os norte-coreanos. O problema na mesa de Trump é fruto do fracasso de seus antecessores. Mas, ao fazer ameaças, ele aumenta o risco.

ÉPOCA – **Se a Coreia do Norte mantém 85% de seu comércio exterior com apenas um país, a China, como Trump pode exercer pressão diplomática?**
Weisberg – A única forma de pressionar Kim Jong-un é por meio da China. Mas, para os chineses, a Coreia do Norte é apenas um entre tantos problemas. O único caminho diplomático possível aos Estados Unidos é pedir a Pequim maior prioridade à questão norte-coreana. Trump se irrita ao achar que os chineses não estão se empenhando tanto quanto poderiam.

ÉPOCA – **Na campanha, Trump parecia bem mais preocupado com os assuntos internos do que externos. Isso mudou. A mudança é uma estratégia para disfarçar fracassos domésticos, como a tentativa de mudar o sistema de saúde? O governo Trump está perdendo o foco, se é que já teve algum?**
Weisberg – Não, ele nunca teve foco. É um oportunista. O foco de Trump é aquilo que ele viu pela manhã no canal Fox News. Sua única agenda concreta é aquela que ele apresentou durante a campanha: construir um muro e cancelar acordos de comércio exterior. Ambas são impraticáveis, contraproducentes, más ideias. A ignorância de Trump não tem fim, mas, no caso específico de política externa, é absoluta.

> **“Trump nunca teve foco. Seu foco é o que ele assistiu de manhã no canal Fox News”**

ÉPOCA – **Quanto a ignorância de Trump custa aos Estados Unidos?**
Weisberg – Está custando à América o respeito que ela conquistou no mundo. Está custando a autoridade de liderar, está custando interesses econômicos e estratégicos. Sua posição no mundo está encolhendo vastamente pela Presidência de Trump. A única coisa positiva a dizer sobre esse assunto é que a imagem dos Estados Unidos também encolheu severamente durante o governo de George W. Bush, apesar de não ter sido algo tão rápido ou drástico. Quando Obama foi eleito e Bush foi embora, o país conseguiu recuperar grande parte de sua liderança, muito rapidamente. Meu pensamento otimista é este: o dano é severo, mas pode não ser permanente.

ÉPOCA – **Quanto a ignorância de Trump custa ao mundo?**
Weisberg – Acho que os Estados Unidos ainda representam a referência mundial de nação. A falta da liderança americana traz alguns problemas. Certas ações se tornam muito difíceis, quando não impossíveis. Um bom exemplo é o combate ao aquecimento global. O resto do mundo pode buscar os objetivos do Acordo de Paris sem os americanos, mas a um custo muito maior. Desde direitos humanos até comércio internacional, há uma série de questões que preocupam o planeta, mas nem sequer interessam a Trump. Como resultado, a América não consegue exercer sua liderança e o mundo se torna um lugar pior.

ÉPOCA – **Um presidente ignorante não precisa, necessariamente, fazer um governo ignorante. Por que os assessores de Trump não conseguem elevar o nível? Ter como conselheiros a filha e o cunhado certamente não ajuda, mas onde estão os outros?**
Weisberg – Essa tremenda incompetência e essa tremenda corrupção estão muito mais num nível que a gente esperaria ver num país emergente, ou antidemocrático, do que nos Estados Unidos.

ÉPOCA – **Durante a campanha eleitoral, o senhor afirmou que a mera candidatura de Trump já representava uma ameaça à democracia. Como sua opinião mudou?**
Weisberg – Passados nove meses de governo Trump, os Estados Unidos ainda são uma democracia. Já é uma boa notícia. Mas em muitos fundamentos de nossa democracia, como transparência, separação entre interesses públicos e privados, liberdade de imprensa... Até mesmo no linguajar, Trump está muito distante da tradição americana. O perigo continua bastante real, uma vez que Trump ainda tem um apoio razoável e não foi afastado. É muito perturbador. Não podemos ser complacentes com a ameaça e os riscos à democracia. Ao mesmo tempo, vemos como muitas instituições e tradições são resilientes. Há uma robusta resistência a Trump, tanto dentro quanto fora do governo. Tenho a esperança de que a democracia americana vai sobreviver. Mas não acho que podemos dar isso como certo.

ÉPOCA – **Muitos outros presidentes americanos custaram a engrenar no cargo. Trump é diferente?**
Weisberg – Sim. Ele é muito diferente. É diferente no sentido de não ter a menor ideia do que é ser presidente. A ele faltam as mais básicas atitudes, habilidades e experiência para o cargo. Vários outros presidentes tinham falta de experiência, mas procuraram melhorar com o apoio de gente mais experiente. Trump não fez isso. Sua concepção de governo é integralmente concentrada nele, na visão dele. Não vejo a menor chance de ele evoluir com o tempo.

ÉPOCA – **Trump é o pior presidente da história dos Estados Unidos?**
Weisberg – Sem dúvida. Pensando bem, talvez seja prematuro dizer isso, pois ainda não podemos dimensionar os danos que ele causará aos Estados Unidos. Trump é tão incompetente que pode nem conseguir causar dano. Até agora, não aprovou nenhum projeto relevante no Congresso e entrou em guerra contra seu próprio partido. Um presidente inócuo acabaria não parecendo o pior de todos... Mas, como pessoa, Trump é seguramente o pior ser humano que já ocupou a Casa Branca. ◆

HELIO GUROVITZ

A volta do espião que saiu do frio

Não era um livro grosso. Fora publicado por uma grande editora numa coleção barata de capa branca, vendida nas bancas de jornal – num tempo em que grandes editoras faziam coleções baratas de clássicos literários para vender em banca. O título, irresistível, é até hoje considerado um dos melhores na história das letras. O nome do autor era curioso, meio inglês, meio francês, dava ao conteúdo um ar ainda mais misterioso. Eu tinha uns 15 anos, estava na praia, peguei o volume numa estante e deitei na rede só para dar uma olhada. Não levantei antes de acabar de ler. Dizer que devorei seria, além de um lugar-comum, impreciso. Raramente temos a memória daquilo que devoramos ou engolimos com voracidade, apenas para aplacar a fome. Neste caso, guardei o nome dos personagens principais e as cenas marcantes de um enredo complexo e envolvente, depois de ser enganado quatro, cinco, seis vezes até o final – e de sair inconformado com a tragédia fatal no Muro de Berlim, sem entender direito o que acontecera. Lançado há 54 anos, *O espião que saiu do frio*, do inglês John Le Carré (pseudônimo de David Cornwell), criou um novo gênero de romance de espionagem – e é até hoje a melhor tradução da tensão palpável dos tempos da Guerra Fria.

Tempos difíceis de entender para as gerações crescidas na era da internet, do celular e das redes sociais. A informação andava devagar. Havia, de cada lado do muro, uma noção clara de certo e errado, esquerda e direita, bem e mal, mocinho e bandido. Ao narrar uma história cheia de traidores, informantes ocultos, estratégias dissimuladas e reviravoltas surpreendentes, Le Carré fez mais do que retratar, sem romantismo nem idealismo, o universo que, como integrante do serviço secreto britânico, conhecia de perto. Ele comprovou o simplismo da visão maniqueísta, transmitida à plateia de ambos os lados da Cortina de Ferro, amedrontada com o risco de guerra nuclear. Lá no alto do poder, no jogo sujo da espionagem e da contraespionagem, os dois lados se equivaliam. Ninguém sabia quem jogava para quem, quem jogava contra quem. "O livro perguntava a mesma velha questão que nos fazemos 50 anos depois: até onde estamos dispostos a ir na defesa correta dos nossos valores ocidentais sem abandoná-los no meio do caminho?", perguntou Le Carré no prefácio da edição comemorativa de 50 anos.

Agora, aos 85, ele acaba de voltar ao enredo de mais de cinco décadas. Em *Um legado de espiões*, cujo lançamento no Brasil está previsto para a segunda semana de outubro, faz uma espécie de testamento da série de romances em torno do maior de seus personagens, George Smiley, o arguto e sofisticado espião do Circo, o serviço secreto britânico. O narrador é Peter Guillam, um dos principais aliados de Smiley nas lutas contra o inimigo interno (Gerald, o traidor desmascarado em *Uma história de espiões*) e externo (Karla, o soviético derrotado em *A vingança de Smiley*). Guillam é convocado da aposentadoria à beira-mar na Bretanha para elucidar a operação trágica de *O espião que saiu do frio*. Os descendentes dos dois mortos em Berlim decidiram processar o Circo, com o apoio de parlamentares. Interrogado por dois jovens advogados, Guillam revela um endereço secreto onde Smiley escondia documentos furtados, por desconfiar dos traidores. Ao lê-los, revela segredos que julgava há muito soterrados.

LIVRO DA SEMANA

Um legado de espiões
John Le Carré

Record
2017 (outubro)
264 páginas
R$ 40

O enredo, já cheio de acrobacias na primeira versão, dá mais uma ou duas piruetas, nem sempre bem executadas. Algumas descontinuidades são flagrantes. Em *O espião que saiu do frio*, o personagem do título, Alec Leamas, tem dois filhos que abandonara – agora aparece apenas um. A principal fonte das informações secretas de Leamas, cujo assassinato abre o primeiro livro, é um integrante do comitê central de espionagem na Alemanha Oriental, conhecido pelo codinome Mayfair. Agora chamado de Mayflower, ele se tornou um médico que recebe segredos de uma paciente, secretária de um dos líderes desse comitê, codinome Tulipa. Tais minúcias não prejudicam a narrativa. O suspense persiste até o momento em que Guillam encontra um Smiley envelhecido em seu refúgio na Suíça – já com "seus 120 anos", brincou Le Carré numa entrevista. Faz-lhe então a pergunta-chave, praticamente uma citação de Bob Dylan: "De quanto sentimento humano estamos dispostos a abrir mão em nome da liberdade, antes de deixar de nos sentirmos humanos ou livres?". A resposta do ancião Smiley é o legado do próprio Le Carré àqueles que, no nosso tempo, escondem a própria ignorância atrás de certezas morais e voltam a encenar as velhas batalhas da Guerra Fria sob os novos disfarces digitais: "Sou um europeu, Peter. Se tive uma missão, foi pela Europa. Se fui impiedoso, fui pela Europa. Se tive um ideal intangível, foi conduzir a Europa para fora das trevas a uma nova era da razão. Ainda tenho". A razão é o valor ocidental a proteger. ◆

Helio Gurovitz é jornalista **hgurovitz@edglobo.com.br** (e-mail)
@gurovitz (Twitter) **http://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/** (web)

ÉPOCA CENÁRIOS

Os efeitos da ira contra os políticos em 2018

Com estilos diferentes, Donald Trump e Emmanuel Macron foram eleitos após capitalizarem a raiva contra o sistema político. Quem conseguirá capturar essa bandeira no Brasil?

Se há uma coisa sobre a qual analistas políticos concordam no Brasil é que os eleitores estão com raiva. As pesquisas mostram que as principais figuras políticas têm níveis extraordinariamente altos de rejeição. Esse desencantamento começa a se disseminar para segmentos do Judiciário. Uma pesquisa do instituto Ipsos Public Affairs mostrou como começaram a subir os níveis de desaprovação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do juiz Sergio Moro e de membros do Ministério Público Federal.

É tentador atribuir esse fenômeno a fatores específicos ao Brasil. As investigações da Lava Jato se prolongam há três anos e as condições econômicas apenas recentemente começaram a melhorar. Acrescente a isso a polêmica sobre a delação premiada acertada entre o Ministério Público Federal e os executivos da JBS, agora anulada. Não chega a surpreender que a confiança nas instituições investigadoras, e nos que conduzem a Lava Jato, esteja começando a cair.

As raízes da desconfiança, porém, são parte de um fenômeno que se estende bem além do Brasil. As pesquisas de opinião pública estão mostrando níveis profundos de desconfiança nas instituições e no establishment político nos Estados Unidos, na Europa e nos maiores países da América Latina. As causas são várias e provavelmente um pouco diferentes, se compararmos países desenvolvidos e países emergentes. Mas esse fenômeno global nos leva a uma conclusão sobre a eleição presidencial brasileira em 2018: a economia pode até se recuperar, mas não vai abalar a desconfiança que vemos hoje.

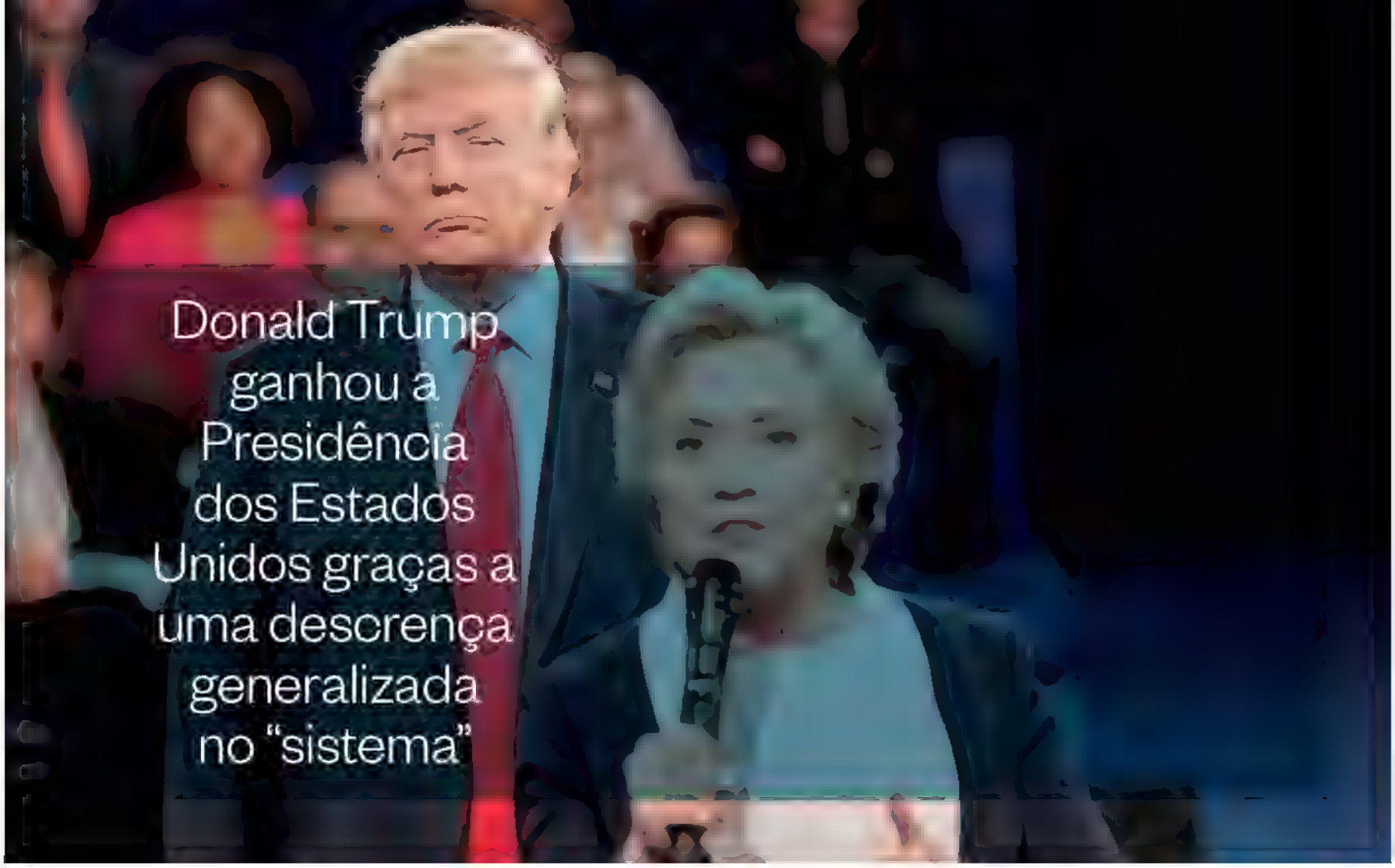
As posturas antiestablishment vêm sendo bem documentadas nos países desenvolvidos. Donald Trump ganhou a Presidência dos Estados Unidos em 2016 graças a uma descrença generalizada no "sistema". Eleitores no Reino Unido optaram por deixar a União Europeia em seu referendo por causa de sua crença de que o "sistema" está falido. Muitos argumentam que a "onda populista" teve uma pausa com a eleição de Emmanuel Macron para presidente da França, em maio. Mas temos de lembrar que Macron só ganhou a eleição por sua postura antiestablishment. A disputa do segundo turno francês só incluiu candidatos não tradicionais. Uma pesquisa feita pela Ipsos em 22 países constatou como o sentimento antiestablishment é impressionante. Apenas 14% dos entrevistados disseram, em média, confiar nos partidos políticos. O nível de confiança na mídia é maior – 27% –, mas é igualmente baixo.

Estudiosos argumentam que tamanha cólera na Europa e nos Estados Unidos é impulsionada pela globalização e pelo crescimento da automação, que debilitam a renda da classe média, criando uma sensação de estagnação ou de mal-estar a lon-

Christopher Garman
é cientista político, diretor executivo de risco e analista-chefe da Eurasia Group, consultoria internacional de risco político

O CENÁRIO
A insatisfação com a política é mundial por incrível que pareça o brasileiro não está mais insatisfeito do que os americanos e que a média mundial

A APOSTA
O candidato brasileiro que encarnar uma alternativa à política tradicional terá força na eleição presidencial de 2018



go prazo. Outros citam as profundas mudanças culturais e sociodemográficas nas sociedades ocidentais: a diminuição da população branca, causada por baixas taxas de fertilidade e pela imigração. A explicação mais adequada provavelmente está no meio: novas forças econômicas e culturais, assim como mudanças no mercado de trabalho, estão causando esse fenômeno político.

A questão se torna mais complexa por encontrarmos níveis igualmente altos de desconfiança nas economias emergentes da América Latina. Em média, 68% dos entrevistados pela Ipsos, na pesquisa global, responderam que a economia funciona de modo a favorecer os interesses dos mais ricos e poderosos. No México, na Colômbia, na Argentina e no Brasil, essa média subiu para 73%. Ao ser perguntados se concordavam com a declaração de que "precisamos de um líder forte para tomar de volta dos ricos e poderosos", 64% dos entrevistados, em média, na pesquisa global, responderam que sim. Na América Latina, 70% concordaram com a afirmação.

As mesmas forças estão em jogo nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina? Em nossa opinião, não. Em todos os casos, a opinião pública está mostrando sua insatisfação com a capacidade dos políticos de entregarem o básico. Mas as semelhanças terminam aí. Na Europa e nos Estados Unidos, os eleitores tendem a culpar os imigrantes e as grandes empresas por seus problemas. Eles expressam a raiva de uma classe média que se sente deixada para trás. Na América Latina, a cólera está focada nas instituições políticas. Ela está mais associada à emergência de uma nova classe média que passou a exigir serviços públicos de melhor qualidade, justamente quando a capacidade dos políticos de atender a essas demandas está em seu ponto mais baixo. Nesse contexto, a corrupção é uma questão mais importante no Brasil e em seus vizinhos que na Europa e nos Estados Unidos.

Quais serão as repercussões dessa cólera na eleição no Brasil em 2018? A eleição se dará nesse vácuo de credibilidade da classe política perante o eleitorado. Os brasileiros não têm nenhuma confiança de que a ordem política tradicional possa atender a suas expectativas. Por que então votariam em alguém visto como parte do establishment?

Acreditamos que um candidato que se projete de forma crível como alguém de fora do establishment político terá uma chance real na eleição presidencial. A cólera e a desconfiança do eleitor nessa eleição serão atípicas. As variáveis tradicionalmente usadas para identificar um candidato competitivo – tempo de TV, apoio partidário, dinheiro – continuarão a importar, mas muito menos do que em uma eleição tradicional.

O fator principal para distinguir quais candidatos serão os mais competitivos será observar quem mais ou menos avançará na dimensão de ser um candidato antiestablishment com credibilidade. Muito vai depender de quem serão os concorrentes. Mas todos nós devemos estar preparados para a hipótese de que o eleitorado brasileiro acabe escolhendo em 2018 alguém que não foi levado em consideração até agora – um outsider, um verdadeiro disruptor da ordem política tradicional. ◆

Cliff Young
é presidente nos Estados Unidos da Ipsos Public Affairs, especializada em eleições, além de professor da USP e da Universidade Columbia

Foto: Keystone/Getty Images

VIDA

SAÚDE
E CHECK-UP

AS CORES DA DIVERSIDADE SEXUAL

E O ABSURDO DA "CURA GAY"

Intencionalmente ou não, uma liminar autorizou psicólogos a oferecer reorientação da sexualidade. Por que a decisão significa um retrocesso

Marcela Buscato e **Luís Lima**, com **Daniela Simões**

Aos 21 anos, por quatro meses, o assistente social paulista Dan, hoje com 34 anos, passou por sessões semanais com uma pessoa apresentada a ele como psicólogo por integrantes de uma ramificação da igreja evangélica frequentada por seus pais. Dan era ensinado a falar e a andar. Não tinha nenhuma sequela motora ou cognitiva a ser corrigida, causada por doença ou acidente. O "mal" que assolava Dan era a homossexualidade. "O *(dito)* psicólogo, acompanhado sempre por um pastor, dizia que eu tinha aprendido a ser gay em algum momento da vida, por conta de conflitos com o meu pai e porque sofri um abuso na infância", diz Dan. "Achavam que, se eu aprendesse a andar, falar e me comportar de uma maneira que eles não achassem afeminada, eu aprenderia a ter desejo pelo sexo oposto."

Dan não chegou à última etapa do tratamento, a internação em uma clínica mantida pela igreja em uma área afastada de Guarulhos, em São Paulo. Libertou-se antes. Não da homossexualidade, tratada pela igreja e por seus pais como doença a ser curada. Mas das explicações pseudocientíficas sobre sua orientação sexual, dadas entre orações e leituras da *Bíblia*. Dan reconstruiu sua vida longe do pai, da mãe e dos dois irmãos, que se mudaram, deixando-o na antiga casa da família. Hoje, faz mestrado sobre políticas sociais e diz não ter conflito a resolver sobre sua orientação sexual. Mas não esquece as marcas: viveu crises de pânico e depressão ao tentar sobreviver ao que ele define como "o caos" instalado pela experiência durante a descoberta de sua sexualidade. "Eu só me submeti a isso porque queria ser aceito", diz Dan. "Você chega à terapia porque a sua família e a sociedade dizem que você está vivendo uma vida errada. A reorientação só reafirma isso." ▶

Uma decisão judicial de 15 setembro cria uma brecha perigosa para transformar em normalidade situações como a vivida por Dan, em um consultório psicológico improvisado em uma propriedade de igreja. A liminar, concedida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara do Distrito Federal, a um grupo de 23 psicólogos, determina que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reinterprete uma de suas resoluções. A diretriz da entidade, de 1999, estabelece as normas de atuação dos psicólogos sobre questões sexuais – e veta que ofereçam ou participem de serviços que proponham "tratamentos e cura das homossexualidades". A liminar do juiz determina ao Conselho "que não interprete *(a resolução)* de modo a impedir os psicólogos de promover estudos ou atendimento profissional, de forma reservada, pertinente à (re)orientação sexual". Nos últimos cinco anos, três psicólogos foram denunciados ao Conselho pela prática. Dois foram cassados e um recebeu advertência pública.

Em sua decisão judicial, Carvalho não anula a resolução nem afirma que homossexualidade é doença. Mas torna aceitável o tratamento, como alerta o CFP, apoiado por especialistas e militantes de direitos civis. "O juiz manteve a resolução viva, mas a transformou em letra morta", afirma o psicólogo Pedro Paulo Bicalho, diretor do CFP. A entidade recorreu contra a decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Usou um agravo de instrumento – recurso jurídico cabível quando uma decisão provisória, como a liminar, ameaça causar dano permanente a alguém. Há controvérsia também sobre a necessidade de a Justiça arbitrar a respeito da questão, puramente técnica. "Os órgãos profissionais podem, sim, vetar certos tipos de condutas", afirma o professor de Direito Enéas Matos, da Universidade de São Paulo.

O debate legal também ocorre em outros países *(leia o quadro ao lado)*. A proposta aparece sob expressões como terapias de reorientação ou (re)conversão sexual. "São termos que querem conferir cientificismo à velha ideia de cura gay, mas não passam de pseudociência", afirma o psicólogo Oswaldo Rodrigues Junior, do Instituto Paulista de Sexualidade, em São Paulo. O veto da psicologia à prática se baseia num argumento simples: não é ético um profissional de saúde física ou mental oferecer tratamentos sem comprovação científica e causadores de sofrimento para condições que não são doenças.

Em 1973, a homossexualidade foi retirada do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* da Associação Americana de Psiquiatria. O fortalecimento de movimentos sociais de então forçou os especialistas a rever a classificação. A homossexualidade não atende a requisitos como ser causada por patógenos ou provocar sofrimento. "Eventuais conflitos têm origem na sensação de inadequação causada por preconceitos da sociedade", afirma a psicóloga Anna Paula Uziel, coordenadora do Laboratório Integrado em Di-

COMO IMPEDIR A OFERTA D

A legislação contra promessas de "cura gay" ain

CANADÁ

Não há legislação federal sobre o tema. Os estados de Ontário e Manitoba proíbem a prática em crianças e adolescentes. Em alguns outros estados há legislação ambígua

EUA

Nove estados e o distrito de Washington proíbem em lei a oferta para pessoas de até 18 anos. O deputado democrata Ted Lieu, da Califórnia, propõe banir a prática nacionalmente

CHILE

Em 2016, o Ministério da Saúde condenou práticas de reorientação sexual. Classificou-as como "grave ameaça para a saúde e o bem-estar, incluindo a vida, de pessoas afetadas"

EQUADOR

Em 2011, o governo fechou 30 clínicas de reorientação e a Defensoria Pública classificou a prática como "inconstitucional". O problema persiste e há denúncias contra as clínicas

AVANÇO LENTO, MAS NA DIREÇÃO CERTA **Como evoluiu a compreensão da homossexualidade**

1935
Freud **nega**, em carta, a **possibilidade da cura**

1952
A Associação Americana de Psiquiatria publica que a homossexualidade é uma **desordem**

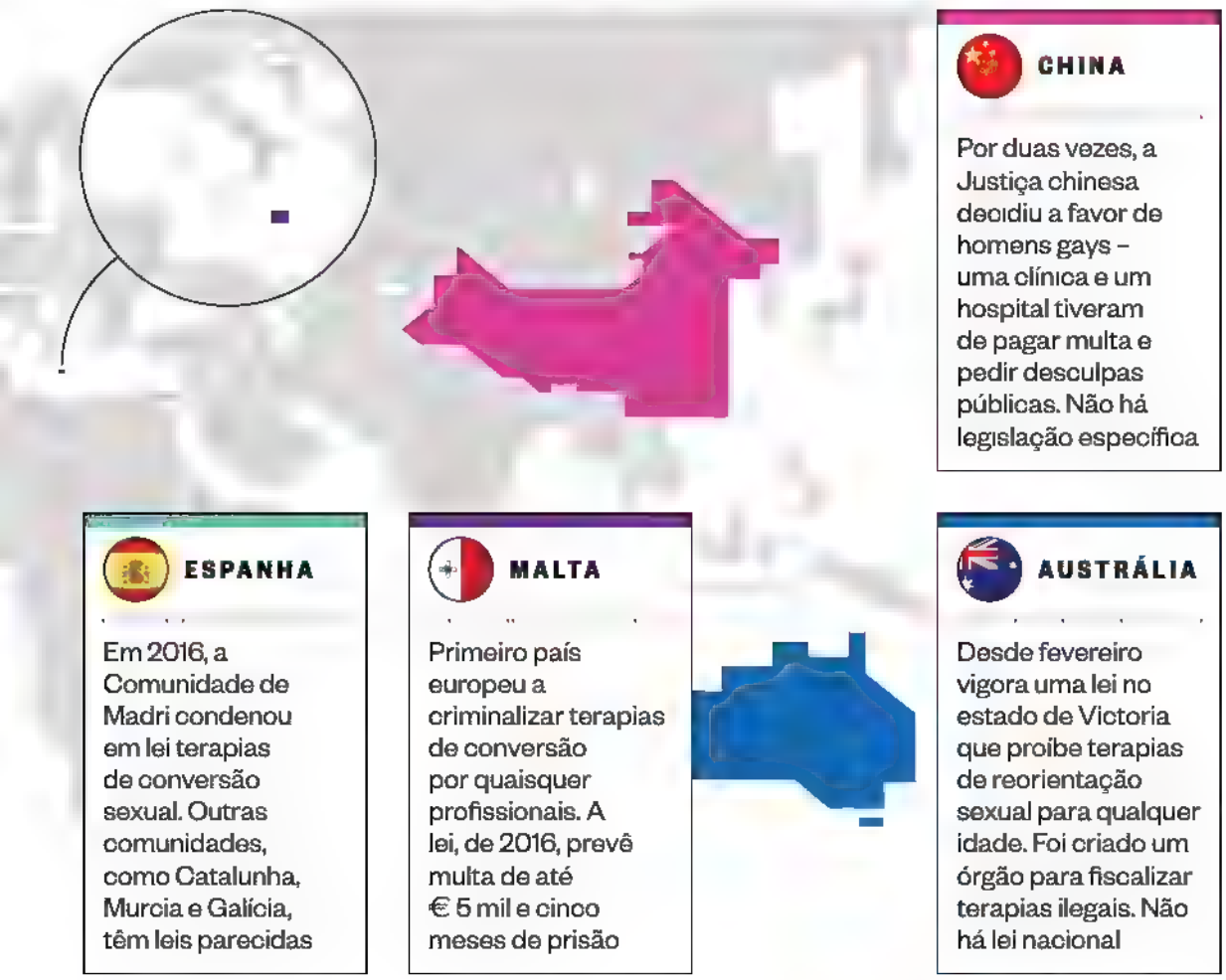
1970
Militantes do movimento gay invadem uma reunião da Associação Americana de Psiquiatria, em San Francisco. Exigem a **despatologização da homossexualidade**

1985
O Conselho Federal de Medicina do Brasil retira a homossexualidade da **lista de patologias**

1990
A OMS retira a homossexualidade da **lista internacional de doenças** (CID)

E UM "TRATAMENTO" FALSO

da engatinha, mesmo em nações avançadas



CHINA

Por duas vezes, a Justiça chinesa decidiu a favor de homens gays – uma clínica e um hospital tiveram de pagar multa e pedir desculpas públicas. Não há legislação específica

ESPANHA

Em 2016, a Comunidade de Madri condenou em lei terapias de conversão sexual. Outras comunidades, como Catalunha, Murcia e Galícia, têm leis parecidas

MALTA

Primeiro país europeu a criminalizar terapias de conversão por quaisquer profissionais. A lei, de 2016, prevê multa de até € 5 mil e cinco meses de prisão

AUSTRÁLIA

Desde fevereiro vigora uma lei no estado de Victoria que proíbe terapias de reorientação sexual para qualquer idade. Foi criado um órgão para fiscalizar terapias ilegais. Não há lei nacional

1999
O Conselho Federal de Psicologia **proíbe terapias de reorientação sexual.** "Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades" (Art. 3º da Resolução do CFP)

1997
Primeira **Parada Gay** em São Paulo

2007
A Faculdade Real de Psiquiatria do Reino Unido afirma: **não há evidência de que reorientação sexual seja possível**

2011
O STF equipara **união estável homossexual** à heterossexual

versidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Em 1990, a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças e estendeu a orientação a todo o mundo.

O grupo de 23 psicólogos brasileiros que entrou com a ação defende o direito de os profissionais ajudarem a reorientar pacientes que manifestem esse desejo. "Apesar de sentir atração por pessoas do mesmo sexo, o paciente não se sente bem. Ele traz essa demanda e a gente não pode trabalhar nessa perspectiva?", diz Adriano Lima, de São Paulo, um dos autores da ação. Segundo o consenso científico, há condutas previstas para esse tipo de condição, conhecida como orientação sexual egodistônica. "Cabe ao psicólogo desconfiar das causas desse conflito e fortalecer o paciente para ele exercer a sexualidade que quiser e escolher, sem direcionamento", afirma Anna, da Uerj. Segundo o Conselho, a entidade nunca proibiu que profissionais e pacientes discutam questões da sexualidade. "Mas não cabe ao psicólogo tentar reverter orientação sexual. É o mesmo que propor embranquecer um negro que sofre com preconceito", afirma Bicalho, do CFP. Em um trabalho publicado em 2009, Bicalho diz que, de 400 homossexuais entrevistados por ele, 70% afirmaram já ter sido encaminhados para "tratamento". Na metade dos casos, a determinação partira dos pais.

Não existe evidência científica de que seja possível orientar a sexualidade. Em 2009, a Associação Americana de Psicologia publicou a análise de 75 estudos sobre o tema e encontrou apenas seis com metodologia rigorosa – nenhum achou prova de eficácia. Antes disso, em 2001, um único trabalho favorável à reorientação chegou a ter algum crédito. Mas, depois, foi desmentido pelo autor. O americano Robert Sptizer, um grande nome da psiquiatria que ajudou a definir o sistema de dignósticos que vigora até hoje, morreu em 2015 arrependido pelo trabalho equivocado. Na retratação, publicada em 2012, reconheceu que não usara parâmetros confiáveis – apenas o relato de pacientes. "Devo desculpas a qualquer gay que tenha desperdiçado tempo e energia em terapias reparativas", escreveu.

Há evidências científicas de que a tentativa de reorientação, além de consumir dinheiro, tempo e energia, também faz mal. Em um estudo com 176 pessoas para quem a terapia falhou, 155 mostravam sinais de danos psicológicos de longo prazo. A sensação de inadequação e fracasso gerou mais depressão, abuso de substâncias e tentativas de suicídio. "Esse tipo de 'terapia' pode agravar a orientação egodistônica, não resolvê-la", afirma o psiquiatra Jairo Bouer. Os sentimentos de Dan, cuja história abre esta reportagem, seguiram a cartilha da reorientação fracassada, após a experiência no consultório da igreja. "Me senti humilhado e fiquei mais deprimido. Pensei em suicídio", afirma. Passou da hora de ninguém mais sofrer por esse motivo. ◆

Bruno Astuto

brunoastuto@edglobo.com.br

Sob os olhos do mundo

Lançado em 2007, o reality show *Keeping up with the Kardashians*, que retrata cada passo da família mais famosa – e polêmica – dos Estados Unidos, completará em outubro uma década como um dos programas mais rentáveis da história da TV americana, movimentando mais de US$ 1 bilhão.

A vida das irmãs **Kim**, **Khloe**, **Kourtney**, **Kylie** e **Kendall** – e da matriarca, **Kris Jenner**, cabeça do clã e empresária das filhas – virou uma grande novela internacional, com lances apimentados como três casamentos grandiosos, três divórcios conturbados, o nascimento de seis crianças, o pai das duas caçulas assumindo a transexualidade e um assalto milionário. Tudo isso num cenário luxuoso de mansões, viagens e as primeiras filas dos desfiles mais disputados do mundo fashion.

Mas o grande feito do programa foi extrapolar os limites da TV, refletindo um público que, muito em parte por influência do sexteto, deixou de ser apenas formado por espectadores passivos das fofocas. Eles também mandaram a privacidade às favas e se tornaram protagonistas de seus próprios reality shows em suas redes sociais. Todo mundo, de certa forma, virou um pouco Kardashian nos últimos dez anos ao ostentar na internet seus amores, viagens, corpos, conquistas e dramas.

As seis mulheres têm uma fortuna estimada em US$ 380 milhões e mais de 428 milhões de seguidores apenas no Instagram. São a família mais influente do meio digital. As roupas, as maquiagens, as lingeries e até as plásticas das Kardashians-Jenner são amadas, odiadas, comentadas e copiadas no mundo inteiro, em especial nos mais de 160 países em que o programa é veiculado. Todas têm contratos poderosos de licenciamentos de produtos e campanhas publicitárias.

A estrela do grupo é sem dúvida Kim, a filha número dois, seguida por 103 milhões de pessoas e rainha dos selfies – sua loucura por autorretratos é tamanha que ela já chegou a lançar um livro dedicado a eles. Kim foi catapultada à fama por causa do vazamento de um vídeo íntimo com um ex-namorado na internet. O que teria sido um drama para qualquer jovem de 25 anos se converteu numa impressionante virada: todo mundo passou a querer se infiltrar no dia a dia do clã de socialites. O programa nasceu, assim, um sucesso.

Fotos: Divulgação (2). Dimitrios Kambouris/Getty Images/Tom Ford

ENTREVISTA

KIM KARDASHIAN
EMPRESÁRIA

"Encontrei o equilíbrio entre o público e o privado"

Filha do falecido advogado Robert Kardashian – que defendeu (e conseguiu absolver) o ex-jogador O.J. Simpson da acusação de assassinato da ex-mulher e de um amigo dela em 1995 –, Kim é casada há três anos com o rapper Kanye West, com quem teve um casal de filhos, North, de 4 anos, e Saint, de 1 – dizem que o casal está esperando um terceiro via barriga de aluguel. Ela conversou com ÉPOCA e falou de assuntos previamente vetados, como a transição do padrasto. No dia 3, o E! Entertainment vai veicular um programa especial de 90 minutos com toda a família, revelando os bastidores da atração ao longo da década. E, no dia 24 de outubro, o canal começará a exibir os episódios inéditos.

ÉPOCA – **Você tinha 25 anos quando começou o programa. Como imaginava seu futuro?**
Kim Kardashian – Eu estava abrindo uma loja de roupas e achei que o programa fosse atrair as atenções para a loja, mas não tinha a menor ideia do que estava para acontecer. Que o programa duraria tanto e fosse mudar minha vida muito além da loja *(risos)*.

ÉPOCA – **Você assiste aos programas? Lamenta algum episódio?**
Kim – Vejo sempre, inclusive ajudo a editá-los, então assisto antes de todo mundo. Não chego a lamentar nenhum episódio, mas me arrependo de algumas roupas, penteados e maquiagem que usei no passado. Eram bem loucos *(risos)*.

ÉPOCA – **Qual foi o mais difícil?**
Kim – Talvez a transição de meu padrasto *(N.R.: O ex-atleta Bruce Jenner, que fez sua transição para o gênero feminino e hoje se chama Caitlyn)*, porque havia muitas emoções envolvidas, questões familiares, foi um momento muito difícil para todo mundo, principalmente para minhas irmãs caçulas e para minha mãe. Foi uma época difícil para todos nós.

ÉPOCA – **O programa mudou a forma como as pessoas lidam com sua própria privacidade e coincidiu com o fenômeno das redes sociais. Existe ainda espaço para a privacidade no mundo?**
Kim – As pessoas se divertem quando dividem suas experiências com as outras. Em meu caso, é a mesma coisa: eu gosto de compartilhar minha vida, mas acho que, com o tempo, fui aprendendo a ter mais privacidade e atingir o equilíbrio que tenho hoje em dia entre o privado e o público. Esse é o desafio.

ÉPOCA – **Suas irmãs caçulas cresceram diante dos telespectadores. Como você as ajudou a lidar com a exposição?**
Kim – Elas são meninas bem espertas e, de certa forma, sempre souberam o que queriam e o que não queriam para a vida delas. No caso da Kendall, ela se tornou uma modelo excepcional e aprendeu ainda mais rápido com a vida profissional. Talvez eu as tenha ajudado a não ligar tanto para o que as pessoas dizem a respeito delas.

ÉPOCA – **Você ainda mantém a política de não ler os comentários de seus seguidores?**
Kim – Leio, sim, dentro do possível, o que eles comentam nas redes sociais. Às vezes, quando as pessoas ficam um pouco loucas, eu não leio para não fomentar a polêmica. As pessoas têm direito a diferentes opiniões, e eu raramente as bloqueio, a não ser quando atacam meus filhos. Daí eu bloqueio mesmo, porque não quero esse tipo de energia em minha página.

ÉPOCA – **E como faz para proteger seus filhos da curiosidade da mídia?**
Kim – Acredite: eles levam uma vida normal. Crescem juntos, são muito unidos. O mais importante é encontrar um balanço entre a exposição e os momentos privados. A melhor lição que eu posso dar a eles é o trabalho duro.

Leia a coluna diária de Bruno Astuto em epoca.com.br

Casta diva

Após uma longa temporada com a família nos Estados Unidos, a atriz e cantora **Mayana Moura** está de volta à TV na nova novela das 6, *Tempo de amar*, em que vive a misteriosa cantora de ópera Carolina de Sobral. "Assisti a muitos vídeos da Maria Callas, mas só estou dublando. Ópera é muito difícil, não dá para mim. E a sincronização labial precisa ficar perfeita", conta ela, que acaba de gravar um EP e pretende se lançar no mundo das artes plásticas. "Trabalho desde os 17 anos. Foi bom dar essa parada e estudar belas-artes em Nova York. Estou me especializando em fazer retratos em pintura." Aviso aos candidatos: a bela está solteiríssima. "Por ora, só tenho gatos de estimação. Sou apaixonada por eles."

Zeca, o musical

Zeca Pagodinho é o mais novo artista a ganhar um espetáculo musical em sua homenagem. A vida e a trajetória do sambista são contadas na peça *Uma história de amor ao samba*, que estreia no Rio de Janeiro. "Nunca imaginei aonde ia chegar. De cara, gostei do texto. Só pedi algumas modificações, tipo a entrada de um personagem, o Baixinho, meu caseiro de Xerém, que foi e é muito importante na vida da minha família", conta ele, que continua levando uma vida simples, porém menos boêmia. "Hoje, eu curto mais o dia e gosto demais da companhia dos meus netos. Para quem ouvia que não ia passar dos 27 anos de idade, estar com 34 de carreira é bom demais. Que venham mais 30." Para Zeca, o samba nunca perde a vez. "Ora está mais na crista da onda, ora menos, mas ele sempre resiste, não importa a época. Hoje, vejo que todos querem ser artistas. Antigamente, a gente era só sambista."

O tio do humor

No próximo dia 25, **Eduardo Sterblitch** estreará no Multishow no comando do programa *Humoristinhas*, em que promete revelar talentos mirins do humor. "Ao todo, são 24 crianças, de 7 a 11 anos, que fazem várias performances, de contar piadas e números de mágicas até stand-up. Minha maior dificuldade foi entrar na cabeça delas, deixá-las à vontade. Como passar uma técnica de humor, já que nem eu sei explicar que aquilo é uma técnica?", diz o humorista, que confessa que nem sempre está disposto a dar risadas e já chegou a tomar remédios para combater a ansiedade e a depressão. "Sou totalmente depressivo, melancólico, aflito, caótico. Faço análise há um tempo, mas reconheço que não sou 100% feliz. Não tenho vergonha de dizer que sou mais triste do que alegre. Meu trabalho é minha tábua de salvação."

Fotos: João Miguel Junior/TVGlobo, Wilton Junior/Estadão Conteudo

WALCYR CARRASCO

Minha péssima escolha de amigos

Não sei escolher amigos. Diante do noticiário, descubro que amizade, real e verdadeira, é diferente de tudo que eu pensava. Vejam bem. O amigo do Aécio, segundo uma gravação, arruma R$ 2 milhões para ele pagar o advogado. O do Cunha, também segundo uma gravação, entrega uns R$ 500 mil por semana. Um amigo do Lula arruma tríplex, reforma. Sítio também. E ainda paga R$ 200 mil por palestra. Outro, em um vídeo, fala que destinou US$ 70 milhões ou US$ 60 milhões a Lula e outro tanto a Dilma. Os do Geddel enchem um apartamento de malas e caixas de grana. Meus amigos só perguntam se estou bem. Ouvem meus desabafos. Trocam WhatsApp. Muito de vez em quando, pagam um jantar. Mas no próximo a conta é minha. É o que digo, não sei mesmo escolher amigos.

Tive a chance de progredir no caminho do ganho rápido, por meio de amigos. No meu primeiro ano de escola, aos 7, eu estava inocentemente no recreio. Um amigo da classe aproximou-se e me ofereceu um relógio. A princípio eu não queria, mas ele insistiu tanto que comprei pelo equivalente a um pacotinho de balas. Cheguei em casa todo feliz com meu novo relógio, de adulto.

– Comprei!

Meus pais examinaram.

– Esse relógio vale muito mais – disse meu pai.

– Amanhã você leva na escola e entrega para a professora – exigiu mamãe.

Chorei, bati o pé. O relógio era meu! Não teve jeito. No dia seguinte, mamãe o embrulhou em papel de seda. Entreguei. O relógio era roubado! Meu amiguinho acabou saindo da escola. Chorei loucamente enquanto levavam meu precioso relógio. Frustrado, meu primeiro golpe! Poderia ter ido longe, começando tão bem aos 7 anos! Em breve possuiria uma coleção de relógios. Aos 10 talvez já tivesse um sítio em Atibaia!

Mais tarde, tentei desenvolver meu talento, outra vez. Eu passava as férias na casa de meus primos. Certo dia, titio deu 2 cruzeiros a meu primo e 1 para mim. Fiquei ressentido, óbvio. Melhor 2 do que 1, pensei com a lógica elementar de um Geddel. Na tarde seguinte, falei um bom tempo com meu priminho. Provei que a nota de 1 era mais bela que a de 2. Ele trocou! Não houve constrangimento. Meus argumentos eram bons, acredito. Feliz com meus 2 cruzeiros, fui comprar doce na padaria.

Mas meu priminho me delatou! Contou ao pai. Titio premiou a delação com mais dinheiro para ele. E levei uma bronca inesquecível.

– Isso é golpe! – afirmou.

Não tive como me defender, já que sabia perfeitamente a diferença entre 1 e 2. Fiquei sem ganhar mais nada o resto das férias. Logo fiz as pazes com meu primo, claro. Uma delação premiada faz parte da vida, penso com uma lógica bem atual.

Desde então, travei. Admito hoje que foi uma falha na minha educação. Com tão evidente talento para bons negócios e truques financeiros, eu teria feito fortuna na vida política. Estou satisfeito como escritor, não posso me queixar. Mas quanto eu teria hoje, escondido em algum paraíso fiscal? Quem sabe até uma banheira cheia de cédulas, para me banhar como o Tio Patinhas. Mas não. Meus amigos trabalham. Pagam prestações. Compram a crédito. Eu bem poderia ter escolhido outra turma. E daí se fosse dois ou três anos para a Papuda? Aproveitaria o tempo para reler os clássicos.

Só adulto tomei conhecimento dessa categoria de amigos generosos. Mas não na política. Eu trabalhava na extinta TV Manchete. Escrevia uma minissérie, baseada em *O guarani*, de José de Alencar. Procurávamos índias. Ou seja, moças morenas que aceitassem ficar seminuas para compor a tribo de Peri, o herói. Mais necessária era a nudez que uma grande interpretação. As índias falavam somente algumas frases em um tupi claudicante, escrito por mim mesmo a partir de um dicionário. Tive uma longa conversa com uma candidata muito bonita, morena de olhos verdes. Um delírio de mulher.

> COM EVIDENTE TALENTO PARA BONS NEGÓCIOS E TRUQUES FINANCEIROS, EU TERIA FEITO FORTUNA NA VIDA POLÍTICA

– Não importa o salário, quero fazer televisão – disse ela. – Tenho um amigo que me dá tudo. Outro dia me deu um carro zero.

Admirei-me com tanta generosidade. Dos meus amigos, nunca recebi um par de patins! Ao longo da vida, conheci outras moças – e rapazes – que ganhavam apartamentos. Joias e Rolex. Mas isso é bobagem perto de amigo de político. Esses sim são generosos!

Tivesse desenvolvido meu talento, hoje já estaria no mínimo fazendo uma delação premiada. Quem tem o que delatar, tem o que guardar, eis minha lógica. Mas estou aqui, de noite, teclando. Culpa de mamãe, papai e titio, que me fizeram honesto! ◆

Walcyr Carrasco é jornalista, autor de livros, peças teatrais e novelas de televisão

A República do açúcar

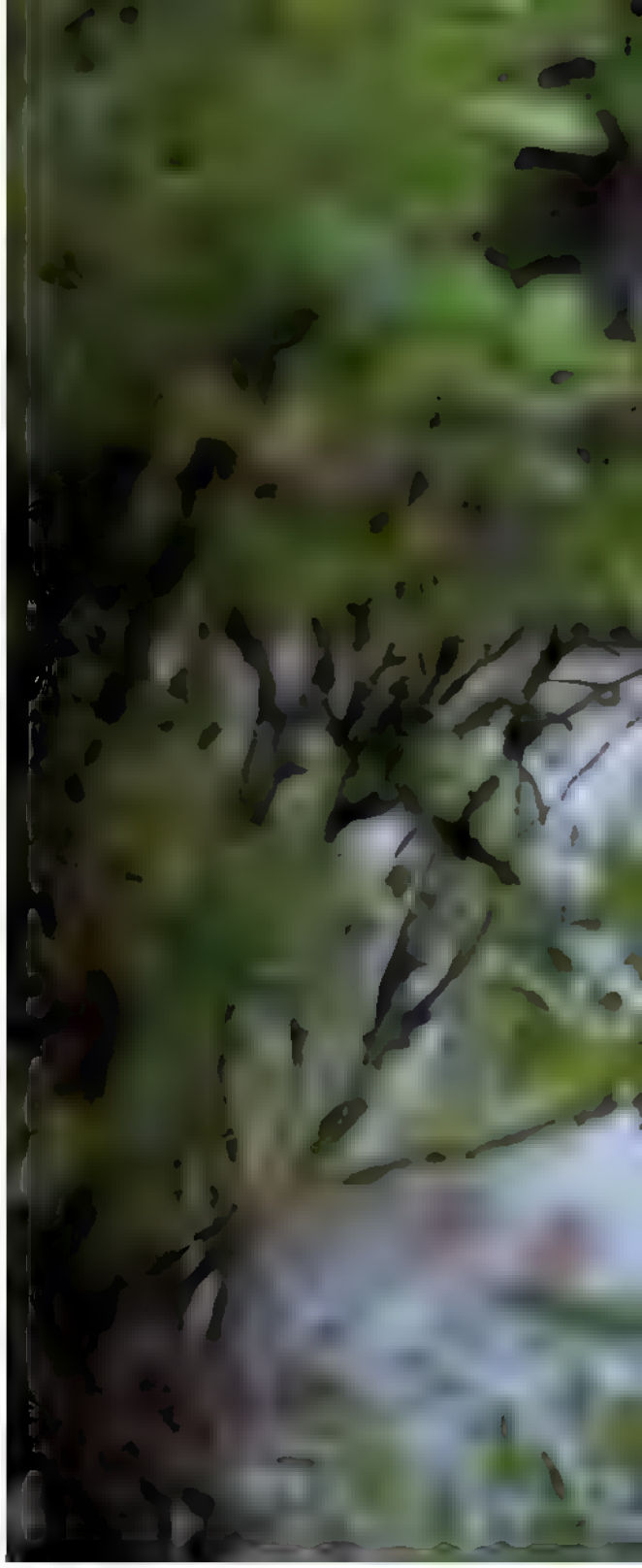
Hábil em transformar o Brasil dos engenhos em literatura, o pernambucano José Luiz Passos publica romance sobre as decepções da vida republicana

Ruan de Sousa Gabriel

O escritor pernambucano José Luiz Passos sentiu-se derrotado em 1989, aos 18 anos. Passos era calouro do curso de física da Universidade Federal de Pernambuco e, naquele ano, votaria para presidente pela primeira vez. Seu candidato era Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), mas o eleito foi Fernando Collor de Mello. "Lembro-me do entusiasmo que eu sentia. Era como se alguma coisa estivesse prestes a mudar, mas o que houve foi uma espécie de solução de anticlímax político", diz Passos, numa conversa com ÉPOCA em São Paulo. "Aliás, nós, brasileiros, somos mestres em soluções de anticlímax político, não é?" Na época da eleição, Passos viajou do Recife para o sertão, onde um amigo o fotografou com um sombreiro mexicano, caneta em punho e o olhar fixo e desconfiado de quem tenta se antecipar a um ataque. Essa foto estampa a orelha de *Antologia fantástica da República brasileira* (Cepe Editora, 264 páginas, R$ 40), o novo livro de Passos, um projeto maluco que mistura histórias de personagens reais e fictícios que se sentiram traídos pelos comportamentos pouco republicanos da República.

Antologia fantástica da República brasileira nasceu quando o jornal literário *Suplemento Pernambuco* convidou Passos para organizar uma coletânea de textos em domínio público sobre a República Velha (1889-1930). O currículo de Passos justifica o convite. Depois da derrota de 1989, ele trocou a física pelas ciências sociais, formou-se sociólogo, debruçou-se sobre a obra de Machado de Assis e, há 23 anos, dá aulas de literatura e cultura brasileiras em universidades californianas. No ano passado, ele publicou *O marechal de costas* (Alfaguara), um romance que une as duas pontas da República: o governo de Floriano Peixoto (1839-1895), o primeiro vice a assumir a Presidência, e o impeachment de Dilma Rousseff. A *Antologia* reuniria textos e documentos históricos descobertos por Passos nas pesquisas para *O marechal de costas* – mas o escritor traiu o sociólogo. "Comecei a me interessar por outra República, a que foi instaurada pela Revolução Pernambucana de 1817 e durou menos de três meses. Foi o primeiro experimento republicano brasileiro", diz Passos. "Também quis incluir outras Repúblicas brasileiras, como as de 1889, 1930, 1964, 1989, 2016... A ideia era compor um álbum de recortes desses momentos de tensão entre os cidadãos e as demandas da vida pública."

Esses recortes pertencem a vários gêneros literários que se acomodam na licenciosidade de um romance – a *Anto-*



REPUBLICANO **No alto, o escritor José Luiz Passos, em São Paulo. Acima, Passos em 1989. Ao lado, a capa de *Antologia fantástica da República brasileira***

logia é mais anárquica que republicana. Passos mistura trechos de Graciliano Ramos e Tolstói com breves biografias dos revolucionários de 1817 e os registros dos trabalhadores da Usina Santa Therezinha, em Água Preta, Pernambuco, onde o autor participou de uma residência literária. Há ainda um ensaio sobre *Usina*, romance de José Lins do Rego, publicado em 1936, sobre a industrialização dos engenhos de açúcar. Os narradores mais prolíficos do romance são Totonho e seu filho, Mandrake. Totonho é herdeiro da aristocracia açucareira e, como um Brás Cubas pernambucano, filosofa do além-túmulo sobre a República. O sorumbático Mandrake não conheceu a fortuna de açúcar da família. É imigrante e professor. Ensina literatura brasileira a estudantes americanos e filosofa sobre o que significa ser estrangeiro.

Nessa "antologia de patriotas queridos e canhestros" há sempre alguém pronto a dar uma definição de República. Para Totonho, "a República é uma rota, uma noção de bem comum, de coisa nossa, no melhor e no pior dos sentidos". O padre João Ribeiro (1766-1817), mártir da Revolução Pernambucana, afirma que "República é ver em outrem um nosso absoluto igual". Passos concorda com seus personagens. "O que unifica o livro são essas reflexões sobre o pacto político com o outro, o que exige o reconhecimento do outro como um igual, dotado dos mesmos direitos que eu. Essa é uma condição *sine qua non* da República", afirma. "A República brasileira não conseguiu promover o primado ético da igualdade que deveria estar na fundação da República." Totonho compara a República à mulher da vida, à mulher pública, porque ela é de todos. No entanto, parece se esquecer de que ela sempre cobra um preço – e não é fiel a ninguém.

Passos diz que deixou as ciências sociais "lá atrás", mas os grandes temas da sociologia brasileira – a modernização que arrasta consigo o atraso, a tensão entre campo e cidade, os pactos políticos que concebem novos regimes – atravessam seus livros. Seu romance de estreia, *Nosso grão mais fino* (Alfaguara), de 2009, narra a história do amor quase incestuoso entre o químico Vicente e Ana, mulher do tio dele. Vicente é herdeiro da elite canavieira decadente de Pernambuco e recorda o tempo em que os antigos engenhos se transformaram em usinas modernas, verdadeiras indústrias de açúcar. Passos é neto de um químico que se casou com a filha de um usineiro de Catende, na Zona da Mata pernambucana, mas cresceu ▶

Fotos: João Castellano/ÉPOCA e arquivo pessoal

no Recife, quando a família não contava mais com o dinheiro do açúcar.

Uma viagem ao passado ajudou Passos a dar forma a esse primeiro romance – e a seu projeto literário. Em 2004, numa viagem até Serpige, ele visitou a usina onde nasceu e que foi vendida por sua família em 1974. A usina faliu em 1995 e, desde então, está sob o controle dos trabalhadores. Lá, Passos conheceu trabalhadores que ainda se lembravam de seu avô químico e sentiam uma estranha saudade dos tempos em que a Usina Catende era a maior produtora de açúcar da América Latina. Passos conhece um pouco esse sentimento fora de lugar. "Catende tem essa dimensão mítica para mim, mas eu nunca tive uma nostalgia restauradora ou quis ser usineiro", diz. "Pelo contário, na faculdade eu era simpatizante do Partido Comunista. Sempre votei no PT. Catende também sempre foi um problema."

"Ao menos em literatura, nem sempre as opiniões mais corretas dão os melhores frutos, ou os frutos de uma verdadeira crítica", diz um dos narradores da *Antologia*. A literatura de Passos não é, nem de longe, panfletária ou uma desculpa para formular intepretações do Brasil. Ele resolve toda essa sociologia no campo da forma. Seus romances são marcados por experimentações, como a dissolução das fronteiras entre o ensaio e a ficção e as narrativas não lineares, nas quais o passado pode irromper no presente – um pouco como a combinação de atraso e de modernidade na experiência brasileira. Como bom discípulo de Machado de Assis, Passos constrói personagens complexos o suficiente para abarcar contradições – como o próprio autor, um homem que cultiva ideias de esquerda, mas sente uma incômoda nostalgia do passado de açúcar. Passos afirma buscar, nessa literatura que expõe contradições, "uma espécie de redenção afetiva e estética". E ele já faz isso há tempos. Naquela foto de 1989, ele segura uma caneta e olha atento para o lado porque está escrevendo um poema. "É a primeira foto que tenho de minha escrita, por isso guardei", diz Passos, ciente de que o passado e o presente estão sempre a se cruzar na vida dos homens e das Repúblicas. ◆

JAIRO BOUER

Quanto do dia você passa sentado?

Dois estudos recentes jogam por terra a noção de que existe o "gordinho" saudável. Um trabalho da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, avaliou dados de 3,5 milhões de pessoas por cinco anos e mostrou que os obesos têm maior risco de morte por derrames e infartos. Isso acontece mesmo com os obesos que estão metabolicamente bem, com níveis normais de pressão arterial e de taxas de glicose e colesterol. Trabalhos anteriores apontavam que um em cada três obesos era saudável, o que não se confirmou no novo estudo.

Apesar de todos os participantes do estudo se mostrarem inicialmente saudáveis, os que estavam obesos apresentaram um risco 96% maior de desenvolver "falência" cardíaca, 50% maior de apresentar doença nas coronárias e 7% maior de ter um acidente vascular cerebral.

Segundo dados dos Centros de Controle de Doenças (CDC), nos Estados Unidos, 36% dos americanos hoje são obesos. É importante que os médicos deixem claro para a população que a obesidade aumenta os riscos para a vida das pessoas. Para muitos especialistas, não adianta apenas monitorar diabetes, colesterol e hipertensão arterial sem buscar reduzir o peso de quem está obeso.

Para tentar controlar a obesidade, ainda não se inventou nada melhor que a combinação efetiva de uma alimentação adequada com o aumento da prática de atividades físicas. Nos casos mais graves, o médico pode optar por tratamentos complementares, mas a mudança de estilo de vida é central nessa história.

Por falar em sedentarismo, outro estudo que avaliou quase 8 mil adultos, durante quatro anos, mostrou como é importante as pessoas evitarem ficar sentadas por horas a fio em casa ou no trabalho. Segundo pesquisadores da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, quem passa muito tempo sentado deveria se movimentar a cada meia hora, nem que fosse uma curta caminhada de cinco minutos, para evitar o risco de morte prematura.

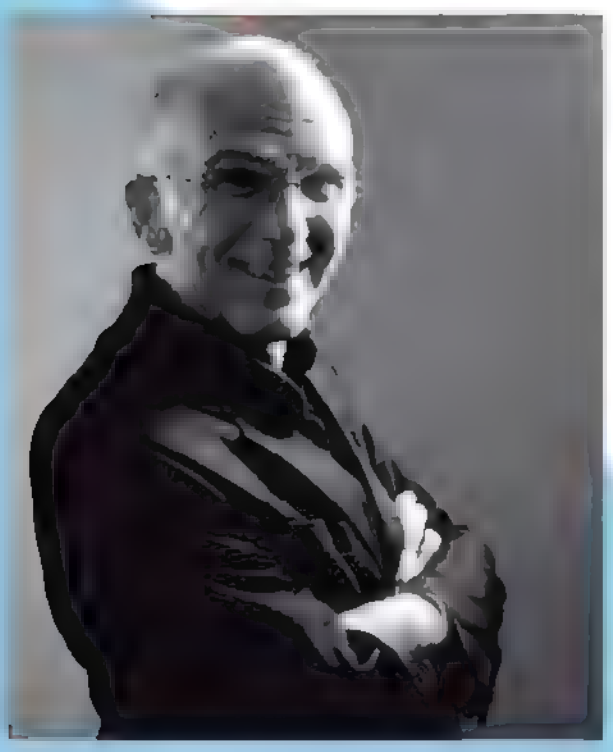
Os especialistas descobriram que das 16 horas diárias que as pessoas passam acordadas, elas ficam cerca de 12 horas sentadas. O resultado do trabalho mostra que quem passa mais de 13 horas sentado tem duas vezes mais chance de morrer de forma prematura do que quem passa menos de 11 horas. E o intervalo de tempo que a pessoa passa sentada também tem importância. Quem permanece sentado por períodos menores que 30 minutos tem chance 55% menor de morte precoce do que quem passa mais tempo. Já parou para pensar quanto tempo por dia você fica sentado? ◆

Jairo Bouer é médico formado pela USP, com residência em psiquiatria. Trabalha com comunicação e saúde.
E-mail **jbouer@edglobo.com.br**

XI FÓRUM ANER ESPECIAL COM *John Wilpers*

COMO GANHAR DINHEIRO COM MAGAZINE MEDIA

How to make money with magazine media



John Wilpers, diretor do Innovation in Magazine Media, convidado especial da ANER, estará em todos os painéis, apresentando "cases" de sucesso internacionais seguidos de discussões conduzidas por representantes das editoras brasileiras. Todos os tópicos serão discutidos sob a perspectiva da monetização. Como fazer (mais) dinheiro com cada um deles.

27 DE SETEMBRO
Quarta-feira, 8h às 13h
Auditorio Philip Kotler na ESPM
Rua Dr. Álvaro Alvim 123, Vila Mariana
INSCREVA-SE JÁ!
Acesse o site: www.aner.org.br
Mais informações: (11) 3030-9395

A SUA EDITORA ESTÁ GANHANDO DINHEIRO? É UMA PERGUNTA DIFÍCIL MAS A RESPOSTA É **DIVERSIDADE!**

PROGRAMA:

8h00 **Welcome Coffee e Credenciamento**

9h00 **Abertura**
Fábio Petrossi Gallo | *Presidente ANER*

9h10 **"Onde estamos. Para onde vamos"**
*com **John Wilpers** e **Thomaz Souto Corrêa**,*
Vice-Presidente do Conselho Editorial da Editora Abril.

9h25 **Publicidade / Branded Content, Native Ads**
Discussão:
Isabel Amorim | *Diretora de Mercado da Editora Abril*
Virginia Any | *Diretora de Mercado Anunciante da Editora Globo*

10h05 **Receitas provenientes do leitor**
Discussão:
Murilo Bussab | *Diretor de Circulação e Marketing do Jornal Folha de São Paulo*
Ricardo Perez | *Diretor de Assinaturas do Grupo Abril*

10h45 **E-commerce**
Discussão:
Mariana Castriota | *Diretora do Clube Paladar do jornal O Estado de São Paulo*
Rodrigo Chinaglia | *Diretor de e-business da Editora Abril*

11h25 **Mobile Ads**
Discussão:
Jonas Furtado | *Editor-Chefe do Meio & Mensagem*

12h05 **Newsletter**
Discussão:
Daniel Bergamasco | *Editor especial na VEJA.com da Ed. Abril*

12h45 **The view from the top**
Discussão:
Marcelo Rech | *Presidente da Assoc. Nacional de Jornais - ANJ*
Walter Longo | *Presidente do Grupo Abril*
*Mediador: **Fábio Petrossi Gallo** | Presidente da ANER*

REALIZAÇÃO APOIO E PARCERIA PATROCÍNIO

DOZE HORAS

TEMPO LIVRE? ESQUEÇA. EIS O QUE VOCÊ PRECISA FAZER NESTA SEMANA

CINEMA
2 horas

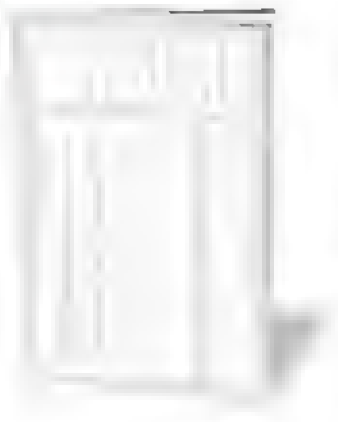
Era uma casa muito engraçada

O diretor americano Darren Aronofsky costuma retratar personagens em situações de grande estresse emocional. Seu novo filme, ***Mãe!***, acompanha bem de perto (literalmente, com muitas cenas em closes fechados) a personagem anônima de **Jennifer Lawrence**. Ela vive numa casa isolada com o marido escritor que sofre com um bloqueio de criatividade. Tudo segue tranquilo até que a visita de um casal desencadeia uma série de intrusões que abalam as estruturas da casa e da própria personagem. Vá preparado. O longa-metragem vai tirar seu fôlego e mexer com sua cabeça. **Em cartaz.**

LIVRO
2 horas

Dilemas da imortalidade

Convergência é um complexo médico-tecnológico no meio do deserto no Quirguistão, uma ex-república soviética da Ásia Central. Lá, os desenganados pela medicina são depositados em cápsulas criogênicas, ou seja, congelados e ressuscitados no futuro, quando a ciência for capaz de curar as doenças que os mataram. Em ***Zero K***, o novo romance de Don DeLillo, Jeffrey Lockhart, um trintão introspectivo, conhece a Convergência quando descobre que sua madrasta moribunda quer ser congelada. O novo livro do mestre da prosa americana é uma reflexão sobre o desejo humano de derrotar a morte. **Companhia das Letras, 272 páginas, R$ 49,90.**



Fotos: divulgação

Por **Nina Finco**, mfinco@edglobo.com.br,
e **Ruan de Sousa Gabriel**, rsgabriel@edglobo.com.br

EXPOSIÇÃO
3 horas

A rebeldia venceu

Há 30 anos, um grupo de mulheres ativistas passou a vestir máscaras de gorilas com o objetivo de expor a desigualdade entre os sexos no mundo da arte. As campanhas das **Guerrilla Girls** (uma brincadeira com a sonoridade próxima das palavras guerrilha e gorila, em inglês) usam cartazes em que acusam galerias e museus de ignorar produções artísticas feitas por mulheres, dando prioridade a obras de homens. "A mulher só pode entrar no museu nua?", elas perguntam, em referência a quadros e esculturas do Renascimento, por exemplo. A exposição ***Guerrilla Girls: gráfica, 1985-2017*** reúne mais de 100 cartazes produzidos ao longo da existência do grupo, além de um inédito, sobre o acervo do Masp. No dia 29, às 20 horas, elas farão uma performance no auditório. **Museu de Arte de São Paulo, de 29/9 a 14/2/2018.**

SHOW
2 horas

Tóquio no Caribe

O ska é um ritmo jamaicano, considerado um dos precursores do reggae. A distância geográfica da Jamaica não impediu que um grupo de nove japoneses produzisse um ska dançante e metálico de qualidade. A **Tokyo Ska Paradise Orchestra** está junta desde a década de 1980. **Cine Joia, São Paulo, 28/9, às 22 horas.**

STREAMING
1 hora

Diversas formas de amor

Transparent chega à quarta temporada. A comédia dramática é sobre uma família de Los Angeles cuja vida vira de cabeça para baixo quando o patriarca Mort (**Jeffrey Tambor**) se revela transgênero. A série segue mostrando problemas cotidianos de relacionamento, principalmente ligados a sexo, aceitação e gênero. **Amazon Prime Video, estreia no dia 22/9.**

LIVRO
2 horas

Qual o caminho para o futuro?

Quais caminhos o Brasil deve trilhar para, enfim, alcançar o desenvolvimento sustentável, a estabilidade política e o bem-estar social? Em ***A reconstrução do Brasil***, o jornalista José Fucs, ex-repórter especial de ÉPOCA, se empenha em responder a essa pergunta que tira o sono de sociólogos, políticos e trabalhadores. O livro reúne 15 reportagens e alguns editoriais publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* entre setembro de 2016 e 2017 sobre os grandes desafios da modernização brasileira: reforma política, equilíbrio das contas públicas, abertura da economia e combate à corrupção. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assina o prefácio. **O Estado de S. Paulo, 150 páginas, R$ 39,90.**

RUTH DE AQUINO

Uma década perdida

Enquanto escrevo, sexta-feira de manhã, recebo áudios desesperados e vídeos de pessoas carbonizadas, agonizando, compartilhados por moradores da Rocinha. "Leva seu filho daí. Se tranque com sua filha na casa da avó. Balearam o filho da vizinha. Tá tudo dominado." Fecharam o túnel entre Gávea e São Conrado. O tiroteio é intenso. A Escola Parque, onde minha neta estuda, na Gávea, não vai abrir.

Há dez anos, em agosto de 2007, escrevi para ÉPOCA uma reportagem especial, "A nova cara da Rocinha". Foi antes da UPP. Com o conhecimento do tráfico, então comandado por Antonio Bonfim Lopes, o Nem, para não arriscar minha vida, eu morei na Rua 2, na Rocinha, que fica a dez minutos de minha casa, no Leblon. Eu era e continuo a ser uma pessoa "de fora", para eles. Tão estrangeira quanto uma americana ou europeia.

Foram dias vertiginosos. Vi rapazes com uma metralhadora cromada numa das mãos e uma sacola de legumes na outra, para contrabalançar o peso, vida e morte lado a lado, na saída do supermercado, a caminho do "trabalho na boca". Noites sem dormir, com o barulho dos bailes funk até as 6 horas. Participei de churrasco na laje, em companhia de famílias modestas, trabalhadoras e mais bem-educadas do que muitos ricos do asfalto.

A reportagem nada tinha a ver com o narcotráfico. Era sobre um projeto inovador de urbanização, com participação do Estado, sob a batuta do arquiteto Luiz Carlos Toledo, que fincou escritório ali, perto da curva do S, e mapeava cada rua com a ajuda de universitários. O projeto incluía remoção de áreas de risco. Custaria R$ 580 milhões e duraria de dez a 15 anos para ser concluído. A Rocinha, segunda maior favela da América Latina em habitantes, estava destinada a ser um laboratório-modelo de comunidades carentes para o Brasil. Eu escrevi: "O primeiro obstáculo a vencer é a descrença. Será que vai dar certo?". Já sabemos a resposta.

"O êxito da iniciativa", escrevi ainda, "depende de uma condição básica: o Estado precisa entrar no morro e não sair mais. Há quem acredite que desta vez a urbanização (da Rocinha) seja para valer. Há quem suspeite que o Estado não tem competência para consertar o caos instalado, fornecer os serviços públicos essenciais, coibir a expansão irregular que ameaça o Parque Nacional da Tijuca e expulsar o crime organizado." Já sabemos a resposta. Dói. Muito.

Você sabe qual é o maior passatempo na Rocinha? A igreja, para 76% dos moradores. De todos os problemas vividos, o maior, na voz deles, sempre foi a falta de saneamento, que tornava a vida menos digna: 40% queriam acabar com os ratos na porta de casa e diminuir o índice de tuberculose, o maior do estado do Rio de Janeiro.

O que aconteceu de lá para cá? Nada, além da UPP, que, durante um bom tempo, acabou com a ostentação de armas, a briga de gangues e o domínio do território pelo tráfico. Nem foi preso. Está em Rondônia. Rogério o substituiu. Com a falência das UPPs, Rogério, o novo "dono da Rocinha", passou a agir como milícia e extorquir. Gás, água, a preços exorbitantes. Nem, do presídio, mandou invadir a Rocinha e expulsar o bando de Rogério. Famílias estão sitiadas entre traficantes e policiais. Aterrorizadas.

Não consigo engolir a cobertura da guerra na Rocinha e o leque de soluções inócuas apontadas. A discussão de sempre. Chama ou não chama as Forças Armadas? Não se entendem o secretário de Segurança Roberto Sá, o governador Pezão e o ministro da Defesa Raul Jungmann? Então, ok. A solução para a Rocinha é chamar o Exército. E esquecer tudo o que foi estudado e tentado no Rio de Janeiro, jogado no lixo por governadores ladrões e prefeitos claudicantes e omissos.

> O RIO ESQUECE TUDO O QUE FOI ESTUDADO E TENTADO PARA COMUNIDADES COMO A ROCINHA E VOLTA A ENXUGAR GELO

Vamos voltar a enxugar gelo. Não há estratégia de urbanização ou pacificação. Não se debate a descriminalização das drogas. Ah, sim. Barra as visitas para o Nem. Mata o Rogério. Prende seu bando. Pega os fuzis e distribui para a polícia mal armada. Toque de recolher. Lei do silêncio. Apaga os vídeos, mano. Tá tudo dominado. Quem domina? Ninguém sabe. A boçalidade domina.

Só a impotência explica que fiquemos de joelhos para o Exército, implorando por uma intervenção que nós, cidadãos, não temos como delimitar às ruas ou às favelas. O que começa como presença física de tropas, aplaudidas pelo efeito imediato de dissuasão da violência, pode se encaminhar para uma intervenção política. Aberta ou disfarçada. Para "preservar a lei e a ordem".

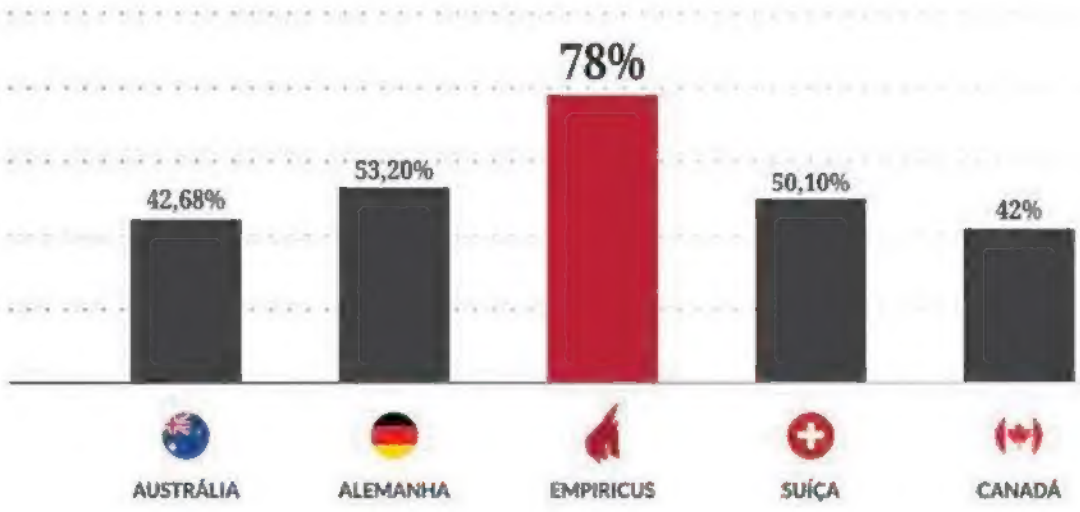
Diante da corrupção repugnante dos políticos, os "generais-tipo-mourão" botam as manguinhas camufladas de fora. Jair Bolsonaro, nacionalista de extrema-direita, ganha apoio no meio do caos e tenta se candidatar a presidente por um partido intitulado Patriota ou PAB, Pátria Amada Brasil. É o desespero que move muitos brasileiros. E o desespero é péssimo conselheiro. ◆

Ruth de Aquino é colunista de ÉPOCA **raquino@edglobo.com.br**

EMPIRICUS

Empiricus, mudando a cultura de investimentos no país.

O que pensar da maior publicadora financeira do Brasil, com mais de 180 mil assinantes?



OS MELHORES EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A metodologia internacional ***Big Three Questions**** provou que os assinantes da **Empiricus** têm maior nível de alfabetização financeira que os alemães, os primeiros colocados do ranking.

É SÓ MARKETING?

94%

dos assinantes afirmam que seu ***conhecimento*** sobre finanças e ***investimentos*** aumentou depois de acessar a **Empiricus**.

É CONFIÁVEL?

92%

dos assinantes declaram estar ***mais confiantes*** para investir depois de conhecer a **Empiricus**.

PROMOVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

95%

dos assinantes confirmam que a **Empiricus** ***contribui para a educação financeira*** do investidor pessoa física.

***Sobre a pesquisa:** estudo realizado em abril de 2017 com clientes **Empiricus**, pela empresa Kyra Pesquisa de Mercado e Consultoria, empresa especializada com mais de 25 anos de atuação e membro da ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa). O questionário online contou com 20 questões relacionadas à educação financeira, usando a metodologia internacional Big Three Questions, da economista italiana Annamaria Lusardi; aos serviços da **Empiricus** e dados demográficos. 2.121 assinantes participaram do estudo. A margem de erro é de 2,1 pontos percentuais. A pesquisa aconteceu de forma anônima e sigilosa.

Safrapay

São muitas as razões para ser cliente SafraPay.

E as mais diversas empresas já perceberam isso.

- **Taxas imbatíveis**

  0% de taxa e aluguel grátis por **60 dias*** e taxas de **0,98**% para débito e **1,48**% para crédito à vista por **120 dias****.

- **Atendimento diferenciado**
- **Acesso ao portfólio Safra**
- **Informações transparentes**

SafraPay.
Agora você tem opção.

Consulte condições no site WWW.SAFRAPAY.COM.BR
Central de Relacionamento: 0300 100 2100
(24 horas por dia, 7 dias por semana)

Safra
Tradição Secular de Segurança

*Isenção total do aluguel de máquina e taxa de transação (MDR) de 0% para os primeiros R$ 100 mil vendidos a cada 30 dias, por 60 dias. **Para vendas acumuladas em até R$ 2 milhões a cada 30 dias, por 120 dias. Após os 120 dias, taxas aplicadas conforme contratação. Condições válidas a partir da primeira transação a ocorrer até 31/10/17. A aceitação do credenciamento está condicionada à análise cadastral segundo as políticas de admissibilidade do Safra. SAC: 0800 772 5755 (24 horas por dia, 7 dias por semana). Ouvidoria: 0800 770 1236 (dias úteis, das 9h às 18h).